GISELA COLAÇO GERALDI

**SOB A MIRA DA POLÍCIA:
Homens, mulheres e as autoridades policiais em São Paulo na primeira
década republicana.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Silvia Hunold Lara.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 29 / 02 / 2008.

BANCA

Silvia Hunold Lara.

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara (orientadora)

Joseli Maria Nunes Mendonça

Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça

Martha Campos Abreu

Profa. Dra. Martha Campos Abreu

Profa. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha – (Suplente)
Prof. Dr. Jefferson Cano – (Suplente)

FEVEREIRO/2008

Resumo

Esta dissertação estuda casos de homens e mulheres autuados pela polícia na primeira década da República, na cidade de São Paulo. O objetivo do trabalho é analisar a presença, as atividades e a repressão dos envolvidos através dos inquéritos policiais, processos de vadiagem e correspondências da polícia guardados no AESP. Com este material foi possível acompanhar como diferentes definições de delitos eram acionadas pelos policiais, homens, mulheres, sendo eles réu, vítima ou testemunhas. Os principais interlocutores dos inquéritos policiais eram os homens e isso influenciou muito nas ações policiais e as suspeitas sobre a conduta moral das mulheres envolvidas. Nas interpretações das leis, buscava-se a proteção das meninas virgens, menores de idade para garantir a honestidade das famílias e o decoro público, da mesma forma acusavam os cáftens de corromper essas mulheres para viver da prostituição. No entanto, nas autuações da polícia, as suspeitas e intervenções das autoridades lidavam com diferentes sujeitos e compreensões de honra, liberdade, relacionamentos nem sempre preocupados com a honestidade das famílias e da nação.

Abstract

This dissertation studies cases in which men and women were arrested by the police on the first decade of the Republic, on the city of São Paulo. The main objective of this work is to analyze the presence, the activities and the repression of the involved people through the police inquisitions, “vagrancy” records and kept correspondence at the AESP. With this material, it was possible to follow how different definitions of crimes were used by the police officers, men, and women, either they were accused, victim or witnesses. The main speakers of those police inquisitions were men, and that have influenced much on the police actions and the suspicious over the moral conduct of the women involved. On interpretation of the law, on seek protection among the young and virgin women to guarantee the family honesty. The same way they have accused “cáftens” of women corruption to live of prostitution. However, on the police acts, the suspects and the authority intervention handled with different people and honor comprehensions, freedom, relationships not always concerned with the nation family honesty.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, os agradecimentos serão pontuais para aqueles que prestaram muito mais do que os serviços de apresentação dos instrumentos de pesquisa nos arquivos e nas bibliotecas. Historiadores, como bem sabemos, necessitam do apoio, da boa vontade e do profissionalismo de um pessoal que trabalha atrás dos balcões ou no meio dos documentos, tentando organizar, achar e guardar fontes que são tão caras à nossa profissão.

Dessa forma, agradeço toda equipe do Setor de Documentação e da Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo que disponibilizou, sempre prontamente, a documentação necessária ao trabalho durante os dois anos que frequentei as salas de pesquisa.

No Rio de Janeiro, agradeço a ajuda do setor de documentação e obras raras da Biblioteca Nacional. Da mesma forma, o apoio técnico e muitas vezes científico do Arquivo Nacional foi prestativo e rápido, contrariando o que sabemos sobre os arquivos e repartições públicas no Brasil.

Essa dissertação não seria possível sem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa Científica do Estado de São Paulo. Sem ele, as participações em encontros científicos e as pesquisas nos arquivos não seriam possíveis e a finalização da dissertação estaria comprometida.

À Silvia Lara agradeço pela leitura atenta e dedicada de todos os textos ao longo da orientação. De suas vistas não escaparam notas, vírgulas, frases ou citações, pois ela sempre tinha uma idéia melhor. De maneira generosa e firme, ela me orientou para além desse texto! A banca de qualificação foi preciosa no fechamento da dissertação. Obrigada aos professores Fernando Teixeira e a Joseli Mendonça pela grande ajuda. Ela ainda teve fôlego em aceitar voltar para a banca de dissertação juntamente com a Prof^a Martha Abreu, a qual também agradeço a leitura.

A turma de mestrado foi uma continuidade. A Carolina, a Cristiane e a Lericé já eram grandes amigas e pude contar com a companhia delas todos esses anos. Com a Carol dividi muita angústia de pesquisa, de prazos, de críticas e, por incrível que pareça, sinto falta das aulas que fazíamos juntas. Ainda na Unicamp, contei com o apoio, as críticas e os debates do grupo de linha de pesquisa em História Social da Cultura durante o primeiro ano da pós-

graduação. São eles, o Sidney Chalhoub, o Bob Slenes, a Silvia Lara, a Daniela, a Cláudia, o Luis Fernando e a Lericé.

Amigos de graduação, hoje um pouco mais longe, ainda estão presentes com grande carinho: a Kelly, a Musa, a Roberta, a Michelle, o Ricardo Barros, a Maria Fernanda, a Carla, o Arthur, o Renato, o Nicolau, a Vanessa, o Zollner, Renata e Marina Berriel... *Que tempo bom!*

Mariana Gallo sempre foi um porto-seguro, uma certeza de carinho. Ela nunca me recusou um colo com coca-cola! Você não tem idéia de como isso cura tanta coisa!

A amizade de Paulo Terra é uma aventura. Cheia de surpresas, de altos e baixos, é instigante, ajuda a me conhecer e a nos conhecer, profundamente. É também doce, daquelas que nos faz rir, que traz boas lembranças. Posso dizer da sua amizade que ela é incoerente, tem amor, tem pouca paciência e sempre me inspirou muito! Obrigada.

Aline Tavares, Mariana Sombrio e Livia Botin (e agregados) fizeram de Campinas uma cidade com cara de “lar, doce lar”. Valeu por todos os dias de apertos – de espaço e de grana, pelas discussões acaloradas, pelos cafés da manhã e sempre muitas festas, muitos choros e despedidas. Em especial, agradeço à Aline pela sua amizade e carinho, agora em dose dupla. Ela fez Campinas ficar irresistível e com cheirinho de bebê...

Boas surpresas foram os amigos que conheci nesse ínterim. Agradeço pelo carinho da Elciene, do Leo, da Paula, do Fernando e de todos aqueles que nos acompanharam noite afora. Tem também a Claudia Baeta, uma professora-amiga que não deixou de estar por perto, mesmo longe.

Por fim, e nem por isso menos importante, minha família de São Paulo foi um porto seguro esse tempo todo. Os agradecimentos seriam insuficientes, pois eles me apoiaram desde sempre e em tudo que eu decidi fazer. A Bela, minha irmã e companheira, ilumina meus dias em São Paulo deixando a vida bem mais leve. E agora ela achou a companhia ideal para dividir essa leveza! Meu pai tem um coração enorme, pois sempre entendeu as ausências e parece que sabe quando sinto saudades: o telefone toca e tudo se acalma! Minha mãe é uma mulher incrível, uma fonte inesgotável de inspiração. Foi dela que “herdei” o amor pelas *histórias* e pra ela eu dedico, com muito orgulho, esse trabalho.

Agradeço também a ajuda e “proteção” dos meus amigos de ofício. Estou aprendendo cada dia a ser professora e eles têm muita paciência comigo. Obrigada a toda equipe do Notre

Dame, em especial à Ir. Carolina, à Solange, minha mãe, Nídia, Fani, Francione, Wagner e a todos que estiveram de alguma forma ao meu lado.

Em São Paulo tenho amigos eternos, que sem saber direito das minhas ausências, ora entendendo, ora cobrando, fizeram com que vários momentos que passamos juntos se tornassem no mínimo suportáveis e quase sempre, inesquecíveis. Meu carinho pelas meninas vem de outros carnavais e se renova sempre. Às eternas Adri, Mayra, Malú e Tati e à turma que está crescendo: Tate, Kika e Tammy, obrigada pela amizade!

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo 1 – “É contravenção o que afeta a moralidade pública”	11
1.1. O que afetava a moralidade pública?.....	14
1.2. “Nós a braços com civilização”	21
1.3. Indo à polícia.....	30
1.4. Os acusados são quase todos homens.....	47
Capítulo 2 – Protegendo a sociedade e as mulheres.....	55
2.1. “Empregando sedução, engano ou fraude”	57
2.2. Exame de corpo de delito.....	71
2.3. Falta de moradia, de trabalho, da moral e dos bons costumes.....	75
2.4. “Uma praga que conspurca os costumes públicos e afronta o pudor da sociedade”	85
Capítulo 3 – A condição feminina sob a mira da polícia.....	107
3.1. Suspeitas e acusadas.....	115
3.2. “Prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado”	127
3.3. Nem tão vítimas nem tão suspeitas.....	135
Considerações Finais.....	147
Fontes e Bibliografia.....	161

Índice de Tabelas

Tabela 1	Cidade de São Paulo - Números de Imigrantes, 1886.....	22
Tabela 2	Cidade de São Paulo: Colônias Mais Numerosas, 1893-1916.....	22
Tabela 3	População no Estado de São Paulo, 1890-1900.....	23
Tabela 4	Número de habitantes por freguesias, 1872 e 1890.....	25
Tabela 5	Proporção de prisões por crimes e contravenções.....	35
Tabela 6	Inquéritos segundo os motivos (AESP), 1890-1899	37
Tabela 7	Condição de homens e mulheres presentes nos Inquéritos São Paulo, 1890-1899.....	111
Tabela 8	Número de mulheres envolvidas nos crimes de roubo e agressões.....	116

Introdução

Em 1893, a delegacia de polícia da Capital paulista recebeu uma carta de um tal Nunes denunciando locais suspeitos em São Paulo, onde teriam acontecido roubos e outros delitos. A carta se encontra misturada a outros tipos de documentos das latas de Polícia do Arquivo do Estado de São Paulo. Existem outros pedidos como o de Nunes, exigindo da polícia a “limpeza” de sujeitos perigosos à sociedade da capital paulista.

A polícia era acionada pela população através de denúncias, cartas ou até mesmo encaminhamentos aos postos policiais, mas nem sempre havia consenso sobre a atuação da polícia nos problemas do cotidiano. Parte das solicitações junto à delegacia cobrava a presença da polícia, o aumento no controle das ruas e dos criminosos, mas também reclamavam da truculência dos agentes policiais com os policiados. Mesmo que a legislação determinasse o que era crime e quais eram as contravenções em espécie, eram os praças, inspetores de quarteirões e paisanos que davam a voz de prisão e aplicavam as leis nas ruas.

Nunes forneceu ao delegado indicações sobre quais indivíduos ele considerava que deviam ser presos,

“Disseram-me que no hotel da Pátria à Rua Alegre, número 12, mesmo em frente à Travessa de Paissandu tem lá morado gente suspeita, muito embora não seja suspeito o dono da casa.

Há poucas noites foi assaltado o quiosque que tem mesmo em frente e o dono do quiosque saindo armado para a rua, viu quatro indivíduos que fugiram, subindo dois a Ladeira de Santa Efigênia e os outros dois entraram no tal Hotel da Pátria.

Sei que V. Ex^a tem muito que fazer, mas também conhece, pelo que já tenho visto, que só a V. Ex^a é capaz de limpar esta capital de tantos gatunos que já estão principiando a aparecer. Sou inimigo de prevenir autoridades pelos jornais, acho mais consentâneo com os bons desejos do serviço da polícia, e ouvires particular.”¹

Em uma mesma carta, ele denunciou as pessoas suspeitas que moravam no hotel, relacionando-as ao roubo do quiosque da Rua Alegre. As denúncias públicas de homens e mulheres que ameaçassem a ordem pública eram comuns, tanto por cartas quanto pelos jornais, como o próprio Nunes sugeriu.

¹ Maço “Papéis diversos atrasados”, 1893. AESP, Polícia, C2762.

Juntamente com essa carta, nas Latas da Polícia outras tantas denúncias foram feitas, na maioria anonimamente. Eles reclamavam à polícia maior controle e fiscalização de bares, restaurantes e outros lugares de divertimento, onde cáftens e vagabundos poderiam ser presos facilmente. “Um amigo” escreveu ao Chefe de Polícia Theodoro de Carvalho, cobrando providências da polícia.

“Permita-me V. Ex^a dizer-lhe duas palavras a respeito de invasão cuja invasão é moralmente vergonhosa, refiro-me a multidão de “cáftens” que de novo invadiram a nossa capital porque razão a Polícia não dá um passeio até os restaurantes sito as ruas do Seminário, número 14 e Brigadeiro Tobias, número 4 aonde eles tranqüilamente costumam passar o dia se a polícia lá chegasse faria uma boa colheita pois que a exceção dos donos das casas poderá conduzir todos que lá encontrar visto outros profissionais não freqüentarem essas duas casas”.²

A cobrança para que o efetivo policial fosse mais atento e prendesse indivíduos conhecidos como cáftens aparece em diversas passagens das correspondências, assim como em relatórios policiais e nos inquéritos guardados no Arquivo do Estado. A autuação constante de sujeitos tidos como ébrios, vagabundos, gatunos e cáftens nos mais diversos tipos de delitos mostraram o quanto a polícia se preocupou em qualificá-los e vigiá-los.

A documentação policial produzida na década de 1890 mostrou o recrudescimento das autoridades nas ruas. Ainda que na esfera policial não houvesse a definição de um delito e da culpa, os indivíduos tinham que apresentar suas defesas diante das acusações e suspeições. Ao mesmo tempo em que se reclamavam novos padrões sociais de comportamento, relacionamentos e de trabalho, homens e mulheres com modos de vidas destoantes desses padrões apareciam nos inquéritos policiais instrumentalizando a polícia para resolver suas questões. A polícia por sua vez, também instrumentalizava inquéritos policiais para autuar esses indivíduos.

A relação conflituosa e complexa entre policiais e policiados produziu documentos que permitem uma análise mais profunda dos sentidos de gênero presentes nas autuações policiais. De que maneira a diferença entre homens e mulheres interferiu nos encaminhamentos às delegacias? Quais os sentidos de gênero apropriados pelos praças e soldados quando prendiam homens e mulheres nos mais diversos tipos de delitos? A partir

² Carta ao Dr. Chefe de Polícia, Theodoro de Carvalho em 14/03/1893. Maço sem título (papel branco). AESP, Polícia, C2762

dessas percepções variadas de gênero, tanto entre os policiados quanto os policiais, pretendo entender a condição feminina nos inquéritos da capital paulistana dos anos de 1890.

O começo do período republicano e a instauração do Código Penal de 1890 marcam o início desta pesquisa, pois o compêndio penal foi o primeiro a distinguir os principais crimes contra a honra feminina: estupro e defloramento. No código, esses crimes foram categorizados em quatro artigos (267, 268, 269 e 276) e delineou as condições que as compete.³ A última década do século XIX agregou parte do pensamento de modernização e civilização da sociedade brasileira na defesa legal da honra feminina. Considerava-se a proteção da honra feminina a proteção da família e, por extensão, da nação.⁴ Foi também no Código Penal de 1890 que os crimes de lenocínio e caftismo foram decretados. Até então, nenhuma atividade vinculada à prostituição era considerada crime, no entanto, com o código, os artigos 277 e 278 previam punições aqueles que favorecessem a prostituição ou explorasse as mulheres para se prostituírem, respectivamente.⁵

A importância da instauração do Código Penal é que com ela veio diversas discussões acerca dos limites da lei, comentários e interpretações. Entender como ele foi usado e aplicado pelas autoridades policiais nas ruas de São Paulo durante a década de 1890 e de que maneira foi percebido pelos policiados é importante para entendermos como a população policiada se defendia. O sentido é aprofundar os estudos das experiências das mulheres e homens de diferentes origens envolvidos com as autoridades policiais, ampliando as discussões sobre o controle, as sociabilidades e os conflitos considerados perniciosos à sociedade e que estavam na mira da polícia na cidade de São Paulo entre 1890 e 1899.

³ Art. 267 – deflorar mulher de menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena – de prisão celular por um a quatro anos. (...) Art. 168 – estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão celular por um a seis anos. (...) Art. 269 – Chama-se estupro o ato pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. (...) Art. 276 – Nos casos de defloramento, como nos de estupro de mulher honesta, a sentença que condenar o criminoso o obrigará a dotar a ofendida. In: Oscar Macedo de Soares (1863-1911). Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004.

⁴ Sueann Caulfield. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, PP. 64-67.

⁵ Art. 277 - Excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem e também o Art. 278 – Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constrangendo-a por intimidações ou ameaças a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação. In: Macedo Soares. *Op. cit.* pp. 563-8.

No ano de 1893, chegou à polícia um caso de defloração de uma menor com 8 anos de idade. A mãe de Augusta Piroim procurou a polícia para tentar resolver a violência que sua filha teria sofrido. O delegado Dr. Peixoto Gomide cuidou do caso e tratou o delito como defloração, mas segundo o seu depoimento, por não poder obter “outra prova ou esclarecimento além do que consta dos autos, isto é, a declaração da menor (...) toda e qualquer publicação sobre o fato só poderá produzir, no futuro um pesar para a que se diz ofendida”. E, por isso, o caso foi arquivado.

O fato de ser ou não uma violência, o que mais pesou na decisão do delegado foi a publicidade do crime. Em nome da proteção da honra da menor fez com que o depoimento da menina e da mãe fossem insuficientes para a continuidade das investigações. O suposto réu nem sequer compareceu na delegacia. Sob a mesma rubrica de proteção da honra, previsto pela lei, diversos casos eram arbitrados, mas nem todos da mesma maneira.

A atuação policial tinha expectativas diferentes de homens e mulheres, casais e meninas, prostitutas e cáftens. E essas expectativas informavam a ação policial e instrumentalizava alguns inquéritos. Perceber as diferenças de atuação dos indivíduos acusados de vagabundagem, nos crimes sexuais e contra a honra das mulheres, nos crimes de castigo e lenocínio. Para enfim, questionar qual era a idéia de honra, moralidade e bons costumes usados para homens e mulheres nos conflitos policiais.

O controle e a vigilância sobre as práticas e tradições populares recrudesceram nas últimas décadas do século XIX. Os espaços e as práticas populares tradicionais se tornaram alvos de um controle ainda maior por parte das autoridades policiais, tais como bares, festas, restaurantes, botequins, etc. A boemia era o alvo preferido deste controle que a polícia poderia prender grupos inteiros de desordeiros, gatunos, ébrios, vagabundos, mas sempre buscando desqualificar aquelas pessoas e enfatizar o perigo que elas ofereciam à sociedade. Na maioria dos inquéritos em que os cáftens são notoriamente reconhecidos, ser cáften não justificou apenas a abertura do inquérito. Geralmente, as testemunhas reforçam o fato de serem vagabundos e não se empregarem em coisa alguma.

O corpus documental está disponível no Acervo Permanente do Arquivo do Estado de São Paulo. Apesar da dificuldade em encontrar apenas os casos em que os sujeitos estavam envolvidos explicitamente com a prostituição, foi possível localizar outros tipos de crimes e contravenções nos quais eles apareceram implicados. A documentação central está disposta

nas latas “Processos Policiais”, composta na maioria por inquéritos policiais e alguns processos de contravenção. Nos casos em que os autuados eram acusados de algum crime, a polícia instaurava um inquérito policial para investigar. Se fosse necessário, e a Justiça aceitasse, o inquérito se desdobrava em um processo-crime. No entanto, o que nos restou no Arquivo do Estado são apenas os inquéritos, muitos deles arquivados ou sem referências de continuação.

Quando a polícia autuava indivíduos contraventores da ordem, o procedimento era diferente de um inquérito. O delegado instaurava um processo, pois as contravenções eram resolvidas – ou deviam ser – no âmbito da delegacia. Esses processos na verdade tinha duas etapas quando o caso era de vadiagem⁶: primeiro, encaminhar o contraventor à delegacia para ser qualificado e assinar um termo de bem-viver ou de ocupação, se comprometendo a arranjar meios lícitos de sobrevivência. Ele era penalizado com 15 a 30 dias de prisão. Caso o mesmo indivíduo infringisse o termo assinado, o infrator deveria ser recolhido à cadeia, permanecendo lá por um à três anos de prisão.

A partir da documentação policial, a intenção inicial de restringir a consulta apenas às fontes que tivessem relação direta com a prostituição seria inadequada. Vários conflitos presentes na documentação policial aconteciam nos espaços em que circulavam as prostitutas, os clientes e os cáftens, sem que eles aparecessem nos autos que ligassem estes acontecimentos diretamente à prostituição. Por isso, foi necessário ampliar o corpus documental para incluir diversos casos documentados em infrações de termos de bem-viver, autos relativos a brigas, e termos de declaração de ocupação e domicílio, que possibilitaram o entendimento da relação entre esses indivíduos e a própria autoridade policial que produziu a documentação.

No entanto, ser prostituta não incorria em delito algum, mas isso não significa que elas não compareciam às delegacias ou que não eram vigiadas e controladas pelas autoridades policiais. À primeira vista, a ausência de dados sobre a prostituição poderia ser um fato que impossibilitaria um estudo empírico das experiências das prostitutas. No entanto, a ampliação do corpus documental permitiu entender melhor o cotidiano destas mulheres, de seus clientes e das autoridades policiais, bem como construir hipóteses para explicar o

⁶ Art. 399 – Deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite. In: Macedo Soares. *Op. cit.* p. 765.

pequeno número de processos que incidem diretamente sobre a prostituição. O silêncio das fontes, portanto, ganhou neste caso a dimensão de problema histórico.

A documentação também fornece pistas sobre os mecanismos de controle social das autoridades policiais, o que suscita a possibilidade de entender o aparato policial em São Paulo na virada do século XIX para o XX, depois da instauração do Código Penal e das instituições republicanas.

As especificidades da cidade de São Paulo no período pós-abolição foram importantes para entender como a corporação policial passou a controlar a cidade e seus novos arranjos sociais. Os modelos explicativos que conferem à cidade de São Paulo, no início do século XX, o título de berço da modernidade e do progresso com a “transição do trabalho escravo para o livre”, com a chegada dos trabalhadores estrangeiros se tornou insuficiente quando percebemos que grande parte dos réus eram estrangeiros.⁷

A cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado na metade do século XIX, mas a grande arrancada se deu entre os anos de 1890 e 1900, período em que a população paulistana registrou uma elevação populacional de cerca de 268%.⁸ Era inevitável que esse aumento fosse sentido não só nos números da economia paulista mas também nas ruas que contava com um número cada vez maior de indivíduos sem trabalho e moradia fixos.

É comum pensar a cidade de São Paulo na virada do século XIX para o XX somente como o berço da imigração e do rápido crescimento industrial, já que é inegável essa expansão da cidade como o maior pólo de produção cafeeira. Em poucos anos, principalmente depois da segunda metade do século XIX, a capital paulista consolidou-se como um grande centro de produção e exportação de café. Os excedentes da produção ajudavam a promover a própria imigração e migração de mão-de-obra nessas lavouras e financiavam também a industrialização visível na cidade.⁹

⁷ Sobre os desdobramentos da imigração em massa em São Paulo depois da abolição e como se deram os arranjos sociais na capital ver Carlos José Ferreira dos Santos. Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915). SP: Annablume/Fapesp, 1998 e Maria Inez Machado Borges Pinto. Cotidiano e sobrevivência. A vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1914). SP: Fapesp/Edusp, 1994.

⁸ Carlos José Ferreira dos Santos. *Op. cit.*

⁹ Maria Izilda S. de Matos. “Do público para o privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). In: Cadernos Pagu, vol. 4, 1995, pp. 97-115; Ernani da Silva Bruno, História da cidade de São Paulo. Raquel Rolnik. A cidade e a lei-legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo, Fapesp; Studio Nobel, 1999. É bastante vasta a historiografia acerca da reestruturação urbana de São Paulo,

No entanto, a maior parte dos estudos que focalizam as transformações urbanas em São Paulo reproduz seguidamente o peso da imigração no processo de formação da classe trabalhadora, o que muitas vezes reduz as experiências diversificadas, as variantes étnicas, nacionais e regionais em conceitos homogeneizados como “classes populares” ou “trabalhadores”. Assim, essa idéia de *proletário típico* com que muitas vezes se estudou a classe trabalhadora no Brasil pode ser questionada pela diversidade das vivências e das concepções que estes sujeitos articulavam sobre si mesmos.¹⁰

Essas contradições entre a modernidade e civilização da cidade paulista com os “novos tipos de crimes” que nela se praticavam na última década do século XIX se tornaram o foco da ação policial, que produziu diversos inquéritos e documentações.

* * *

No primeiro capítulo, intitulado “É contravenção o que afeta a moralidade pública” recupero alguns comentaristas do Código Penal e suas interpretações dos crimes e das contravenções relacionados ao não trabalho. Os delitos que afetavam a moralidade e a honra públicas preocupavam as autoridades policiais e envolviam indivíduos acusados de não terem ofício e moradia certos. Nem sempre essas acusações apareciam nas contravenções, muitas vezes o fato de não declarar emprego e moradia nos inquéritos policiais, já justificava a atuação policial e a suspeita de crime. O *status* moral dos envolvidos fazia parte da acusação do delito.

Alguns delitos ganharam destaques na análise deste capítulo por mostrarem as várias formas da atuação policial de indivíduos encaminhados à polícia por vadiagem, jogatinas, infrações do termo de bem-viver e castigo. O aumento da vigilância sobre a ocupação dos indivíduos durante a década de 1890 permite uma análise da preocupação das autoridades em autuar o não-trabalho.

entre outros ver: Maria Cristina Cortes Wissenbach. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível”, p. 92-102; Paulo César Garcez Marins. “Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras” In: Fernando Novais (coord.) & Nicolau Sevcenko (org.) História da Vida Privada no Brasil, vol. 3, SP: Cia das Letras, 1996, pp. 132-170.

¹⁰ Cf. Cláudio Batalha. “Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade?” In: Revista Brasileira de História, v. 12 (23-24), 1991/92, pp. 111-124.

Dedico parte das análises deste capítulo à leitura da legislação vigente e como ela categorizava os indivíduos que afetavam à moralidade pública. A partir da lei, busco entender como os indivíduos eram qualificados nos inquéritos policiais. A tentativa de acompanhar esses indivíduos nos inquéritos informa os matizes de gênero, de trabalho e de moradia desses sujeitos acusados de atrapalharem a ordem e a moralidade pública. Principalmente quando nota-se que os acusados e envolvidos com a polícia eram quase todos homens.

No capítulo seguinte, “Protegendo a sociedade e as mulheres” faço uma relação entre os crimes sexuais previstos pelo Código Penal e a proteção legal das mulheres. Os inquéritos de defloração são fontes ricas para a análise da mulher tida com vítima, já que são casos repletos de contradições entre as expectativas das famílias das menores e das autoridades policial, preocupada em não deixar que elas caíssem em desgraça. A partir da análise desses casos, busco entender quais elementos configuravam um inquérito de defloração e a conseqüente proteção da polícia?

Se para as mulheres, a defesa da honra se dava na preservação da castidade, na conduta moral dos seus relacionamentos, para os homens outros aspectos informavam a moralidade. Os casos em que a prostituição foi autuada demonstram as expectativas de moralidade em relação aos homens vinculada ao trabalho. O cafetismo, crime que “conspurca e afetava a moralidade pública”, se mostrava ainda mais complexo na relação diária com a polícia da Capital, pois ia além do fato de eles agenciarem mulheres – o que já configuraria o delito –, relacionava-se com outros tipos de delitos: as contravenções (vadiagem).

No último capítulo, “A condição feminina sob a mira da polícia” tento reunir as declarações das mulheres nos inquéritos policiais para entender as qualificações e características que diferenciavam as réus, as vítimas e as testemunhas femininas presentes nesses inquéritos. De que maneira a polícia autuava as mulheres e instrumentalizava os inquéritos para encaminhá-las à delegacias.

Analiso principalmente a trajetória das mulheres, narradas aos delegados e nem sempre coerente com as expectativas das autoridades policiais. As expectativas de mulheres castas, vítimas e submetidas à proteção paternalista eram desmanchadas quando elas tinham

que comparecer às delegacias para justificar os envolvimento com os delitos. Nesse momento, a conduta moral

Este capítulo finaliza a discussão sobre os sentidos de gêneros que informavam as ações da polícia. Nos inquéritos de São Paulo, os principais interlocutores das ações policiais eram os homens e com certeza isso interferia na forma de autuar os crimes e as contravenções em que as mulheres estivessem envolvidas.

Capítulo I

“É contravenção o que afeta a moralidade pública”

“a mendicância, em Paris como em todos os centros populosos, constitui uma profissão a que se entrega certa classe de gente da pior espécie.”

“A embriaguez é um vício dos mais desprezíveis e sem dúvida afeta os interesses da ordem e seguranças públicas, porque o ébrio habitual é um predisposto ao crime. Também afeta a moralidade pública”.¹¹

As anotações do jurista Oscar Macedo de Soares na 4ª edição do Código Penal da República foram publicadas em 1910. A escolha deste comentário de Macedo de Soares ao artigo 399 do novo código penal para iniciar o capítulo se deve ao fato de que ele comenta o Código Penal, categorizando os indivíduos perigosos à sociedade e que fornecesse elementos para enquadrá-los nas normas da lei¹². Neste sentido, a intenção no primeiro capítulo é entender a relação entre as determinações da legislação penal republicana e a ação policial na cidade de São Paulo durante a década de 1890, e para isso, alguns artigos implementados no Código Penal da República tornam-se os objetos de análise para compreender os desdobramentos e suas respectivas re-significações na esfera policial.

A novidade do código republicano foi menor do que poderia se pensar, sofrendo muitas críticas de comentadores ao ser publicado.¹³ A aplicação das leis no cotidiano das cidades contava naquele momento com uma esfera política e burocrática republicana, mas as regras que ainda prevaleciam eram as do Império. Busco nos comentários do novo Código o

¹¹ Oscar Macedo de Soares (1863-1911). Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004, pp. 761 e 764.

¹² O artigo 399 do código Penal se refere às *Contravenções em espécie, Dos Vadios e capoeiras*, reunidos no Capítulo XIII do Livro III. Era contravenção “deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover à subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestadamente ofensiva a moral e aos bons costumes.” In: Oscar Macedo de Soares. *Op.cit.*

¹³ A aplicação da lei nas práticas cotidianas da polícia contava com uma significativa margem de interpretação, dada as ambigüidades de redação e a amplitude do delito no Código. Ele foi criticado desde o início por sua má redação e por suas indefinições. Sueann Caulfield. Em defesa da honra, p. 69. Ver também Batista Pereira. “O Código Penal de 1890 (notas históricas)”, Revista de Jurisprudência, v. 3, maio a agosto 1898 *Apud* Oscar Macedo de Soares. *Op. cit.*

que eles revelam sobre a prática policial e a forma como o corpo policial interpretava o novo código, visto pelos juízes de direito como “manual de utilidade prática, para os que lidam no foro criminal”.¹⁴

O novo código foi implantado e, com ele, algumas mudanças foram incorporadas em relação ao Código Criminal do Império de 1830. O texto legal reuniu crimes que até então não apareciam ou tinham menos destaque no código anterior. No comentário feito pelo jurista e jornalista Macedo de Soares¹⁵ às contravenções em espécie, *Dos vadios e capoeiras*, percebe-se que muito das referências ideológicas dos compêndios republicanos compartilhavam de referências de estudos científicos e criminalistas dos pensadores e juristas europeus.

A preocupação que se destaca neste código e nos textos jurídicos da época era a busca pela modernização da sociedade brasileira e a forma pela qual ela alcançaria tal progresso, vislumbrado nas sociedades européias.¹⁶ O código foi contemporâneo às mudanças nas esferas políticas com a proclamação da república, o estabelecimento da constituição republicana em 1891 e, conseqüentemente afetou a organização da estrutura policial. O decreto 847 de 11 de outubro de 1890 instaurando o Código também descentralizou o processo criminal da esfera federal e as novas regras eram definidas então, por leis estaduais.

No entanto, algumas disposições do Código do Processo Criminal do Império (1871) ainda vigoraram com a proclamação da República, modificadas pelas “leis processuais dos Estados, cuja competência para legislar sobre o processo civil e criminal lhes foi dada pela Constituição Federal”. O Código Penal, por sua vez, “só se ocupava dos crimes, das contravenções e das penas”.¹⁷

¹⁴ Oscar Macedo de Soares, Apresentação ao Leitor In: *Op. cit.*, p. xi.

¹⁵ O juiz Oscar Macedo de Soares publicou diversas obras no ramo do direito civil, eleitoral e penal. Após a publicação da primeira edição do Código Penal da República, ele publicou as edições subseqüentes à de 1890, anotadas e comentadas por ele, contribuindo para um ramo da jurisprudência preocupado em reformar o ordenamento penal vigente. A versão utilizada foi a última impressão lançada em vida do autor, em 1910. Outros juristas debateram largamente o Código Penal em suas defesas nos processos criminais e nas obras jurídicas que publicaram, como os textos de Viveiros de Castro, de Antonio José da Costa e Silva, de João Vieira de Araújo, Batista Pereira, Galdino Siqueira e de Evaristo de Moraes.

¹⁶ A historiadora Joseli M. N. Mendonça fez uma pesquisa sobre os embates jurídicos na Primeira República, apontando os interesses de vários juristas que segundo ela, “buscaram na especificidade da história do país, a chave para a construção de preceitos e normas jurídicas que pudessem (...) fazer o Brasil cumprir seu caminho rumo à civilização”. In: Joseli Mendonça. “Evaristo de Moraes: o juízo e a história”, Idem e Silvia H. Lara. Direitos e Justiça no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

¹⁷ Macedo de Soares. “Livro I: *Dos Crimes e das Penas*. Título I: *Da aplicação e dos efeitos da Lei Penal*”. In: *Op. cit.*, p. 1.

Grande parte das críticas ao Código considerava-o um ensaio de legislação criminal, ocasionando em pequenas alterações ao longo das primeiras décadas republicanas. Os juristas brasileiros se apoiaram em uma larga bibliografia européia para endossarem as intervenções sociais e políticas das leis. Segundo a historiadora Sueann Caulfield, que pesquisou a jurisprudência brasileira e seus diversos compêndios legais do Império até a Primeira República, os juristas brasileiros “produziram uma enorme gama de critérios psicológicos, sociológicos e fisiológicos para classificar criminosos e ‘individualizar’ as penas conforme as características de cada um, rejeitando os princípios clássicos do livre-arbítrio e da responsabilidade penal”.¹⁸ Essas definições de fato se alastravam para vários setores da sociedade, chegando às esferas policiais e também sendo compartilhada pela população classificada como criminosa.

Diversos autores apontam a preocupação que este Código Penal tinha com a manutenção da honra e da moralidade de homens, mulheres e da família agregando-as ao valor do trabalho.¹⁹ Apesar de ele não inaugurar essa preocupação moral no fim do século XIX, alguns crimes foram autuados e penalizados no texto jurídico que até então estavam ausentes ou dispersos em códigos anteriores, como lenocínio e caftismo, por exemplo,

1.1. O que afetava a moralidade pública?

No Código Penal de 1890, o delito da vadiagem adquiriu contornos bem mais acentuados, comparados com o código anterior. Criou-se um título à parte (Livro III) sobre as

¹⁸ Sueann Caulfield. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 70. Nesta pesquisa ela enfoca as mudanças e transformações dos significados da honra e dos valores sexuais na Primeira República no Rio de Janeiro e de que maneira os diversos personagens foram responsáveis por isso, desde as mulheres que depuseram na polícia como vítimas de crimes sexuais até os juristas e médicos que escreveram as leis. As fontes principais foram os processos criminais do Rio de Janeiro e textos legais de juristas e memorialistas. Os juristas analisados para esse trabalho foram também Oscar Macedo de Soares, Galdino Siqueira, Curso de processo criminal. SP: Centro de Propaganda Católica, 1910; Idem, Direito Penal Brasileiro. RJ: Livr. Jacinto, s.d.; Evaristo de Moraes. Estudos de Direito Criminal. SP: Livr. Clássica de Alves e Cia., 1898. Apesar de as datas de publicação destas obras jurídicas não corresponderem ao recorte temporal da presente pesquisa (1890 até 1899), acredito que ainda sim são válidas, pois são casos julgados e sentenciados durante a primeira década de Código Penal.

¹⁹ Martha Abreu. Meninas Perdidas: os populares no cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque. RJ: Paz e Terra, 1989; Idem e Sidney Chalhoub. “Trabalho escravo e trabalho livre do Rio: vivências de libertos, galegos e mulheres pobres”. In: Revista brasileira de história. SP: Anpuh/Marco Zero, 55, 8/9, 1985. Chalhoub. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. SP: Ed. da Unicamp, 2001; Idem. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na corte. SP: Cia das Letras, 1998.

então denominadas “contravenções”, composto de diversos artigos, que abrangiam desde a profanação de túmulos até a capoeiragem. Os jogadores, os bêbados, os mendigos e os vadios estavam ali incluídos.²⁰

O livro III, *Das contravenções em espécie*²¹, é bastante específico sobre os fatos classificados como contrários à ordem e à moral públicas. Este capítulo reúne os delitos que mais se relacionavam com o cotidiano policial da época²², que precisavam de uma atuação rápida para manter a ordem e sossego públicos. Delitos como jogos de apostas, agiotagem, uso de armas, brigas, vadiagem, etc. competiam ao chefe e ao delegado de polícia para processarem *ex-officio* estas contravenções. Segundo a historiadora Olivia Gomes Cunha, a reforma processual, assim como a descentralização, foram consideradas necessárias pelas autoridades policiais e judiciais, pois quanto mais simples fosse o processo, mais a justiça se tornaria eficaz, afinal “o que era percebido nas ruas não era certamente o processo penal, mas sim o corpo de polícia, visível e vulnerável”.²³

Nas anotações do Código Penal de 1890, o jurista Macedo de Soares comentou o fundamento moralizante contra o vício dos jogos e das apostas em geral, condenados como contravenções²⁴. Em suas anotações das leis sobre o jogo do bicho, Macedo de Soares apontou que a combinação da miséria urbana com o hábito do jogo provocou a proliferação de jogos de azar, que

“criou raízes tão profundas que não será certamente a golpes de lei ou de arbitrariedade policiais que o poder público poderá extirpá-los dos nossos costumes.”

²⁰ O Art. 8 do Código Penal de 1890 definia contravenção como um “fato voluntário punível, que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”. No comentário à lei, Oscar Macedo de Soares caracterizou a contravenção como um ato punível, não porque causou algum mal, mas na previsão do mal futuro, pela possibilidade do perigo, “pelo interesse de garantir e acautelar a segurança pública”. In: Oscar Macedo de Soares. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004, pp. 27-28.

²¹ O livro III é dividido em treze capítulos que tratam das contravenções em espécie, contendo os artigos 364 até 404. O código penal é composto por quatro livros, sendo eles *Dos crimes e das Penas*, *Dos crimes em espécie*, *Das Contravenções em espécie e Disposições Gerais*, respectivamente. Cada Livro dividiu-se em Títulos e cada Título em Capítulo, Seção e Artigos.

²² Trata-se de um conjunto de inquéritos policiais de gatunagens, brigas, desordens e infrações de termo de bem-viver. AESP, Processos Policiais, 1890-1899.

²³ Olivia Gomes Cunha. Intenção e Gesto: pessoa, cor e produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. RJ: Arquivo Nacional, 2002, p. 172.

²⁴ Capítulo II, *Das loterias e rifas*, art. 367 e 368; capítulo III, *Do Jogo e aposta*, art. 369 até o 374, regulamentando a contravenção de jogos de azar, casa de jogatinas e a relação de vadiagem com jogos de azar. In: Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 737.

E discorre ainda mais sobre os resultados dos jogos de azar que reproduziam um número cada vez maior de indivíduos vivendo na miséria e com maus hábitos, pois

“ninguém ignora que o jogo favorece a ociosidade, separando a idéia do ganho da do trabalho, que ele dispõe o coração à dureza e ao egoísmo mais atroz. Ninguém pode desconhecer as revoluções súbitas que ele produz no matrimônio das famílias particulares em detrimento da moral pública e da sociedade em geral”.²⁵

Muito se discutia a respeito dos limites das leis sobre as questões morais, tais como o trabalho honesto, o domicílio conhecido, os jogos de azar, as loterias lícitas e outras práticas de lazer. Neste caso, a discordância de Macedo de Soares dirigia-se a permissividade com que as loterias e alguns jogos eram aceitos e explorados pelo Estado em detrimento de jogos menores, como o carteadado ou o *jogo do bicho*, considerados contravenções e, portanto, proibidos. No entanto, diferente do comentário de Macedo, o texto da lei não explicitava quais jogos eram proibidos, permitidos ou tolerados. Possivelmente, Soares sabia quais eram os jogos e os jogadores que estavam na mira da polícia e por isso escreveu o comentário à lei.

A interpretação das leis penais pela polícia foi considerada ineficiente para muitos comentadores do Código. Apesar da vigilância policial, Macedo de Soares acreditava que era difícil reprimir o vício pela ação direta do poder público, por melhor que fosse a lei confeccionada. Mais uma vez a solução seria “os bons costumes, que decorrem da moral privada e pública, [pois] são os únicos freios das paixões desordenadas”.²⁶ Com isso, ele sugere a ineficácia da autoridade policial em fazer valer as leis do código, deixando ainda mais subjetivo as soluções para o problema da ociosidade e dos maus hábitos: quem definiria os bons costumes e os controlaria?

Os artigos que inseriam o jogo e a aposta como contravenção e conferia penalidades aos jogadores – os art. 369 até 374 no Código Penal – já reconheciam esses indivíduos como vadios. O texto da lei concluía o capítulo dos jogos afirmando que “será julgado e punido como vadio todo aquele que se sustentar do jogo”.²⁷

O artigo 399 do Código Penal referente à vadiagem tentou definir com maior precisão quem era o vadio ou o “tipo do vadio profissional” e preceituava também as formas para a

²⁵ Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 737.

²⁶ *Idem*, p. 733.

²⁷ *Idem*, p. 737.

sua reincorporação aos padrões de comportamento sociais tidos como regulares através do trabalho. Considerava-se contravenção

“Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei; ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”.²⁸

Segundo as anotações do jurista Antonio Bento de Faria²⁹, para o Código Penal de 1890, vagabundo não era propriamente o indivíduo que vagava, mas aquele que *vadiava*. Com isso, consideravam-se vadios os indivíduos sem domicílio certo, os que não tinham *habitualmente* profissão ou ofício, nem renda ou meio conhecido de subsistência. No entanto, não era importante que a habitação do indivíduo fosse fixa ou que o domicílio certo pertencesse exclusivamente a ele, bastava que habitasse em casa de outrem.³⁰

Com o intuito de dispor um instrumento útil “aos que tiverem de aplicar ou solicitar a aplicação da lei penal”³¹, o jurista acaba por colocar em evidência as brechas destas normas para quem quer que fosse. Isso porque, se os policiais poderiam lançar mão das indefinições em torno do Código Penal para acusar qualquer pessoa e, principalmente, em números cada vez maiores, os próprios acusados poderiam remeter a essas brechas legais para se defenderem ao longo dos inquéritos, questionando as atitudes e a autoridade dos homens que os prenderam.

Em relação à legislação imperial, o Código de 1890 procurava detalhar a caracterização do vadio. A ausência de domicílio certo é um desses acréscimos. Nas cidades, a ausência de endereços fixos era certamente significativa, especialmente em uma situação de aumento populacional, como a que atravessava os principais centros urbanos na virada para o século XX.

²⁸ Capítulo XIII, *Dos vadios e capoeiras*, In: Oscar Macedo de Soares. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004

²⁹ Por ter servido ao lado do Marechal Floriano Peixoto durante a revolta de setembro de 1893, Antonio Bento de Faria recebeu as honras do posto de Alferes do Exército. Depois, ainda exerceu os cargos de Amanuense da Repartição-Geral dos Correios, Promotor Público da cidade da Barra do Pirai e 2º Delegado Auxiliar da Polícia do Distrito Federal. Atuou como advogado e exerceu outros cargos públicos importantes, como os de ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal. Ver www.stf.gov.br.

³⁰ Anotações Teórico - práticas ao Código Penal do Brasil. De acordo com a doutrina, a legislação e a Jurisprudência, nacionais e estrangeiras, seguido de um apêndice contendo as leis em vigor e que lhe são referentes por Antonio Bento de Faria. RJ: Papelaria União, 1904, p. 608.

³¹ *Idem*, pp. 603-8.

Segundo o Código Penal, não bastava também que o indivíduo tivesse profissão ocasional, era necessário que fosse habitual, afinal pra a lei “é a habitualidade do trabalho o que ela reclama, pois é a ociosidade o que ela repugna”.³² O que se pretendia com a lei era qualificar a vadiagem como contravenção, pois como analisa Bento Faria,

“é a adoção voluntária de um modo de vida socialmente perigoso. O dispositivo supra assemelha ainda ao vadio o que: 1º provê a subsistência por meio de ocupação proibida por lei; 2º provê a subsistência por meio de ocupação ofensiva da moral e dos bons costumes”.³³

A preocupação com a prevenção da sociedade contra os tipos de vagabundos não estava clara nem para os comentadores das leis, quanto mais para as autoridades policiais que arbitravam o código. Bento Faria ainda precisava que

“Atendendo a que a vagabundagem, embora não seja um crime completo, deve ser, entretanto, considerada com um estado anti-social permanente que exigem medidas de preservação constante”.³⁴

Neste caso, também eram compreendidos como vadios os indivíduos que não tinham ocupação legal como os cáftens e as meretrizes. Apesar de a prostituição não ser considerada crime nem contravenção, a legislação deu conta de cercá-la sem precisar condená-la. As brechas das leis lhe permitiam continuar existindo, mas também forneciam mecanismos para as autoridades autuá-las, qualificando-as em outras infrações, também como vadiagem.

Na legislação, a mendicidade e a vadiagem era entendida como meios que o indivíduo adotava para ganhar dinheiro sem trabalhar. A correspondência entre a vadiagem e os crimes relativos à prostituição era bastante íntima utilizando, inclusive, a mesma argumentação de corrupção dos costumes.

A pesquisadora Leriche de Castro Garzoni dedicou parte de suas análises às “indefinições da vadiagem”, que, segundo ela, continuaram imprecisas mesmo com a sanção do código penal e do artigo 399. Apesar de o texto da lei parecer simples, sua aplicação era bastante contraditória, afinal “como definir ‘profissão, ofício, ou qualquer mister’ quando as ocupações destinadas às classes pobres eram extremamente instáveis? (...) O que dizer sobre

³² Oscar Macedo de Soares. Código Penal da República, p. 605.

³³ Idem, p. 606.

³⁴ Idem. “Portaria expedida em 23 de março de 1903”, 8ª circunscrição policial da Capital Federal, *Apud* Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 767.

‘domicílio certo’ quando reformas urbanas (...) conduziam a arranjos provisórios nesse quesito?’³⁵

De qualquer forma, o que se configurava nas ações policiais, para a pesquisadora, era a preocupação em categorizar os crimes, as contravenções e as pessoas neles envolvidas e isso mostra que a vadiagem estava muito mais na forma de olhar determinadas ações e comportamentos, que na maioria eram imprecisos e instáveis.³⁶

O código penal ganhava outros significados, às vezes mais elásticos, na atuação diária da polícia com esses indivíduos. Verificou-se um aumento significativo de inquéritos policiais de infração de termo de bem viver³⁷, declarações de ocupação e residência³⁸ ao longo da década de 1890 que sugere a utilização de inquéritos como um meio de estabelecer a autoridade policial e o controle social.

Nas contravenções em espécie *Dos vadios e capoeiras*, o art. 399 determinava que a sentença que condenava o infrator como vadio deveria trazer a assinatura do termo de ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena que variava de 15 à 30 dias de prisão. Segundo os comentários da lei, o termo de ocupação é um complemento da pena e decorre da sentença que condena o contraventor, já o termo de bem-viver era uma medida de prevenção de que o contraventor se torne um criminoso. Ao tomar o termo de bem-viver, a polícia garantia que era uma “medida no interesse da ordem social, meio preventivo para não delinquir e assecuratório dos bons costumes e tranqüilidade pública”.³⁹

Muitos indivíduos compareciam às delegacias depois de encaminhamentos à polícia com condutas suspeitas. A declaração de Paulina Bonansea faz parte de um inquérito que não

³⁵ Leriche de Castro Garzoni. Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX). Dissertação de Mestrado, IFCH/ Unicamp, Fevereiro/2007, p. 12.

³⁶ Idem.

³⁷ O termo de bem-viver se referia ao documento assinado nas delegacias pelos contraventores da ordem, ou seja, os vadios, os bêbados, os jogadores e os desordeiros que se comprometiam a levar uma vida digna e a encontrar meios honestos de sobrevivência. Se o indivíduo fosse autuado em seguida pelo mesmo motivo, a autoridade enquadrava-o no artigo 400 do Código Penal, por infração do termo de bem-viver.

³⁸ As declarações de conduta, ocupação e residência são partes de um inquérito policial de contravenção de espécie (gatumagem, desordem ou vadiagem) na quais, os indivíduos presos deveriam esclarecer seus ofícios e endereços nas delegacias. No entanto, alguns documentos estão incompletos, restando apenas algumas dessas partes no inquérito.

³⁹ Assim decidiu o Supremo Tribunal Federal por Acórdão de 30 de agosto de 1899, na revista de Jurisprudência, Outubro de 1898, p. 139 e o conselho do Tribunal Civil e Criminal, por acórdão de 13 de julho de 1900.

está completo, pois só se tem acesso ao seu depoimento.⁴⁰ Possivelmente, o inquérito foi instaurado para apurar as atividades do casal, pois ela trata de esclarecer à polícia a sua ocupação e a de seu marido. Na sala de audiência da 3ª Delegacia de Polícia, a italiana disse que:

“há três anos veio da Itália em companhia de seu marido Alfredo Bonansea, tendo residido em Ribeirãozinho. Que de volta deste último lugar, estão em São Paulo há dois meses. Que a declarante esteve até poucos dias empregada como cozinheira e que seu marido não tem tido até agora ocupação alguma”.⁴¹

A declaração da esposa de Alfredo Bonansea acabou e nada mais foi perguntado além das suas ocupações. Esta prática era comum nas delegacias de São Paulo, principalmente quando os indivíduos eram recolhidos nas ruas sob acusação de serem ébrios e vagabundos ou então, de viver da exploração de suas mulheres. Eles deviam prestar esclarecimentos sobre suas condutas, meios de vida, ofício e residência.

Em outro inquérito em que o russo Max Rappaport foi acusado de caftismo, a testemunha inquirida, Alexandre Bayer confirmou que o mesmo Rappaport

“vive dos proventos da prostituição de uma mulher cujo nome o depoente não se lembra”.

Em seguida, outra testemunha, o austríaco Antonio Alvian declarou que:

“Rappaport vive exclusivamente a expensas de Thereza May, que da prostituição em que esta vive, tira os meios de manutenção de ambos. Disse mais, que devido a isto, Rappaport nunca se empregou em coisa alguma”.⁴²

Os casos de Paulina e Rappaport são situações diferentes. Apesar de os dois questionarem as ocupações que cada um exercia, o comparecimento na polícia se deu por outros motivos. Paulina foi declarar a ocupação, dizendo ser cozinheira enquanto que a

⁴⁰ Os casos levados à consideração da polícia dependiam da sua definição sobre se era ou não da alçada policial. Quando isso acontecia, a polícia classificava os envolvidos e algumas vezes, tomava os depoimentos e declarações, para enfim decidir se era o caso de dar continuidade ao inquérito ou se a autoridade da polícia podia ser usada para estabelecer algum tipo de acordo. Geralmente, quando o acordo ocorria, o inquérito era arquivado. Acredito que parte das folhas soltas de termos e declarações presentes nas latas de Polícia deve-se aos casos levados à delegacia e, antes mesmo que o inquérito fosse instaurado, o caso era resolvido de alguma forma. Sobre a rotina de trabalho nas delegacias, ver Marcos Luiz Bretas. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. RJ: Rocco, 1997, pp. 117-118.

⁴¹ Termo de Declaração de Paulina Bonansea, (1894). AESP, Processos Policiais, C03224.

⁴² Declaração de testemunhas sobre o cáften Max Rappaport, (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

acusação do inquérito contra Rappaport dizia que ele “era gatuno e vagabundo”, além de não ter ocupação nem domicílio.

Em ambos os casos, o questionamento sobre a ocupação mostrou que aqueles que não tinham empregos eram alvos importantes nos casos de polícia. A polícia dispunha de ferramentas apoiadas no código penal para autuar indivíduos suspeitos, mas o mesmo não delimitavam as situações em que se configurava um caso de vadiagem. As praças, paisanos e guardas, segundo seus depoimentos, davam voz de prisão aos indivíduos reconhecidos como vagabundos, mas não pormenorizavam quem eram esses vagabundos, o que eles faziam, quais condutas eles mantinham, etc.

João Oblak também foi conduzido à Delegacia de Polícia da Barra Funda, pois foi reconhecido pelas testemunhas como vagabundo e gatuno. Uma das testemunhas, o cocheiro Antonio Corrêa disse que

“conhece o acusado presente há muito tempo e que sabe que o mesmo é gatuno e vagabundo com retrato na polícia e processado já uma vez, que o acusado não tem ocupação nem domicílio certo e que vive sempre de produtos de furtos e em companhia de conhecidos gatunos e vagabundos; que sabe que ainda que o acusado foi preso há tempos, quando tentava penetrar em casa de uma família para furtar”.

Depois da sua fala, foi dada a palavra ao acusado para contestar, e por ele foi dito que

“não é vagabundo nem gatuno e que por isso não é verdadeiro o depoimento da testemunha e diz que sustenta o seu depoimento”.⁴³

A vigilância dos delegados e policiais sobre a ocupação dos indivíduos durante a década de 1890 era tanta que tal constatação nos leva a confirmar a importância de ampliar o foco da análise, para incorporar os inquéritos policiais com naturezas de crimes e contravenções diversas. Somados os casos de infração de termo de bem viver, de declaração de ocupação e residência, sobre gatunos e vagabundos e os inquéritos de cáftens e lenocínio, temos um corpus documental mais denso sobre a atuação policial na primeira década da República e sobre as atividades de homens e mulheres de baixa extração social que viviam nas ruas de São Paulo.

⁴³ Inquérito Policial, A Justiça contra João Oblak, (1893). AESP, Processos Policiais, C03223.

1.2. “Nós a braços com a civilização”

Ocorria na cidade de São Paulo uma grande afluência de imigrantes europeus que chegaram e a ocuparam à sua maneira. Calcula-se que entre 1882 e 1892, cerca de 263.196 imigrantes entraram no Estado de São Paulo. Em 1895, a população da capital paulista já contava aproximadamente 130.000 habitantes.⁴⁴ Segundo os dados publicados no boletim periódico de 1952 sobre história demográfica intitulada de "Ensaio sobre a Demografia e a Economia", a capital paulista, em 1900, já atingia o número de 281.256 habitantes, mais que o dobro da população declarada em 1895⁴⁵, isso por causa da chegada maciça de estrangeiros. O mesmo ensaio traz números e perfis dos imigrantes: a maioria era de italianos, portugueses, espanhóis e alemães, como se pode observar nas tabelas abaixo.

As tabelas abaixo mostram o aumento da população imigrante na cidade de São Paulo nos anos de 1886 até 1916. A primeira tabela é específica para o ano de 1886 em São Paulo e mostra as principais nacionalidades presentes na cidade. Dentre um número de aproximadamente 12.000 habitantes de diversas nacionalidades em 1886, 48% deles eram italianos. Nas décadas seguintes o aumento de imigrantes na cidade foi significativo, saltando para 67.000 estrangeiros em 1893 e 273.942 em 1916. A tabela 2 evidencia que a maioria desses imigrantes era homem.

Nacionalidade	Tabela 1 - Cidade de São Paul: Números de Imigrantes, 1886 ⁴⁶	
	Imigrantes	%
Italianos	5.717	47,9
Portugueses	3.502	29,3
Alemães	1.187	9,9
Espanhóis	379	3,2
Austríacos	340	2,8
Inglêses	255	2,1
Africanos	205	1,7
Outras Nacionalidades	354	3,0
<i>Total</i>	<i>11.939</i>	<i>100,0</i>

⁴⁴ Richard Morse. Formação histórica de São Paulo. SP: Difusão européia do Livro, 1970, p. 241.

⁴⁵ José Francisco de Camargo. “Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos (Ensaio sobre a Demografia e a Economia)”, USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Boletim nº 153, nº 1, volume II, 1952. In: Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001, vol. 2.

Tabela 2 - *Cidade de São Paulo: Colônias Mais Numerosas, 1893 – 1916*.⁴⁷

Indivíduos	1893		1916		Total			
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	1893		1916	
Italianos	26.926	18.531	111.061	76.389	45.457	67,8%	187.450	68,4%
Portugueses	8.528	5.909	35.214	24.379	14.437	21,6%	59.593	21,8%
Espanhóis	2.845	1.973	11.877	5.959	4.818	7,1%	17.336	6,3%
Alemães	1.474	874	5.958	3.575	2.348	3,5%	9.563	3,5%
<i>Total</i>	<i>39.773</i>	<i>27.287</i>	<i>164.110</i>	<i>110.302</i>	<i>67.060</i>	<i>100%</i>	<i>273.942</i>	<i>100%</i>

Na tabela 1, feita a partir dos dados de Aroldo de Azevedo, no ano de 1886, a diferença entre imigrantes italianos e outras nacionalidades já mostrava a diferença entre as origens dos moradores da cidade de São Paulo. Os dados demográficos aumentariam durante a década de 1890, chegando a mais de 60% dos estrangeiros serem italianos. Na década seguinte a proporção das nacionalidades permaneceria praticamente a mesma.

A imigração configurou uma mudança física no cenário urbano da cidade. A imigração juntamente como o processo de urbanização da cidade contribuíram para o aumento de moradias, as ruas que foram ampliadas, os largos e as várzeas foram aterrados e loteados ao longo das últimas décadas do século XIX. A elite endinheirada do café importava mão de obras, máquinas e também, costumes europeus. A idéia de modernidade e civilidade era tão presente no cotidiano da cidade, nos escritos e jornais paulistanos⁴⁸, que inspirou grande parte dos trabalhos e estudos sobre São Paulo.

Não era apenas a capital que ganhava destaque no cenário econômico brasileiro, o estado de São Paulo como um todo se tornou o principal destino da imigração européia e tinha uma população de aproximadamente 1.384.753 habitantes em 1890 e quase o dobro na década seguinte, cerca de 2.282.279 na década seguinte. A tabela 3 mostra que a maioria durante as duas décadas foi homens.

⁴⁶ Aroldo de Azevedo (org.). (1958), *A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana*. São Paulo, Cia Editora Nacional, Elaboração: Emplasa 2001. In: *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, vol. 2, p. 45, tabela 38.

⁴⁷ Alberto de Souza e Censo Demográfico. “Estudos Demográficos - A População de São Paulo no Último Decênio 1907 – 1916”, Elaboração: Emplasa 2001. In: *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, vol. 2, p. 47, tabela 42.

⁴⁸ A manchete da primeira edição do jornal *A Província de São Paulo*, 12 de janeiro de 1883, dizia: “Nós a Braços com a civilização”.

Tabela 3 - *População no Estado de São Paulo 1890-1900*⁴⁹

	1890		1900	
	Total	Por 1000 h.	Total	Por 1000 h.
Masculino	708.011	511‰	1.185.569	519‰
Feminino	676.742	488‰	1.096.710	480‰

A partir dos números presentes nos censos demográficos, os italianos eram maioria. No entanto, não há como saber de que maneira foram contabilizadas as fontes desses censos, se os dados se basearam nas inscrições de imigrantes quando eles chegavam ao Brasil ou de todos os imigrantes que aqui residiam. Segundo os dados da tabela 2, no ano de 1893, havia mais de 67.000 estrangeiros na cidade de São Paulo. Apesar de os dados não serem contemporâneos, verificou-se dois anos depois, em 1895, que a cidade já contabilizava cerca de 130 mil habitantes. É possível perceber com a aproximação desses dados que grande parte da população era composta por estrangeiros de diversas nacionalidades, principalmente de italianos.

Pensar como era a dinâmica da cidade no período relativo ao recorte da pesquisa, ajuda a entender como os espaços públicos e as moradias eram controlados pelas autoridades policiais. Recentemente, a antropóloga Fraya Frehse fez uma pesquisa sobre os espaços da cidade de São Paulo, por meio da construção de imagens da cidade no final do século XIX. De maneira romântica, ela buscou sair pelas ruas como se pudesse ir caminhando através dos relatos de viajantes, de fotos, dos jornais e outras fontes que pudessem ajudá-la a reconstruir aquele ambiente.⁵⁰

O objetivo da pesquisa de Frehse era entender o espírito daquela época, quem eram as pessoas que freqüentavam cada ambiente e como era esse cotidiano. Ainda que com uma proposta ampla de tentar reconstruir a cidade através das fontes, ela traz elementos interessantes sobre a cidade, apontados sumariamente nas documentações dos escrivães da polícia.

Dividido em duas partes, “Tempo *da* cidade” e “Tempo *na* cidade”, Frehse começa seu texto a partir de relatos sobre a urbanização paulistana no final do século XIX. Durante esse período, os loteamentos das fazendas mais distantes do centro cresceram e acomodaram

⁴⁹ Secretaria da Agricultura, comércio e obras públicas do Estado de São Paulo, 1917. Diretoria de Indústria e comércio, *O Estado de São Paulo: seu progresso, suas riquezas: estatísticas econômicas*, SP: Pocal & Comp, 1917. In: Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras, I, 215, 2, 18.

⁵⁰ Fraya Frehse. *O tempo das ruas: na São Paulo de fins de Império*. SP: Edusp, 2005.

muitos trabalhadores recém-chegados à cidade. No entanto, essas acomodações pouco lembravam as ruas do centro e os padrões higiênicos cobrados nos jornais da época. Os subúrbios paulistanos estavam recorrentemente em notas dos jornais, com reclamações de sujeira das ruas, de falta de iluminação, de casas e hotéis mal frequentados. Frehse acompanhou na pesquisa essas regiões ressaltando de que maneira elas reagiram às mudanças urbanas da capital.

As propostas de transformações urbanas da capital paulista no final do século XIX tinham o desenvolvimento urbano das cidades européias como modelo. As cidades européias tornavam-se para a opinião pública – jornais e memorialistas –, uma inspiração de modernidade e civilização. No entanto, São Paulo enfrentava problemas com as contradições entre uma política constante de higienização e modernização dos costumes como comer, banhar-se, morar, etc. e obstáculos reais de manutenção da organização pública.⁵¹

Novas freguesias surgiam nas imediações do centro de São Paulo. A partir dessa movimentação, os problemas sociais estouravam e apareciam nas documentações públicas daquelas regiões. Frehse tabelou as principais freguesias que apareceram nas documentações seguidas do número de habitante em cada uma delas durante dois períodos, 1872 e 1890. Esses números são importantes para perceber o aumento populacional em certas regiões de São Paulo que em 1872 já eram mais populosas. A região central da Sé e Santa Efigênia foram bairros que sentiram a chegada maciça de imigrantes e o aumento do número de habitantes, que duplicou na última década do século XIX.

⁵¹ O fato de São Paulo ter abrigado várias experiências de grupos sociais que vinham de outras localidades do interior do estado e do país foi temas de diversos estudos. Trata-se de experiências que se somavam às dos habitantes já estabelecidos e dos estrangeiros recém-chegados, transformando e renovando as formas de sociabilidade ao dia-a-dia da cidade. Eram essas práticas que estavam em evidência nas políticas de saneamento e controle urbano. Ver Maria Cristina C. Wissenbach. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível". In: Nicolau Sevcenko, (org.) História da vida privada — vol. 3: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 117. Ver também Paulo Koguruma. "A saracura: ritmos sociais e temporalidades da Metrópole do Café (1890-1920)". Revista Brasileira de História (São Paulo), vol. 19, nº 38, 1999, pp. 81-99. Sobre os conflitos entre polícia e população, ver Marco Antonio Cabral dos Santos. "Polícia: homens da lei na Metrópole do Café". In: Mary Del Priore. Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000; Sidnei J. Munhoz. Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX. São Paulo: tese de doutorado em História, FFLCH/USP, 1997

Tabela 4 - Número de habitantes por freguesias, 1872 e 1890⁵²

Divisão administrativa	1872	1890
N. S. da Assumpção da Sé	9.253	16.395
N. S. da Conceição de Santa Efigênia	4.459	14.025
N. S. da Consolação e S. João Batista	3.357	13.337
Senhor Bom Jesus do Matosinho do Brás	2.308	16.807
N. S. da Expectação do Ó	2.023	2.161
N. S. da Penha de França	1.973	2.209
N. Senhora da Conceição de São Bernardo	2.687	-
N. S. do Desterro do Juquery	2.720	-
N. S. da Conceição de Guarulhos	2.605	-
<i>Total</i>	<i>31.385</i>	<i>64.934</i>

Nas diversas interpretações sobre São Paulo na virada para o século XX, os espaços públicos e privados aparecem em uma nova ordem urbana com ruas mais largas e iluminadas, moradias higiênicas, etc. São Paulo surgia como uma capital que se pretendia mais moderna a cada dia, agregando novos valores sociais de conduta. Assim, o Estado buscava dar o suporte necessário aos anseios "modernizantes" da elite paulistana, promovendo a limpeza física e moral do espaço público para garantir a ordem necessária ao desenvolvimento daquele projeto.⁵³ Os relatórios de província e relatos de memorialistas nem sempre se aproximavam da experiência dos moradores da cidade que viam a presença do Estado nos organismos de controle e policiamento muitas vezes de maneira mais conflituosa do que Frehse mostrou no livro.

Os intelectuais e políticos desenvolveram um conjunto de programas de governo que pretendiam transformar o Brasil em uma "sociedade européia nos trópicos"⁵⁴. Com tantos discursos reafirmando a idéia de "modernidade" e de "civilização", parece tentador se apropriar dela. No entanto, a própria documentação policial nos permite ver que o termo que

⁵² Recenseamento Geral 1872, Rio de Janeiro, Tipografia de G. Leuzinger & F^o, s.d., p. 427; e Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (Diretoria Geral de estatísticas), Sexo, Raça, Estado Civil, Nacionalidade, Filiação, Culto e Analfabetismo da População Recenseada em 31 de dezembro de 1890, Rio de Janeiro: Oficina de Estatísticas, 1898, p. 134. *Apud* Fraya Frehse. *Op. cit.*, p. 106, Tabela 1.

⁵³ Cf. Maria Stella Bresciani. "Imagens de São Paulo: estética e cidadania". In: Antonio Celso Ferreira, Tânia Regina Luca e Zilda G. Iokoi (orgs.). Encontro com a história (percursos históricos e historiográficos). São Paulo: Ed. Unesp, 1999; Sandra J. Pesavento, "Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo". In: Luiz Cesar de Q. Ribeiro e Robert Pechman (orgs.). Cidade, povo, nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

⁵⁴ George Reid Andrews. Negros e Brancos em São Paulo (1888 – 1988). SP: Edusc, 1998. A análise de George Andrews nos traz algumas importantes considerações sobre o modo como se deram as negociações entre proprietários e fazendeiros no pós-abolição e os novos arranjos de trabalhos, somando ainda a imigração de trabalhadores europeus. Ele constatou que entre 1888 e 1928, 2,1 milhões de europeus entraram no Estado. Este número era consideravelmente maior que a população da cidade de São Paulo em 1890, com 1,4 milhões de habitantes e representou mais da metade do total da imigração européia para o Brasil no mesmo período. p. 93.

parece tão explicativo pode ser vazio de significado, incoerente e muitas vezes ambíguo, até mesmo para os legisladores.

A historiografia brasileira recente tem descrito o período final do século XIX e início do XX como um lento e contraditório processo, que trouxe conseqüências específicas no Brasil quando tratamos das mudanças nas relações de moradia, trabalho e lazer. Alguns trabalhos que analisam a década de 1890 se preocuparam em evidenciar os problemas sociais advindos da imigração, vendo-os principalmente pelo viés do controle policial.

O trabalho do pesquisador Luiz Antonio Francisco de Souza sobre organização e controle social em São Paulo atenta para as divisões e atuações policiais na cidade de São Paulo nas primeiras décadas da República. Na dissertação de mestrado São Paulo, Polícia Urbana e Ordem disciplinar: a polícia civil e a ordem social na Primeira República⁵⁵, a descrição da cidade de São Paulo foi feita a partir de relatórios do prefeito da cidade, da vigilância sanitária e de memorialistas da época. Para o autor, as representações de urbanidade e modernização foram marcantes à cidade a partir de 1870, juntamente com o destaque econômico que as fazendas de café proporcionaram à região. A cidade ganhou contornos e habitantes novos – ou com novas identidades.

Souza acredita que a organização policial se inseriu neste contexto de crescente urbanização para controlar uma população que “teimava em não se amoldar aos projetos de desenvolvimento social proposto pelos criadores da República”. No entanto, a sua leitura da documentação mostra que essa urbanização a qual ele se refere tinha um lado perverso de controle que foi inaugurado com a República, trazendo a modernização como um fardo para as autoridades policiais, que tinham como missão instaurar a ordem. Ou seja, o controle policial seria uma característica da República assim como, a população “teimosa”. Não se trata de rebeldia contra a modernização, mas do conflito que causava o aumento do controle policial da população, a relação da polícia e dos policiados e a forma como a população se livrava deste controle.

O aumento populacional de fato trouxe novas questões para as autoridades públicas, mas que não foram negociadas apenas por meio do controle, de prisões, de perseguições e da “disciplina” dos paulistanos. Para Souza, com esses novos moradores, de arranjos sociais em

⁵⁵ Luiz Antonio Francisco de Souza. São Paulo, Polícia Urbana e Ordem disciplinar: a polícia civil e a ordem social na primeira república. Mestrado em Sociologia, FFLCH/ USP, 1992.

conflitos com os ideais de higiene, trabalho, moradia e estética importados da Europa, as posturas municipais mudaram e, conseqüentemente, as ações policiais também. São mudanças que ele analisou e descreveu situando-as em paisagens que deixaram de existir ou que foram modificadas a partir da última década do século XIX.

Na formulação do argumento da criação de um aparato policial técnico de atuação e controle social, Souza recupera a imagem dos dois lados da moeda: a cidade modernizada e a cidade ofuscada pela modernização. Ou seja,

“a cidade não experimentava somente progressos, ela própria acolhia em bairros sórdidos, subterrâneos(...) uma população heterogênea, variada, indistinta, que trabalha, luta, sofre misérias e faz economias. (...) A realidade crua, e relativamente negada, juntamente com os crimes sensacionais, greves revoltosas, sedições, vandalismos, roubos, furtos, etc. animavam campanhas de moralização e controle”.⁵⁶

Do mesmo modo, o discurso da modernidade é recuperado pelo autor para explicar o aumento do aparato técnico da polícia, do contingente e, também da atuação policial nas ruas. O problema dessa análise é que a idéia de modernidade estática e por vezes, pejorativa obscurece as justificativas da polícia em autuar os tipos europeus e também, de entender se havia a necessidade clara de um aumento de controle por conta de um aumento da criminalidade.

Boris Fausto verificou que a manutenção da ordem era garantida através do controle social, já que era evidente o aumento de processos criminais que ele categorizou como os crimes de sangue, propriedade, fraude e sexo.⁵⁷ Nos casos em que a natureza dos crimes era o sexo, Fausto acreditava que os processos reforçam ainda mais a importância da proteção policial sobre as famílias e conseqüentemente, sobre as mulheres, detentoras do papel de interiorizar esses valores morais, apelados pelas autoridades.

Um pesquisador que se destacou no estudo sobre a criminalidade e prostituição em São Paulo foi o delegado Guido Fonseca que teve acesso a um grande volume de documentação e relatórios policiais completos da cidade referentes ao período de 1870 a 1950.

⁵⁶ Idem, p. 49.

⁵⁷ Boris Fausto. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). SP: Brasiliense, 1984.

Fonseca buscou referências documentais importantes sobre este momento nos arquivos de polícia e Justiça. Ele fez um levantamento dos relatórios policiais encaminhados ao Chefe de Polícia de São Paulo entre 1893 e 1902 e concluiu que os relatórios, “embora incompleto, pois se referem apenas aos inquéritos policiais remetidos à Justiça, permitem-nos, notar a predominância dos estrangeiros no quadro geral da criminalidade paulistana”, aumentando vertiginosamente ao longo dos anos.⁵⁸

O trabalho de Fonseca traz diversas referências de dados e informações que se perderam ao longo dos anos de arquivamento da documentação policial e jurídica, bem como também a separação e a dificuldade de acesso em arquivos de São Paulo. No entanto, alguns cuidados são necessários na leitura das análises de fonte de Fonseca. Ele utiliza a documentação policial para provar sua hipótese de que havia realmente uma íntima ligação entre o aumento da população estrangeira em São Paulo, que ele chama de “alienígenas”⁵⁹ e a criminalidade. Analisa os dados da polícia como se de fato fossem a expressão da realidade das ruas e os registros policiais, neutros.

Segundo a análise de Fonseca para os relatórios policiais, em 1904 o quadro se inverteu e os brasileiros lideraram as estatísticas policiais: de um total de 14.132 presos, 6.646 eram brasileiros. Em seguida vinham os italianos com 5.173 detidos.⁶⁰ O problema da análise de Fonseca é que ele preferiu dividir os policiados por nacionalidade (brasileiro, italianos, português, etc.), só que, no entanto, se somarmos o total de estrangeiros, 7.486, veremos que eles ainda superavam os brasileiros nas estatísticas policiais. O quadro não se invertia, apenas aproximava os indivíduos nacionais e estrangeiros.

Fonseca analisou esses dados como uma “mudança do submundo”, onde antes havia uma pacata cidade provinciana se instalaram o crime e a violência, que destruíram e alteraram os costumes urbanos. Ele culpa os estrangeiros pelas mudanças no “submundo” ao relacioná-los com novas práticas criminosas como a prostituição e o “aparecimento do cáften profissional, tipo desconhecido do nosso submundo [que] veio dar à prostituição uma feição mais competitiva, violenta e escandalosa”.⁶¹

⁵⁸ Guido Fonseca. Crimes, criminosos e criminalidade em São Paulo. São Paulo: Resenha Universitária, 1988, pp. 48-51.

⁵⁹ Guido Fonseca. *Op. cit.*, p. 48.

⁶⁰ Antonio de Godoy. “Relatório apresentado ao Secretário do Interior e da Justiça pelo Chefe de Polícia do Estado de São Paulo – 1904”. Typ. Espíndola Siqueira & Comp., p. 65. *Apud*, Guido Fonseca. *Op. cit.*, p. 48.

⁶¹ Guido Fonseca. *Op. cit.*, p. 52.

A leitura dos relatórios policiais e as análises sobre a prostituição realizadas por Fonseca deixam perguntas sem respostas. Afinal, o aumento das prisões de estrangeiros estaria necessariamente ligado ao aumento de crimes cometidos por eles? Talvez esses dados pudessem ser explicados devido a um aumento do controle policial de práticas consideradas a partir de então condenáveis, como o caftismo e todos os crimes advindos dele, por exemplo.

Boris Fausto utilizou de forma diversa a documentação policial e jurídica de São Paulo. O interesse de Fausto em Crime e Cotidiano era elaborar análises fundadas em uma metodologia quantitativa, debruçando-se sobre os processos criminais de São Paulo no período de 1890 a 1924. Pretendia com isso entender se as regularidades de ocorrências, crimes e estatísticas das transgressões de normas penais revelavam comportamentos da população paulistana. Ou seja, sua análise privilegiou e relacionou as matrizes que se repetiam na documentação criminal, tais como a imigração, o espaço social, etnias, sexo, idade, etc.⁶²

As análises quantitativas de Fausto concluíram que a criminalidade estava intimamente ligada à questão da pobreza. No entanto, ele levanta outras interpretações sobre essa relação, já que conseguiu mapear alguns indivíduos nas documentações. Segundo ele, “cada grupo ganha contornos próprios, abrindo-se para temáticas preferenciais: os negros levam gritantemente ao tema da discriminação; os imigrantes da ascensão social e da adaptação a novas condições de vida, as mulheres, em geral, à dominação através da família e do casamento (...), os delinquentes de carreira, ao problema de sua produção social.”⁶³

Apesar de chamar de “inconclusões” as suas considerações finais, o recorte sobre a criminalidade em São Paulo forneceu para ele instrumentos para tentar entender os indivíduos presos pela polícia e como as normas e valores institucionais foram interiorizados pelas autoridades policiais, jurídicas e a população ao longo das gerações. No entanto, essas ponderações ainda fomentam dúvidas de como e por que eram autuados homens, mulheres, imigrantes, etc. que posteriormente ele uniu em grupos sociais. Apesar de separar os grupos durante suas análises, ele juntou todos sob uma mesma categoria definida pela pobreza.

A interpretação dos documentos oficiais da época deixa lacunas sobre o cotidiano dos indivíduos que aparecem nos processos. Para Boris Fausto, tudo indicava que o “fenômeno

⁶² Boris Fausto. *Op. cit.*, pp. 11-29.

⁶³ *Idem*, p. 261.

da criminalidade”, sob os cuidados da instituição judiciária, médica e policial seguiu um movimento mais amplo e geral da República, vinculado ao crescimento urbano e à industrialização nascente trazida em grande parte, pela imigração.

Nos inquéritos policiais guardados no Arquivo do Estado, as rubricas que definiam as naturezas dos delitos se mostraram mais amplas, já que são casos com poucas informações e que ainda não podem ser definidos como crimes, inscritos nos artigos da lei. O agrupamento dos inquéritos foi feito a partir de informações da própria documentação e com isso, foi possível catalogar os indivíduos que foram parar na polícia em mais conflitos, além dos de sangue, propriedade, fraude e sexo.

1.3. Indo à Polícia

A questão social se tornou foco na legislação republicana como caso de polícia. Para Fernando Teixeira da Silva, em Operários sem patrões, o controle da ordem social foi o principal meio republicano de conter aqueles que a contestavam. Em seu livro, ele argumenta que neste regime era possível encontrar algumas situações em que o poder Judiciário agia a favor dos trabalhadores e operários, questionando, desta forma, algumas ilegalidades e até inconstitucionalidades das ações da polícia. Assim, muitos processos de expulsão de estrangeiros, para Silva, funcionavam como instrumento para culpar e controlar os uma população estrangeira, em resposta aos processos que não tinham continuidade no judiciário.⁶⁴ A divergência entre os poderes executivo, judiciário e também a ação policial era evidente na primeira década da República.

A polícia contava com diversos mecanismos de controle dos policiados, tais como as prisões em flagrante delito, as queixas e as denúncias, que forneciam elementos para um inquérito policial. A primeira etapa de um inquérito era a ocorrência do delito quando era feito um primeiro registro do caso e dos envolvidos após eles serem encaminhados à

⁶⁴ Fernando Teixeira da Silva. Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 281. O aluno da pós-graduação, Rogério Giampitro Bonfá realiza uma pesquisa no Mestrado em História Social do trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira, sobre as leis de expulsão de estrangeiros de 1907. O seu foco é analisar os bastidores da criação das leis de expulsão de estrangeiros do Brasil a partir dos próprios processos de expulsão do Arquivo Nacional. As leis de expulsão de estrangeiros: o conflito entre os poderes Executivo e Judiciário (1902-1926). Fundação de Amparo à Pesquisa Científica do Estado de São Paulo, agosto de 2005.

delegacia ou a algum posto policial. Na documentação pesquisada nem sempre fica claro esse início: como de fato o caso foi parar na delegacia. O inquérito geralmente mostra as justificativas para a sua abertura, mas às vezes falta saber se foi encaminhado por denúncia, queixa ou flagrante delito.⁶⁵

Essa diferenciação é interessante pois, quando os inquéritos eram encaminhados ao Ministério Público, a lei exigia que os casos de violência carnal (defloramento e estupro) e rapto fossem iniciados através da queixa da ofendida ou por parte da mesma.⁶⁶ Nos inquéritos policiais, por sua vez, era cobrada a menoridade da ofendida e as vezes o exame médico legal, mas a forma como havia sido encaminhados o ofensor e a vítima não era uma questão. Talvez a ambigüidade da lei em definir como os indivíduos deveriam acessar à Justiça para resolver os delitos cometidos contra eles, ocorria devido a ausência de critérios da própria polícia ao abrir um inquérito de defloramento, por exemplo. O encaminhamento à polícia de indivíduos acusados de defloramento era feito pelos agentes policiais informados por transeuntes, hóspedes, os patrões, os familiares e até mesmo a menor. Entender quem tinha o interesse em informar a polícia ajuda a entender para quem e por que a manutenção da honra das menores interessava.

De qualquer modo, o indivíduo era levado à Polícia por um condutor – ou seja, aquele agente responsável por levar o preso à delegacia – e iniciava a narrativa fornecendo a sua versão dos fatos. O preso deveria, então, ter a oportunidade de se contrapor a acusação e, até,

⁶⁵ A queixa pressupunha uma vítima reclamando a ação da polícia em resolver o caso, como nos casos de defloramento, nos quais a vítima ou a família eram os queixosos. A denúncia, por sua vez, poderia ser feita por qualquer pessoa sem que ela fosse configurada no inquérito como vítima do delito que acusava. Em alguns casos, verificaram-se denúncias anônimas ao delegado para o mesmo instaurar uma investigação. Casos de contravenção em espécie, não havia queixosos porque não existe a figura de uma vítima da contravenção. A idéia neste caso, é que a prática atuada como contravenção afetava a moralidade pública e a todos os cidadãos, conseqüentemente. Os inquéritos também eram instaurados depois de acidentes e incêndios para poder investigar se era crime e se havia suspeitos.

⁶⁶ A pesquisadora Martha Abreu buscou entender as práticas das autoridades jurídicas e policiais que produziram e disseminaram padrões de honestidade e como as mulheres e homens de famílias pobres viram seus problemas sendo discutidos nas estações policiais e nas salas de audiência e re-significaram. Meninas perdidas: o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. RJ: Paz e Terra, 1989, p. 70. Ver também o Art. 407 do Código Penal, *Livro IV: Das disposições gerais*. “Haverá lugar a ação penal: §2. Por denúncia do ministério público, em todos os crimes e contravenções. Excetuam-se: 2º Os crimes de violência carnal, rapto, adultério, parto suposto, calúnia e injúria, em que somente caberá proceder por queixa da parte, salvo os casos do art. 274.” O art. 274 era específico dos crimes de violência carnal e rapto e não deixava evidente se seria por denúncia ou queixa o que tornava ainda mais indefinida a repercussão da lei nas atuações policiais se nem nas interpretações do código esta questão era resolvida. Ver Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed. Fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004, pp. 789-790.

chamar testemunhas para depor em sua defesa. Nesse momento, o auto de declarações dos acusados ou vítimas era tomado, registrando as primeiras informações sobre o caso.

No material selecionado da polícia, os inquéritos seguiam sempre um padrão, mesmo quando se tratava de um flagrante, que nesse caso, a polícia produzia o auto de prisão em flagrante. A continuidade da prisão em flagrante consistia em qualificar o acusado, interrogando-o sobre filiação, estado civil, idade, naturalidade, instrução, profissão e residência. Participava desta pequena audiência⁶⁷, o escrivão, os condutores, o delegado (ou subdelegado) e os encaminhados à polícia, que poderiam ser os acusados, as vítimas e as testemunhas.

A partir dos registros em autos de declaração, perguntas, prisões e qualificações na polícia, os inquéritos eram instaurados e a investigação policial deveria ser concluída antes de serem encaminhados ao promotor, no Ministério Público para se tornarem mais tarde, um processo criminal. Com o inquérito aberto, as provas eram então apuradas nas delegacias. Nos casos de defloração, uma das provas era o exame de corpo de delito, que atestaria a perda recente da virgindade, a outra era um documento que provasse que a vítima era menor de idade, e por fim, a presença de testemunhas, confirmando a ocorrência de defloração. Em dezessete inquéritos policiais de defloração guardados no Arquivo do Estado entre 1890 até 1900, apenas três continham o auto de exame de corpo de delito, número bem diferente do que a pesquisadora Lívia Maria Tiede encontrou para o período posterior. Analisando a mesma documentação para os anos de 1905 a 1910, ela encontrou vinte e cinco inquéritos constando apenas o Auto de Exame de Corpo de Delito em total de trinta e oito inquéritos policiais de defloração. Em seu artigo, “Considerações sobre a honra das *meninas perdidas* paulistanas no início do século XX”, ela avalia que o maior problema dessa documentação deve-se justamente ao fato de “não trazer muitas informações sobre o crime em si (...) e apesar de importantes, esses dados não são suficientes para analisar os crimes contra a honra de forma quantitativa”.⁶⁸ Isso porque, segundo ela, os exames de corpo

⁶⁷ A apropriação do termo da esfera judicial foi feita pela pesquisadora Olivia Gomes da Cunha e se refere ao momento da qualificação dos suspeitos e acusados na delegacia como “audiência”. Ver Idem. Intenção e gesto. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). RJ: Arquivo Nacional, 1999, p. 83.

⁶⁸ O artigo foi apresentado sob o título “Considerações sobre a honra das meninas perdidas paulistanas no início do século XX”, em um curso ministrado pelo professor Robert W. Slenes, na pós-graduação em novembro de

de delito não trazem, por exemplo, quem foi o declarante do crime, quem era o acusado da ofensa, menos ainda, seus dados profissionais, raciais, entre outros.

Em casos de contravenção, como as infração de termo de bem-viver ou de inquéritos contra vadios e suspeitos de vadiagem, bastavam testemunhas com residência e trabalho fixos para deporem sobre o estado, a condição e os meios de subsistência do suspeito. Era fundamental que esses indivíduos tivessem emprego ou ofício na cidade e alguém como referência de conduta moral, tais como seus familiares.

No caso do inquérito contra Flomento Julio em 1895, uma portaria foi aberta para iniciar o inquérito policial na 1ª sub-delegacia de polícia do Brás. A abertura de portaria para enquadrar os contraventores da ordem era uma maneira de agilizar a prisão dos mesmos, pois assim, já se produzia antes da prisão, provas da conduta de vadiagem desses indivíduos. Geralmente, a polícia era informada por agentes ou qualquer outra pessoa sobre a vida do suspeito. No caso de Flomento, o subdelegado do Brás já estava com ele na sua repartição para processá-lo na contravenção de vadio, seguindo o art. 399 do Código Penal. A portaria informava que havia chegado ao conhecimento do delegado que

“Flemento Julio não exerce profissão em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite, tanto que foi encontrado vagando pelas ruas, conduzindo um saco com dois perus, não sabendo dar explicações de onde os trazia, e, ao contrário, procurou evadir-se do poder dos soldados que o prenderam por esse fato. (...) Mando ao escrivão que cite o réu e as testemunhas para se processar pelo delito do artigo 399 do Código Penal”.⁶⁹

Em todos os inquéritos de infração de termo de bem-viver ou de vadiagem, os condutores (praças do corpo policial) encontrados, deram o flagrante e foram também testemunhas. Os apitos dos praças, paisanos e inspetores de quarteirão indicavam provavelmente os indivíduos vadios e, com a ajuda de outros policiais eram conduzidos até a delegacia. O praça Miguel Gimenes estava na sua patrulha da rua do Gazômetro, “quando viu o acusado às quatro horas da madrugada mais ou menos, conduzindo um saco com perus (...) e desconfiado que se tratasse de algum roubo, o prendeu”⁷⁰

2003 e foi incorporado ao texto final da dissertação de mestrado da Livia Maria Tiede, E quem não é homem de cor? Sociabilidades negras em São Paulo no início do século XX, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

⁶⁹ Processo Policial, A Justiça contra Flomento Julio (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

⁷⁰ Idem.

A conclusão do inquérito de vadiagem é o relatório feito pelo subdelegado, confirmando que o réu é

“vagabundo conhecido, vê-se pelo depoimento das testemunhas e pela própria confissão do réu (...) chegando mesmo a declarar que se não se empregou, foi porque não procurou emprego! (...) De acordo com as provas deste auto, me parece que o réu está incurso nas penas do art. 399 do Código Penal”.⁷¹

O parecer do delegado, no entanto, não foi aceito para a condenação de Flomento Julio. Depois de doze dias preso, o Chefe de Polícia de São Paulo, Bento Bueno decretou que ele fosse posto em liberdade.

Esse caso, assim como outros semelhantes, mostra a reincidência dos indivíduos presos considerados vagabundos, por infração de termo de bem viver e por furtos. O fato de Flomento passar 12 dias na prisão demonstra a rapidez com que eram declarados contraventores, presos e depois soltos. Em um mês, a polícia deu conta de prender e enquadrá-lo segundo a lei, e fazia isso com maior frequência cada vez que detectava um suspeito de contravenção. O estrangeiro Paulo Ebecken foi preso nove vezes em quatro anos morando na capital paulista, sendo a maioria das prisões por infração do termo de bem viver. Nas prisões por crime de furtos, Ebecken foi condenado por sentença do júri, mas também foi solto em seguida. O chefe de Polícia pedia então, que o indivíduo fosse deportado para o Rio de Janeiro, “visto servir ele somente para infestar a cidade”. O propósito era que ele fosse, enfim, deportado do Brasil.⁷²

A comprovação de ofício, residência ou referências de bons costumes eram importantes em todos os inquéritos de delitos relacionados ao não-trabalho. Eram cobrados e reafirmados também nos auto de perguntas nos casos de roubo, brigas, agressões, etc.

Boris Fausto teve acesso a um maior número de inquéritos policiais, inclusive àqueles que resultaram em processos-crime. Entre 1893 e 1923 ele contabilizou 8.991 inquéritos policiais, como consta nos relatórios de chefes de polícia da capital. O número de inquéritos é alto, pois Fausto analisou duas décadas de documentações, diferente do período da presente pesquisa que pesquisou os inquéritos policiais ao invés dos relatórios de Chefe de Polícia

⁷¹ Idem.

⁷² Correspondências (1890). AESP, Polícia, C2725, 1ª Seção, nº 289, Maio de 1890.

referente apenas a década de 1890. Para a primeira década republicana, foram encontrados 538 inquéritos policiais, distribuídos em 10 latas, guardadas no Fundo Processos Policiais.⁷³

A partir dos dados de Fausto para os anos de 1892 até 1896 e 1912 até 1916, constatou-se que as contravenções eram responsáveis pelo maior número de prisões em São Paulo, no período de 1892 até 1896 foi mais que o triplo em comparação aos crimes. Esse índice aumenta ainda mais no início do século XX, segundo o relatório apresentado ao Chefe de Polícia sobre os anos de 1892 até 1916.

Tabela 5 - Proporção de prisões por crimes e contravenções⁷⁴

	1892-1896		1912-1916	
	Número	%	Número	%
Crimes	5.324	24,5	7.459	14,4
Contravenções	16.397	75,5	44.492	85,6
Total	21.721	100,0	51.951	100,0

O fato de Fausto trabalhar com um período mais extenso do que o meu recorte para esta pesquisa não invalida a tentativa de dialogar seus dados com as informações levantadas durante a minha pesquisa com os inquéritos policiais da primeira década republicana.

Os dados de Fausto ajudam a perceber a intensificação do controle policial sobre um tipo de delito, as contravenções. As prisões por desordem quase sempre vinham acompanhadas da embriaguez dos envolvidos. Segundo ele, a dificuldade em determinar a causa da prisão por desordem, por exemplo, era justamente a “fluidez de distinção”: o indivíduo era ébrio, vagabundo ou gatuno e muitas vezes, os três.⁷⁵

Fausto separou os crimes das contravenções. A maior parte dos inquéritos policiais na cidade de São Paulo foi aberta em decorrência de “delitos de sangue” e representou 66% de todos os casos durante as duas primeiras décadas republicanas. Ele considerou delitos de

⁷³ Uma parte da documentação se encontra em um processo de deterioração e com a manipulação, estão faltando pedaços, as histórias estão incompletas ou então, são incompreensíveis. Atualmente, tem-se 528 inquéritos em que foi possível constatar o conflito, os envolvidos e colocá-los em um banco de dados para serem analisados. Nos 10 inquéritos restantes, não há informações suficientes para definir o conflito, entender a história e catalogá-los no banco.

⁷⁴ “Relatório apresentado pelo Chefe de Polícia da Capital ao Secretário de Justiça e Segurança Pública, 1892-1923” (RSJCP). In: Boris Fausto. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). SP: Brasiliense, 1984, p. 34.

⁷⁵ Fausto conseguiu constatar que a embriaguez era o maior motivo das prisões, correspondendo a 42,5% de todas as prisões por contravenções. Boris Fausto. *Op. cit.*, p. 36-38.

sangue aqueles que envolveram mortes, tentativas de homicídio, brigas e agressões. Assim como dividiu os ébrios dos vagabundos, pois trata-se de agrupamentos de casos feitos pelo pesquisador.

Em um período mais restrito que o pesquisado por Fausto, organizei os dados de maneira a agrupar os delitos para facilitar a busca individual dos inquéritos na pesquisa, mas em alguns casos foi difícil detectar o motivo pelo qual a polícia encaminhava alguns indivíduos. Isso acontecia nos casos de vadiagem e caftismo, falsificação e gatunagem, uma vez que o agente policial podia autuar sob várias acusações. Flomento Julio foi preso porque vagava nas ruas, não tinha emprego ou domicílio certos e, além disso, não prestou esclarecimentos sobre o saco de perus que trazia, fazendo-se suspeito também de roubo. Mas mesmo com todas essas acusações, o que pesava na suspeita de Flomento era a sua conduta de vagabundo e para prevenir a sociedade de que ele se tornasse um delinqüente mais perigoso, o inquérito de vadiagem foi instaurado e ele, preso.

A escolha da rubrica pela qual o inquérito foi aberto se deu com a análise do caso e as evidências que o inquérito trazia. Se tivesse na capa a causa, tais como defloramento, suspeito de cáftens, agressão já facilitava a qualificação do inquérito, caso contrário, os inquéritos eram agrupados de acordo com a história. Desta forma, os delitos foram reunidos da seguinte maneira⁷⁶:

Tabela 6 - Inquéritos segundo os motivos, 1890-1899⁷⁷

	Total	%
Roubo	88	16,4%
Briga	47	8,7%
Morte	40	7,4%
Agressão	35	6,5%
Furto	28	5,2%
Porte ilegal de arma	24	4,5%
Arrombamento	22	4,1%
Falsidade Ideológica	21	3,9%
Abuso da autoridade	20	3,7%

⁷⁶ Privilegiei as denominações e os motivos que apareciam descritos pelos escrivães da época no próprio documento. No entanto, quando não foi possível encontrar a descrição do delito ou da contravenção, reuni o inquérito junto com outros que julguei serem semelhantes. É importante lembrar que na instância policial os delitos não configuravam crimes ainda, dependendo das investigações policiais para incorrer em crimes e contravenções presentes no Código Penal. Os inquéritos averiguavam os suspeitos e os motivos que levavam a instauração do mesmo, e são esses motivos que foram reunidos nessa tabela 6.

⁷⁷ Arquivo do Estado de São Paulo, Fundo: Processos Policiais, 1890-1899, Lata C03220 até C03229.

Termo de Bem Viver	18	3,3%
Defloramento/Sedução/Amasiamento	17	3,2%
Revolta contra o governo	17	3,2%
Caftismo/Lenocínio	13	2,4%
Declaração de conduta	13	2,4%
Gatuno	13	2,4%
Asilo	12	2,2%
Conto do vigário	12	2,2%
Desaparecimento	12	2,2%
Incêndio	11	2,0%
Desordem	9	1,7%
Vadiagem	8	1,5%
Injúrias/Ofensas	7	1,3%
Invasão	7	1,3%
Mendicância	7	1,3%
Jogo	5	0,9%
Acidentes	4	0,7%
Embriaguez	4	0,7%
Desertor	3	0,6%
Comutação de penas	2	0,4%
Desacato	2	0,4%
Fuga	2	0,4%
Abandono	1	0,2%
Aborto	1	0,2%
Divórcio	1	0,2%
Extorsão	1	0,2%
Suborno	1	0,2%
Não consta o conflito	10	1,9%
<i>Total</i>	538	100,0%

Dentre os casos em que “não consta o conflito”, utilizei aqueles poucos inquiridos que apresentavam alguma indicação interessante para o trabalho, tais como nome, profissão, endereço, mas nos quais não foi possível definir o delito. Nesse item também estão alocados os casos incompreensíveis devido ao estado físico do documento.

Separei as brigas e as agressões dos casos em que aparecia claramente o termo “desordem” para analisar a forma como a autoridade policial autuava os indivíduos que ameaçavam a ordem pública daqueles que eram presos em pleno conflito, ou eram encaminhados feridos à delegacia depois de uma agressão.

No item “termo de bem-viver” agrupei todas as contravenções que foram autuadas sob essa rubrica ou aqueles que infringiram o termo já assinado. Separei os termos dos casos

em que os indivíduos foram levados à polícia por que estavam mendigando ou bêbados, já que nesses casos a fonte não indicou serem termos de bem-viver⁷⁸.

O brasileiro José David já tinha passado pela polícia para assinar o termo de bem-viver, se comprometendo a arranjar meio honesto de subsistência, mas infringiu-o e acabou na delegacia novamente em março de 1891, após um mês da primeira autuação. Os guardas urbanos Benedicto Signorelli e Miguel Verdi o conduziram a delegacia para prestar esclarecimentos, mas de nada David se defendeu.

“(...) o presente auto pelo qual se verifica que o mesmo infringiu o termo de bem viver que assinou na subdelegacia de polícia desta Capital, visto como continua na mesma vida de vagabundo, ébrio, gatuno como são testemunhas os guardas que o prenderam. E ordenou mais o juiz que o acusado fosse intimado para se ver processar”.⁷⁹

A trajetória do inquérito seria a mesma dos outros casos se não fosse a presença do juiz no auto de infração de termo de bem-viver. Não era comum o encaminhamento de casos como este ao juiz, pois geralmente quem arbitrava os processos de vadiagem era o Chefe de Polícia e às vezes, os delegados. Em São Paulo, casos como este eram encaminhados ao Chefe de Polícia, que determinava a prisão do contraventor e desde o momento da prisão, o indivíduo permanecia na cadeia até que a decisão do chefe de polícia fosse tomada. Era um delito inafiançável. O registro de casos de vadiagem era diferente dos outros porque não era um inquérito que tinha continuidade, ele acabava na delegacia e por esse motivo também era referido como processo. Nos processos por vadiagem, as falas emitidas pelos envolvidos eram definitivas, sendo o único suporte a partir do qual o Chefe de Polícia avaliaria cada caso.

No Rio de Janeiro, com a aplicação da lei 628 de 1899, o Chefe de Polícia e delegados poderiam processar *ex-officio* as contravenções previstas no Código Penal. Ao decretar isso, tornava legal o que já era praticado nas delegacias.⁸⁰

⁷⁸ O termo de bem-viver se referia ao documento assinado nas delegacias pelos contraventores da ordem, ou seja, os vadios, os bêbados, os jogadores e os desordeiros que se comprometiam a levar uma vida digna e a encontrar meios honestos de sobrevivência. Se o indivíduo fosse autuado em seguida pelo mesmo motivo, a autoridade enquadrava-o no artigo 400 do Código Penal, por infração do termo de bem-viver.

⁷⁹ Auto de autuação de Infração de Termo de Bem-Viver em que é réu José David (1891). AESP, Processos Policiais, C03220.

⁸⁰ Ver artigo 6º, parágrafo 5º, da lei n.628 de 28 de outubro de 1899: “apresentados os autos ao pretor, mandará este incontinentemente intimar o acusado para, no prazo de 24 horas improrrogáveis, apresentadas da intimação, requerer as diligências legais que tiver por conveniente a sua defesa, devendo tais diligências ter lugar nas 24

No caso de José David, a presença do juiz condenado às penas da lei parece reforçar a característica dos casos de vadiagem, em que a solução deveria ser rápida e decidida sem muita investigação. Quando o indivíduo não era preso em flagrante, o processo deveria ser iniciado com a portaria feita pelo delegado e o réu tinha, então, que comparecer na delegacia. Isso facilitava ainda mais a rapidez em deferir a pena e encerrar o processo.

Por isso, o Chefe de Polícia considerou que o acusado

“José David continua sua mesma vida de vagabundo, ébrio e gatuno pelo que foi preso, apesar do termo de bem viver que assinou como tal. Sejam estes autos remetidos por intermédio do escrivão do Júri ao Meritíssimo Sub. Dr. Juiz de Direito do 2º Distrito Criminal a fim de julgar como foi de justiça”.⁸¹

Neste caso, o processo foi encaminhado ao juiz e José David cumpriu pena de 30 dias na prisão, e em doze de maio foi expedido o alvará de soltura. O depoimento das testemunhas foi determinante para o parecer favorável à condenação de José David. Os dois guardas urbanos, que prenderam o acusado enquanto faziam suas respectivas rondas, confirmaram a história ao sub-delegado, dizendo que

“conhece ao acusado presente José David como gatuno, ébrio, desordeiro e sabe de ciência que o mesmo assinou termo de bem viver perante a subdelegacia de polícia por esta o acusa, que no entanto, continua na mesma vida de vagabundo, gatuno e desordeiro”.⁸²

Novamente, a dificuldade de definição e caracterização dos conflitos é guiada pela própria fonte. Vadios, ébrios, gatunos e desordeiros apareciam juntos nas acusações de vadiagem como se fosse um só tipo de contraventor. No relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo secretário da Justiça e Segurança Pública, Washington Luiz em 1906, ele considerou “vadios não só os vagabundos, como os mendigos válidos, os jogadores de profissão, os cáftens, os ratoneiros, etc. enfim, todos os hóspedes do artigo 399 do Código Penal”.⁸³

horas seguintes e na presença do acusado e, se este nada requerer ou for revel, seguir-se-á o julgamento imediato”. In: Oscar Macedo de Soares. Código Penal, Apêndice, p. 820. A ausência do acusado nos julgamentos por vadiagem é um aspecto bastante criticado por Evaristo de Moraes, ver Ensaio de Patologia Social, pp.7-8.

⁸¹ Idem.

⁸² Auto de autuação de Infração de termo de bem viver em que é réu José David (1891). AESP, Processos Policiais, C03220.

⁸³ Washington Luiz. “Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado, pelo secretário da Justiça e Segurança Pública, Washington Luiz em 1906”, São Paulo, 1907. *Apud* Boris Fausto. *Op. cit.*, p. 38.

Em alguns casos, em que o indivíduo era acusado de cativeiro, por exemplo, os condutores (agentes policiais) reforçavam a acusação dizendo que se tratava de um gatuno e vagabundo, tornando assim, as definições e caracterizações dos crimes uma teia entrelaçada e por vezes, fluida demais.

Resolvi criar um item específico para os casos de agressões cometidos pelos policiais, ou em que o poder de polícia era resgatado no conflito. Era comum encontrar inquéritos nos quais a vítima reclamava da violência policial e das confusões que ela armava nas ruas, nos restaurantes e em outros estabelecimentos comerciais. A presença da polícia nos inquéritos era tão grande que dentre os quase 1000 indivíduos envolvidos nos inquéritos policiais de São Paulo, 25% eram autoridades policiais e na maioria dos casos eles apareceram como condutores e testemunhas dos inquéritos. Considerei envolvidos aqueles que foram chamados a prestar esclarecimentos nas delegacias, como declarante, respondente, réu, acusado, vítima, querelado ou testemunha.

No dia 1º de abril de 1895, às quatro horas da manhã foi aberta uma portaria de número 208 na 4ª delegacia de Polícia de São Paulo contra dois indivíduos que haviam desacatado as autoridades. Um deles contou sua versão da história e disse que

“estando em restaurante a rua Santa Thereza, isto depois do seu trabalho na Padaria Francesa onde é empregado, no mesmo restaurante apareceu Cleto Pedro Marcelino agente da segurança pública e tomou assento na mesma mesa onde ele declarante e seu companheiro de trabalho de nome Basílio estavam ceando; que Cleto ceou e bebeu em sua companhia e depois ao terminar a ceia ele declarante pagou suas despesas e do agente Cleto e saíram para rua onde discutiam sobre certas violências praticadas por agentes de polícia; que Cleto ao chegar ao Largo da Sé o convidou e a Basílio a vir com ele até ao Largo do Rosário o que foi cedido ao dito convite e chegando (...) deu voz de prisão a ele e a seu companheiro sem o menor motivo sem a menor desavença entre si e os conduziu a polícia”.⁸⁴

O próprio guarda Pedro Marcolino conta outra versão um pouco diferente:

“Que estando ontem a noite em um botequim (...), tomando café, ali entraram dois indivíduos (...), que estes ao entrarem no referido botequim, pronunciavam-se contra os agentes da segurança dizendo que estes eram gatunos, cáftens e desordeiros e que se eles encontrassem agentes aquela hora quebravam a cara de quantos aparecessem; que os mesmos indivíduos sentavam-se em uma mesa do botequim e começaram a beber e continuaram sempre desprestigiando os empregados da polícia, que neste ato ali compareceu o agente número 40 e contou aos dois indivíduos que ele declarante era agente, estes indivíduos se dirigiram a ele

⁸⁴ Abertura da Portaria nº 208, 2ª seção contra Antonio Henrique da Silva e Basílio da Costa (1895). AESP, Processos Policiais, C03226.

declarante e ele disseram se nós soubéssemos⁸⁵ que tu era agente já tínhamos quebrado a cara e neste ato ele declarante (...) efetuou a prisão dos dois”.⁸⁶

As histórias não são coerentes, mas as duas são possíveis, visto que era conhecida a truculência das autoridades policiais, e as suas constantes arbitrariedades. Em uma carta assinada pelos negociantes das Ruas Visconde de Parnaíba, Domingo Paiva e Alegria denunciavam as posturas dos agentes da polícia que deixava clara a presença conflituosa da polícia nas ruas de São Paulo. Segundo o abaixo-assinado, as “tropelias e arbitrariedades que neste arrabaldes são continuamente vítima os moradores pelas praças de cavalaria e o 5º Corpo, que aproveitando a digna autoridade o Dr. Alferes Joaquim Alves dos Santos e os inspetores dos quarteirões, se retirem para dar princípio aos assaltos a qualquer transeunte botando espadas à direita e a esquerda sem distinção de sexo”⁸⁷

Certas prerrogativas policiais, como agir independente dos limites legais em alguns casos, eram reconhecidas pelos cidadãos comuns. A pesquisadora Cristiana Schettini ressaltou o policiamento das pessoas associadas ao caftismo em seu trabalho sobre a prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. Para ela, “no fim da década de 1910, a expressão *poder de polícia*, se não resumia esse reconhecimento, pelo menos definia um campo de debates acerca das prerrogativas reivindicadas pelas autoridades policiais”.⁸⁸ Essa expressão ganhou significados nos conflitos diários entre os homens fardados e a população em geral que circulava nas cidades. No entanto, é importante ressaltar que os relacionamentos entre os policiais e os civis ultrapassavam em alguns casos os limites do controle policial. O corpo policial que vigiava as ruas era composto de homens de baixa escolaridade, poucos sabiam ler ou escrever e viviam nas mesmas regiões em que moravam os “fora-da-lei” que prendiam.

No entanto, no inquérito de Antonio Henrique da Silva, o guarda Pedro Marcolino não foi questionado sobre o que fazia em um restaurante – ou botequim, como ele mesmo chamou- às quatro horas da manhã, juntamente com os indivíduos que ele prendeu posteriormente. Bastou dar voz de prisão e reafirmar o que os dois indivíduos presos faziam em um botequim, para que se configurasse a autuação.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Carta dirigida ao Chefe de Polícia, Dr. Theodoro de Carvalho (AESP). Lata Polícia, Maço sem título, 11/08/1893.

⁸⁸ Cristiana Schettini. *Op. cit.*, pp. 29-30.

Os comandantes das corporações militares estavam acostumados a receber comunicações da repartição central da polícia sobre brigas e desordens envolvendo seus subordinados. Simão Nicolau foi autuado por ter “intervindo em assuntos referentes aos presos desta repartição”. O Major Delegado da 2ª Delegacia de Polícia da Capital, Otaviano de Oliveira demitiu através desse inquérito o agente de segurança. Ele foi demitido por deslealdade ao corpo policial, mas principalmente, por intervir em questões da hierarquia policial e que não cabiam à sua função. O inquérito não trouxe maiores detalhes do estopim para o seu desligamento da polícia.⁸⁹

As relações entre os agentes policiais e a população criavam muitas vezes histórias confusas, pois em alguns casos extrapolavam as esferas legais e davam maiores interpretações para os delitos, configurando-os muitas vezes à maneira do próprio policial, ou seja, a versão dos policiais revelava tanto as ações padrões quanto as arbitrariedades cometidas por eles. Da mesma forma que a arbitrariedade policial era reconhecida pelos indivíduos comuns, estes também conheciam as práticas tradicionais de alguns policiais. Muitas vezes dispendo desse conhecimento como uma maneira de garantir a sua soltura. O gatuno e “jogador profissional” Antonio Pagna foi preso como gatuno e vagabundo. O inquérito a que se tem acesso concluiu pela sua soltura. Segundo o seu depoimento, disse que

“há quatro meses veio do Rio de Janeiro onde trabalhava como alfaiate, para essa Capital. Disse mais, que aqui chegando ainda trabalhou no mesmo ofício deixando-o, porém para viver de jogatina dormindo aqui e ali sem domicilio. Disse mais que na vida de vício que levava tinha como companheiro um tal de José, de bigodes ruivos estatura para alta brasileiro não sabendo o destino que o mesmo tomou. Disse mais, que os objetos de seu ofício vendeu por ter vontade de ir para o Rio de Janeiro. Disse mais não conhecer nenhuma das pessoas residentes na casa da Rua Müller onde diz ser sua residência”.⁹⁰

O espanhol Antonio Pagna contou sua história abertamente à Polícia e confirmou que morava na Rua Müller com outros indivíduos, também espanhóis. No entanto, a polícia fez a acareação e chamou para deporem na delegacia os supostos moradores da casa da Rua Müller. Joaquim Peres Romeiro, praça nº 49 do 5º Batalhão de Polícia disse que morava na casa de Josepha Cortez à Rua Müller, mas nunca viu tal indivíduo. Outra moradora da casa, a costureira de 17 anos, Maria Massi disse que

⁸⁹ Inquérito Policial, A Justiça contra Simão Nicolau (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

⁹⁰ Apontamentos sobre Antonio Pagna (1893). AESP, Processos Policiais, C03224.

“há dois meses reside na casa número 30 da Rua Müller em companhia de seu pai e mãe, morando também uma família espanhola como inquilino. Disse mais que em sua casa dão comida unicamente a alguns soldados do 5º Batalhão de Polícia. Disse mais, que quanto a Antonio Pahna que diz morar em sua casa nunca o viu nem o conhece estranhando a sua confissão. Disse mais que isso comprova com o fato de, sendo acareada com o mesmo Antonio Pahna este não conhecê-la. Disse mais que por ouvir dizer sabe ter morado anteriormente em sua casa uma família alemã”.⁹¹

Provavelmente, a casa de Josepha Cortez era uma pensão, constantemente freqüentada pelos soldados do 5º Batalhão e o indivíduo Antonio Pahna sabendo disso, aproveitou para indicar como sendo a sua residência neste inquérito. O caso sugere dúvidas sobre as atividades da suposta família que morava na casa. A dona da casa, Josepha Cortez afirmou que fornecia comida unicamente aos soldados, o que indica uma relação amistosa da polícia com os moradores desta pensão. Mas para ela, foi importante reforçar que se tratava apenas disso e “a visita que fez esta delegacia a sua casa naquele sentido muito a surpreendeu por não ser a mesma duvidosa”.⁹²

É possível que a hospitalidade fosse além dos almoços e o relacionamento entre as moradoras da casa com os homens fardados foi a “carta na manga” de Pahna para levantar suspeitas sobre a casa da Rua Müller e desviar as atenções sobre a sua vida de vício. Dessa forma, Pahna foi solto por falta de provas e de pessoas que testemunhassem sobre a sua vida desraigada, apesar do flagrante e da confissão.

O constante controle da polícia, principalmente sobre os estrangeiros, é visível na documentação policial, como foi o caso do francês H. Congnac que denunciou a polícia após apanhar de alguns guardas. O caso não teve finalização, assim como outros tantos que acabaram na delegacia de polícia para responder por suspeitas, muitas vezes sem provas.

Ele requisitou um exame de corpo de delito e afirmou que

“por inqualificável arbítrio da polícia foi espancado a rifladas no posto de Santa Cecília à exigência do capitão Fonseca solicitados e por ordem do alferes, subdelegado e comandante do dito posto. Pretendendo o requerente processas criminalmente os seus ofensores e cúmplices, requer a V. Exa. que se sirva de designar lugar, dia, hora e peritos para o auto de corpo de delito na sua pessoa”.⁹³

Cognac conhecia os limites da atuação policial e também de alguns mecanismos de defesa contra a arbitrariedade e truculência da polícia. Recorrer à própria polícia para

⁹¹ Idem.

⁹² Idem.

⁹³ Auto de corpo de delito em H. Congnac (1892). AESP, Processos Policiais, C03220.

reclamar as ofensas cometidas pelas autoridades assinala que esses homens fardados eram conhecidos – e ele sabia muito bem quem eram eles - e que prática, as regras de policiamento e de repressão eram ambíguas e elásticas.

Alguns casos não trouxeram indicações se eram termos de bem-viver ou encaminhamentos à polícia devido alguma outra infração. Tratam-se de casos sumários de averiguações de indivíduos, inquirindo sobre trabalho, moradia, relacionamentos, etc. Dessa forma, reuni esses inquéritos sob a denominação de Declarações de Conduta, que somaram 13 casos ao todo. Se reunirmos aos outros casos de infrações, como embriaguez, vadiagem, gatunagem, jogos, embriaguez e aos termos de bem-viver, somaríamos quase 80 casos, atrás apenas do número de inquéritos de roubo.⁹⁴ O fato de diferenciá-los nas rubricas permite perceber que o intuito de prender indivíduos considerados nocivos à sociedade efetivava-se através da assinatura do termo de bem-viver e, também, por meio de outras autuações, tais como os inquéritos de agressão, caftismo, abuso da autoridade, etc.

Um delito expressivo na última década do século XIX foram as revoltas com o governo republicano. Reuni sob essa rubrica ao todo 17 inquéritos policiais, sendo casos de reuniões de italianos saudando a Itália, de supostos anarquistas e publicações de panfletos ou jornais contra o governo. A década de 1890 foi bastante expressiva no controle da população estrangeira no Brasil e também em São Paulo.

Em 1894, no Relatório apresentado ao Secretário de Negócios da Justiça do Estado de São Paulo, o Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho declarou que o anarquismo se tornava o “fato de maior importância” no que dizia respeito à segurança pública na capital. Em 1895, quando Bento Pereira Bueno assumiu a chefatura de polícia, seus agentes de segurança voltaram à carga contra os anarquistas.⁹⁵

A repressão do anarquismo estava intimamente relacionada à repressão de estrangeiros. Por ser o “fato de maior importância”, a autuação dos imigrantes anarquista se intensificaram na última década do século XIX. A pesquisadora Claudia Baeta verificou o aumento de prisões e o recrutamento da polícia da capital com indivíduos estrangeiros e

⁹⁴ Acrescentei nestes casos também o encaminhamento feito pela polícia de indivíduos aos asilos e hospícios, pois mendigavam ou esmolavam na cidade.

⁹⁵ Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Junior e 31 de janeiro de 1895. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895, “Segurança Pública”, p. 5.

suspeitos de serem anarquistas na cidade. No entanto, há dúvidas se as ações da polícia eram contra comportamentos criminosos que deveriam ser reprimidos ou se era uma ação discriminatória contra os imigrantes.

O processo imigratório do final do século XIX ganhou visibilidade como uma questão a ser regulamentada. Segundo a pesquisa de Claudia Baeta sobre Anarquismo no Brasil na década de 1890, os “anarquistas eram, nas cidades brasileiras e nas fazendas do interior do país, vistos como um perigo distante e cuja presença em território nacional poderia ser evitada através de uma eficaz vigilância nos portos de entrada”.⁹⁶

É certo que as mobilizações trabalhistas, as greves e os atentados contra o Estado deviam assustar as autoridades brasileiras, assim como traziam alarmados os governantes dos países europeus e americanos. O grande número de imigrantes europeus desembarcados nos portos brasileiros deveria contribuir para aumentar as preocupações das autoridades em relação à entrada desses elementos indesejáveis. Não pesava apenas a desconfiança mais ou menos generalizada em relação aos estrangeiros, mas também o medo de chegar com eles desordeiros, indivíduos violentos e perigosos entre os imigrantes honestos e trabalhadores que ocupavam os postos de trabalho e as lavouras brasileiras.⁹⁷

Em 1893 chegou ao conhecimento do Chefe de Polícia, Dr. Bento Bueno que um estrangeiro atrapalhava o sossego público e mais, que sendo um federalista, o acusado Ernesto Kuhlmann “jurou derrubar o poder”. A acusação feita pelo Dr. Bernardino de Campos pedia que o mesmo Kuhlmann fosse autuado pela polícia para assinar o termo de bem-viver. Segundo a carta encaminhada ao Chefe de Polícia, Bernardino de Campos disse que

⁹⁶ Claudia Baeta Leal. *Pensiero e Dinamite: Anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890*, Unicamp, Tese de doutorado em História, p. 106.

⁹⁷ Idem. Conferir também outros trabalhos sobre a entrada de estrangeiros no Brasil e a busca por regulamentação da imigração. Lená Menezes. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. RJ: EdUERJ, 1996, p. 28. Sobre legislação e imigração no Brasil, Cf. também Leslie Sheldon Maram. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. RJ: Paz e Terra, 1979; Claudio Batalha. “Xenofobia e identidade nacional na Classe operária brasileira”. Texto apresentado no XVIII Congresso Internacional da LASA. Atlanta, Georgia, março de 1994; Michael Hall. “Imigrantes na cidade de São Paulo”, In: Paula Porta (org.). *História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954*. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v.3; Lená Medeiros de Menezes. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão da Capital Federal (1890-1930)*. RJ: Eduerj, 1996. Guido Fonseca. *Crime, criminosos e criminalidade em São Paulo (1870-1930)*. SP: Resenha Universitária, 1985.

“o intento do desordeiro e bêbado Ernesto Kuhlmann é trazer esta cidade em constante anarquia, fomentando conflitos entre soldados do exército com a polícia. Como deve a V. Senhoria saber, ele é federalista. Ele não perde vaga de pagar bebedeira aos soldados. (...) Ele não perde ocasião de bulir com filhas de família, mulheres casadas, etc, etc. e perdido enfim. Seria bom que ele assinasse o termo de bem-viver, e assim criasse vergonha!”⁹⁸

Ernesto Kuhlmann parecia um grande problema para a polícia, tanto que não faltaram acusações contra ele: desordeiro, bêbado, federalista e ainda pervertido. Na verdade esta correspondência ajuda a entender a dificuldade em formular o crime ou a contravenção em que tipos como Kuhlmann se inseriam. A preocupação em garantir a ordem e o sossego públicos era feita através das prisões de gatunos, ébrios, jogadores, cáftens e vadios. E para todos esses “hóspedes do art. 399”, a assinatura do termo de bem-viver era um instrumento que a polícia dispunha para controlar e arbitrar as penas de contravenção e outros tantos problemas que os indivíduos causavam à polícia, como Kuhlmann. Ser federalista e bulir com moças de família não eram contravenções, poderiam ser considerados crimes contra a segurança da República e de ultraje público ao pudor, mas não foram. O processo de contravenção era mais rápido e a conclusão seria da alçada da própria polícia.

1.4. Os acusados são quase todos homens

Assim como as divergências nas condutas das autoridades policiais em São Paulo na Primeira República era evidente, a diferenciação de atuação da polícia contra homens e mulheres também era notória. Dos 538 inquéritos policiais referentes à década de 1890, apenas 28 correspondiam aos casos em que as mulheres eram acusadas de crimes e contravenções.

Em alguns relatórios dispostos nas latas de polícia do AESP, esses números reforçam ainda mais essa disparidade entre homens e mulheres envolvidos nos inquéritos. Somente nos três primeiros meses de 1896, foram fotografados pela polícia de São Paulo 67 indivíduos, sendo 66 homens e uma mulher. Dos indivíduos presos neste ano, 1210 foram recolhidos à

⁹⁸ Correspondência ao Chefe de Polícia de São Paulo, Dr. Bento Bueno (1893). AESP, Polícia, Lata C2762, maço sem título.

cadeia sob custódia, sendo 997 homens e 213 mulheres. Em agosto do mesmo ano, a diferença dos indivíduos recolhidos em custódia era de 118 homens para 3 mulheres.⁹⁹

Os inquiridos em que os homens eram acusados do crime ou da infração são a maioria, mas são nos casos de infração de termo de bem viver, embriaguez, jogos, vadiagem e porte ilegal de armas que os homens são os únicos envolvidos. As autuações de indigentes ou mendicância, as mulheres aparecem como necessitadas de apoio, e são todas encaminhadas ao asilo de mendicância ou hospital dos alienados.

A presença de homens em casos de vadiagem era comum, ainda mais nos inquiridos policiais analisados para esta pesquisa. Quais elementos determinavam o envolvimento de homens nos casos de contravenção? Por que quase todos os envolvidos eram homens?

O processo de Angelino Pereira da Silva teve início no dia 6 de maio de 1893 e ele foi preso em flagrante pelo praça José Antonio Correia no dia 06 de maio de 1893, pois o praça sabia que ele era um vagabundo conhecido. Para configurar a infração, o delegado Major Otaviano de Oliveira deveria inquirir as testemunhas que se apresentaram e todas elas confirmaram que Angelino Pereira da Silva era um gatuno e vagabundo conhecido. Dessa forma, o inquirido deveria ser remetido ao Chefe de Polícia para ser tomadas as providências cabíveis. Entretanto, não tem como saber se Angelino assinou termo de bem-viver na sala da 2ª delegacia de Polícia da Capital, visto que o processo não traz encaminhamentos ao Chefe de Polícia.

Angelino Pereira da Silva não confirmou a acusação de gatuno ou vagabundo, ele inclusive disse que “é empregado em uma casa na Rua do Gazômetro, número 23, tendo sido preso na ocasião em que ia a mandado de seu patrão”.¹⁰⁰ Apesar das testemunhas de acusação inquiridas para o caso afirmarem que o réu era vagabundo, Angelino declarou que tinha trabalho fixo, o que pode sugerir que o caso foi arquivado sem maiores investigações ou então, que o delegado autuou a contravenção de Angelino nos arquivos da polícia. Mas como toda a contravenção de vadiagem, a pena só era aplicada quando o indivíduo infringisse a primeira notificação da contravenção. Neste caso era comum que assinassem o termo de bem-viver ou de ocupação e como estes não constavam do processo, cabe aqui as especulações.

⁹⁹ “Relatório dos trabalhos feitos pela repartição Central da Polícia no período de Janeiro à Março de 1896”, 2ª Seção. AESP, Polícia, C2836.

¹⁰⁰ Inquirido Policial, A justiça contra Angelino Pereira da Silva (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

Os agentes policiais autuavam os indivíduos e sabiam quem eram eles e as suas práticas antes do encaminhamento à polícia. Como já foi dito, várias práticas e condutas morais estavam vinculadas à contravenção de vadiagem. O homem vadio podia ser várias coisas: o desordeiro, o federalista, o gatuno, o mendigo, e a polícia instrumentalizava o processo de contravenção para penalizar vários delitos.

Em agosto do mesmo ano, outros acusados da mesma infração se recusaram a assinar o termo de culpa depois de terem sido presos em flagrante pelo praça Pedro Faustino Dellier na Travessa do Brás. Neste caso, outros elementos ajudam a entender a forma como a polícia planejava o flagrante, pois uma testemunha confirmou que “há dias soube que são homens desocupados e sem profissão, pois que os tem visto vagando”.¹⁰¹ Os indivíduos autuados pela polícia já eram conhecidos por ela como infratores e nesses casos, gatuno e vagabundo se tornavam sinônimo.

O flagrante para os casos de gatunos e vagabundos conhecidos não aconteciam após uma ação de furto ou roubo. Trata-se de denominação para indivíduos que vagavam nas ruas, mas que não eram vadios ou mendigos. Os presos como gatunos e vagabundos eram conhecidos dos vizinhos e dos moradores onde eles costumavam ficar. Geralmente, eram presos quando estavam nas ruas sem trabalho, em grupos e em horários suspeitos. O tratamento para cada indivíduo preso por não trabalhar era feito de maneira diferente pela polícia, fosse ele vagabundo ou indigente, por isso é importância separá-los sob outras rubricas.

O italiano Luiz Galo foi autuado pela polícia por andar esmolando pelas ruas da Capital. O procedimento das autoridades foi encaminhá-lo para a delegacia, qualificá-lo e interrogá-lo. Diante do delegado Josino de Oliveira Guimarães, foi confirmado que o italiano era cego e que

“tendo aqui chegado da Europa há seis anos mais ou menos, à procura de seus parentes, estes o aconselharam a que fosse para o interior do Estado esmolar. (...) Que desde essa data tem vivido do favor público e que ignora a proibição da polícia coibindo o exercício da mendicidade nesta capital”.¹⁰²

¹⁰¹ Inquérito Policial, A Justiça contra Antonio Cartaminelli e Carmine Maito (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

¹⁰² Autos: Qualificação, Declarações e Exame Médico, A Justiça contra Luiz Galo (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

No fim, Luiz Galo foi encaminhado ao Asilo da Mendicidade por julgarem inapto ao trabalho. Diferentemente dos outros que também não trabalhavam, Luiz Galo necessitava da ajuda das autoridades, ou pelo menos era assim que os delegados arbitraram sobre o seu destino, acreditando que o mesmo precisava de ajuda.

Ao encaminhar para os asilos, homens e mulheres eram considerados inaptos ao trabalho, reforçando ainda mais a idéia do valor do trabalho como referência de honestidade. Esses espaços eram destinados aos indivíduos que já não cabiam na nova ordem social republicana e burguesa, classificando como loucos aqueles que contrariavam os padrões de comportamento social, como os mendigos e asilados.¹⁰³

O fato de os mendigos necessitarem da caridade alheia, no entanto, não fazia com que eles ficassem soltos nas cidades ou que a esmola fosse permitida. Todos os casos em que os acusados foram levados pela polícia por esmolarem, os acusados foram encaminhados para asilos e hospitais pelo chefe de polícia da Capital.¹⁰⁴ A mendicância era uma contravenção, mas aqueles que necessitavam da caridade alheia, eram tolerados quando não exerciam o asilo em público.¹⁰⁵

O delegado da cidade de Amparo, no interior do Estado, também tomou suas providências para retirar das ruas os indivíduos que viviam dos favores públicos. Ele pediu ao Chefe de Polícia do Estado para que tomasse providências, já que

“há dias, José Marcondes de Moura, da cidade de Pindamonhangaba, não podendo continuar a vagar pelas ruas desta cidade, visto se achar em estado de alienação mental (...). Tomo a deliberação de remeter, para que deis as providências necessárias que o caso exige e que moléstias desta natureza reclamam”.¹⁰⁶

¹⁰³ Com diferentes objetos e perspectivas teóricas, muitos trabalhos publicados na década de 80 remetem a essa questão. Jurandir Freire Costa, acompanhando o processo de “medicalização da família” ao longo do século XIX, via na manutenção de práticas higiênicas de comportamento e trabalho a proteção da família. Cf. Jurandir Freire da Costa. Ordem médica e norma familiar. RJ: Edições Graal, 1983 [1979], p.260. Ao analisar prontuários médicos do início do século XX, Maria Clementina Pereira observa a tendência de classificar como loucas mulheres que contrariavam determinados padrões de comportamento. Maria Clementina Pereira Cunha. Espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo. RJ: Paz e Terra, 1986.

¹⁰⁴ Os inquéritos policiais em que os indivíduos eram levados à polícia por esmolarem ou viverem do favor público por que eram inaptos ao trabalho foram reunidos nesta pesquisa como casos de “Asilo”, diferente dos casos de vadiagem, vagabundagem, jogo, gatunagem ou embriaguez.

¹⁰⁵ Comentário ao art. 391, 392, 393 e 394 do Código Penal, *Dos mendigos e ébrios*. In: Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 762.

¹⁰⁶ Atestado de José Marcondes de Moura (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

O tratamento para esses homens era o encaminhamento para hospitais e asilos, no entanto, a negação do trabalho era uma moléstia a ser controlada, fosse pela caridade ou pela condenação desses indivíduos. Transformar as ruas paulistanas aos moldes europeus significava também afastar uma diversidade de grupos de trabalhadores, homens e mulheres que ocupavam a cidade à sua maneira.

O controle e a vigilância sobre as práticas e tradições populares recrudesceram nas últimas décadas do século XIX. Os espaços e as práticas populares tradicionais se tornaram alvos de um controle ainda maior por parte das autoridades policiais, tais como bares, festas, restaurantes, botequins, etc. A boemia era o alvo preferido deste controle, pois lá a polícia poderia prender grupos inteiros condenados no artigo 399 do Código Penal. Presos como desordeiros, gatunos, ébrios, vagabundos, mas sempre buscando desqualificar aquelas pessoas e enfatizar o perigo que elas ofereciam à sociedade.

A ociosidade e a vadiagem são estados de negação do trabalho e, portanto, constituiria em infração de um dever moral e social. Nos comentários ao art. 399, 400 e 401 do Código Penal, Macedo de Soares acreditava que os artigos definiam quem eram os verdadeiros vadios ou vagabundos, destacando “os cáftens que em geral vivem do lenocínio, (...) ocupação manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”.¹⁰⁷

Na maioria dos casos em que os cáftens são notoriamente reconhecidos, ser cáften apenas não justificou a abertura do inquérito. Geralmente as testemunhas reforçam o fato de serem vagabundos e não se empregarem em coisa alguma.¹⁰⁸ Como ocorreu em maio de 1895, quando dois homens foram presos em flagrante depois de saírem da casa de “duas mulheres da vida” e em seguida foram levados à 1ª delegacia de polícia, no Brás. Segundo o depoimento de um deles, o espanhol Saturnino Vasquez,

“é empregado do doutor Antonio Vieira Salgado, que tem escritório à Rua Quinze de Novembro, número 31. (...) Que recebeu seu ordenado, que às nove horas da noite saiu com seu companheiro de trabalho Ricardo Soares, empregado na mesma

¹⁰⁷ Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 767.

¹⁰⁸ A preocupação com os tipos de vagabundos e vadios era tanta, que em 1903 o delegado do Rio de Janeiro, Bento de Faria expediu uma portaria declarando que “vagabundagem embora não seja um crime completo, deve ser, entretanto, considerada um estado anti social permanente que exige medidas de preservação constante. (...) Atendendo a que a prostituição sobre ser ocupação reprovada, como ofensiva da moral e dos bons costumes, para ser publicamente tolerada, sendo que as meretrizes não merecem considerações civil por falta de boa fama”. A prostituição passava a ser *legalmente* tolerada quando eram mulheres. No caso de homens envolvidos com a prostituição, permanecia crime previsto em lei, art. 277. (grifo meu). Ver Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 767.

casa, que os dois foram à Rua Quintino Bocaiúva, em casa de duas mulheres da vida, onde se demoraram algum tempo, que ao saírem foram presos sem que até este momento saiba por que está preso, que é homem honesto e trabalhador”.¹⁰⁹

Após a confirmação de que realmente os dois indivíduos trabalhavam para o Dr. Vieira Salgado, o inquérito foi arquivado pelo Chefe de Polícia por falta de provas. A questão é que não se sabe qual era a denúncia, se eles eram cáftens ou outro tipo de contraventores. Mas com certeza eram freqüentadores dos “agitos” da Rua Quintino Bocaiúva, ainda mais no dia do recebimento de ordenado, se misturando com outros homens suspeitos de serem cáftens. Ter um trabalho e ofício fixos, com um patrão que pudesse confirmar o local de trabalho, livrava os suspeitos da prisão por castigo ou vadiagem e com isso, o inquérito era arquivado.

A campanha de repressão à prostituição atingia o comércio que vivia da prostituição (bares, restaurantes, etc), os clientes, as mulheres e principalmente os cáftens. No relatório apresentado ao Chefe de Polícia em 1896, Cândido Mota¹¹⁰ afirma que a

“repressão do castigo foi logo uma das nossas primeiras preocupações. Apesar da ineficiência da nossa lei criminal, que assegura a impunidade a essa classe detestável de parasitas sociais, decorrentes do resultado de nossa campanha, nem por isso deixamos um momento de prosseguir nos meios indiretos de que se pode lançar mão a Polícia para extirpar esses cânceres”.¹¹¹

Cândido Mota acaba justificando nessa passagem a arbitrariedade conhecida da Polícia, que funcionava com truculência por conta de um texto jurídico falho e cheio de brechas que não puniam os cáftens ou todos aqueles que viviam de agenciar mulheres prostituídas. O que Mota desejava com seu relatório era reformular uma nova Polícia de Costumes, que desapareceu com o fim do império, para regularizar a situação da prostituição na capital paulista.

O controle sobre os cáftens fazia parte de uma política maior das autoridades policiais em encetarem uma “guerra sem tréguas” contra os indivíduos que para se furtarem da ação da

¹⁰⁹ Auto de Declarações de Saturnino Vasquez e Ricardo Soares (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

¹¹⁰ Cândido Motta, que, além de ter sido um dos principais criminólogos da época, seguiu carreira nos cargos públicos, desde Chefe de Polícia até Secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, escrevendo em 1897, afirmava que a prostituição era considerada um “fenômeno social fatal e necessário”, A sua necessidade explica-se pelo derivativo que oferece “às excitações genéricas muito intensas, que sem ela não respeitariam, talvez, nem a infância, nem o lar doméstico”. Daí, a necessidade de por barreiras ao vício que, sem elas, se alastraria num crescendo

¹¹¹ Cândido Mota (1896). Relatório apresentado ao Chefe de Polícia pelo Segundo Delegado. “Prostituição, Polícia de costumes, Lenocínio”, AESP, Polícia, C2836.

justiça, “trataram de abrigar o seu verdadeiro mister sobre a capa de negociantes de móveis, alfaiatarias, agência de negócios, charutaria, etc, etc.”¹¹²

A lei reunia os jogadores, vagabundos, gatunos e ébrio na mesma categoria de contraventores e de fato o que a polícia verificava era que esses indivíduos viviam em constante delito, ora freqüentando bares e agenciando mulheres, ora apostando e emprestando dinheiro a juros. Mota afirmava com muita certeza:

“Todo o cáften é jogador, e todas as vezes que tivemos de dar buscas em seus clubes, às ruas Senador Feijó, 30; Quintino Bocaiúva, 48; Rua da Glória, etc, os apanhamos em flagrantes”¹¹³.

A justificativa da prisão ou autuação de cáftens era a vadiagem pelo fato de não terem trabalho, moradia certos, além de cometerem outras contravenções, como jogos. Aos olhos da polícia, esses homens viviam em constante delito, sujeitos à prisão a qualquer momento para averiguações e declaração de conduta. Afinal, ao assinar o termo de ocupação ou de bem-viver a polícia procurava garantir que as práticas desses indivíduos não resultassem em mal maior, prevenindo a criminalidade.

Nas ruas do centro da cidade na última década do século XIX o homem, estrangeiro e sem ofício fixo se tornou o foco do controle das autoridades policiais que, encaminhavam o indivíduo para a delegacia, fosse por suspeita de contraventor ou anarquista.¹¹⁴

Mas nem sempre eram apenas suposições, muitas vezes os próprios policiais diziam conhecer os acusados e descreviam seus costumes, confirmando em suas declarações os indivíduos que não trabalhavam e exploravam mulheres.

A negociante Emile Depaux foi chamada como testemunha no inquérito de um sujeito de nome Aquilles Revinel e disse que

“conhece Achilles Revinel há seis meses mais ou menos, tendo-o já encontrado como pensionista do restaurante Montanha Russa, de que é hoje proprietário; que aí conhecendo Achilles, como indivíduo desocupado e sem escrúpulos, perfeito vagabundo e sem residência, empenhou-se em fazê-lo retirar-se

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Claudia Baeta Leal concluiu em sua tese que na década de 1890, “persistiam, ao lado de tantos outros militantes, com a propaganda anarquista a despeito da repressão policial, ou antes, por entre as brechas que encontravam frente à falha instrumentalização judiciária para conter as movimentações anarquistas”. In: *Op. cit.*, p. 287.

da sua casa depois de três ou quatro dias; que Achilles há tempos foi empregado, ou antes, dizia-se empregado em uma litografia da Rua do Carmo”.

Emile Depaux não poupa detalhes para acusar Aquilles Revinel de vagabundo, deixando subentendido que ele tentou morar com ela, ou quem sabe agenciá-la, mas que ela se “empenhou em fazê-lo retirar-se da sua casa”. Ainda no seu depoimento, ela afirma que Revinel

“aparecendo sempre em companhia de um indivíduo que se dizia alemão e chamado Hoffmann (...), ele por vezes apareceu com grandes somas de bilhetes de bondes e loterias, querendo pagar suas despesas com aquilo, fato este sabido de muitos principalmente de uma moça francesa que com ele vivia na rua Florêncio de Abreu (...). Disse mais que conhece ao companheiro de Achilles, de nome Affonso Bloch, o qual dizendo-se cozinheiro velho a esta capital e jamais se manteve em emprego algum, tendo sido mesmo empregado no hotel Jockey Club da rua da Boa Vista, por intervenção da depoente, e donde saiu pouco depois não mais se empregando em coisa alguma”.¹¹⁵

O fato de Achilles ser acusado como um desocupado sem escrúpulos, ter vivido com uma francesa e ser amigo de outro indivíduo que também não tinha emprego contribuía para que a polícia o encaminhasse à delegacia, fosse ele cáften ou não.

Mais uma vez, as indefinições sobre os homens conhecidos como “vagabundos” nos inquéritos policiais incorria em uma gama de casos muito maior do que apenas prender cáftens. Ainda que fosse um crime previsto pela lei, a polícia autuava a maioria deles como desocupados, o que acarretaria apenas em um caso de contravenção. Por serem processos mais rápidos do que os inquéritos que posteriormente podiam se tornar processos criminais, a assinatura dos termos de ocupação e bem-viver requeria menos burocracias. A polícia garantia a autoridade (e às vezes, a arbitrariedade) em prender e punir aqueles que afetavam a moralidade pública.

¹¹⁵ Auto de Qualificação de Aquilles Revinel (1893). AESP, Processos Policiais, C03223.

Capítulo II

“Protegendo a sociedade e as mulheres”

No dia primeiro de novembro de 1889, Maria das Dores Pereira, com vinte anos, costureira e moradora na Ladeira de Tabatinguera, foi encontrada em um hotel “suspeito” na Rua Senador Feijó, o Hotel Coroa d’Itália, em companhia de Liberalino de Albuquerque. No depoimento diante do delegado, disse ter se arrependido de ter fugido com o seu sedutor que havia lhe prometido casamento e confirmou que teve relações com o mesmo na noite anterior. Sua mãe, que reclamou a fuga da filha à polícia, disse que duvidava da honestidade da mesma, afirmando que

“sua filha mostrava-se completamente seduzida pela proposta, dizendo que o doutor deu à depoente [a mãe] cinco contos de réis para aceitar a proposta.”

Apesar do dito arrependimento, Maria das Dores disse que não desejava voltar a morar em companhia de sua mãe, rebatendo o depoimento dela com acusações:

“Disse mais, que fala com toda a calma e firmeza que desconfia do estado mental de sua mãe”.¹¹⁶

O depoimento de Maria das Dores à polícia, em relação à Liberalino de Albuquerque e a sua estadia no Coroa d’Itália, é uma das poucas histórias de sedução contadas aos escrivães nas delegacias de polícia e a que se têm acesso no Arquivo do Estado. Casos como este eram comuns e envolviam não só o casal, como os pais, a vizinhança e, principalmente os policiais. O processo concentra as discussões que pretendo abordar neste capítulo, pois no depoimento prestado às autoridades policiais, a vítima foi claramente obrigada a comparecer na frente do delegado e também, a contar a sua história para ele. Apesar do flagrante, Maria das Dores requisitava a proteção, ainda que só da polícia. Pretendo com isso, entender a idéia de proteção presentes na legislação e nos comentários do código penal de 1890 e o que eram os crimes contra as mulheres. Como se dava a proteção delas nas leis e nas atuações policial desses crimes.

¹¹⁶ Auto de Informação prestado por Maria das Dores Pereira e Maria Pereira das Dores (1890). AESP, Processos Policiais, C03220.

Os processos de defloramentos, como o caso da menor Maria das Dores são acontecimentos repletos de contradições que levantam questionamentos sobre as atitudes dos envolvidos, tais como, por que a mãe da vítima, mesmo desconfiando da honestidade de sua filha, procurou a polícia? Ou será que a mãe recebeu o dinheiro de Liberalino para aceitar o tal casamento? Que tipo de proteção a mãe e a polícia requisitavam à menor?

Maria das Dores foi pega em flagrante pelos policiais em um hotel de “má reputação” no Brás. Segundo a sua história, ela foi seduzida pela proposta de casamento de Liberalino e fugiu com ele, deixando uma carta para sua mãe. A partir desta carta, na qual ela declara que partiria para o Rio de Janeiro, a mãe compareceu à delegacia para dar parte do desaparecimento de sua filha¹¹⁷.

Nesse inquérito é possível ver toda uma movimentação da menor para sair da casa de sua mãe, com a qual ela disse que o relacionamento não era bom. A sua preocupação em contar passagens da sua vida para o delegado, como uma maneira de garantir a sua defesa, foi apresentada em seu depoimento. Ela declarou que

“de Paraibúna, passou-se em companhia de sua mãe para Taubaté onde freqüentou o Colégio do Bom Conselho, transferindo sua residência sempre em companhia de sua mãe. Em julho do ano passado, no intuito de matricular-se na Escola Normal, o que não se sucedeu por ser mal sucedida no exame de suficiência. Disse mais que nessa época conheceu em casa de sua mãe o doutor Liberalino de Albuquerque que estabeleceu relações com ela, seduzindo-a com promessas de casamento, conseguindo no dia primeiro de novembro ter contato sexual com a declarante e violar sua virgindade que conservava até esta data. Disse mais, que vivendo em desavenças com sua mãe por outros motivos, que não o fato do defloramento por sua mãe ignorado e não querendo continuar em companhia de sua mãe, o doutor Liberalino de Albuquerque ofereceu-lhe um cômodo para residir fora e de fato tendo obtido um quarto no Hotel Coroa d'Itália”.¹¹⁸

Para Maria das Dores foi importante reforçar sua história de sedução, de que sempre morou em companhia de sua mãe e também que era estudante em um colégio e queria continuar estudando. Com a declaração encontrou uma maneira de se apresentar às autoridades como uma moça instruída ou com algum outro *status* que isso poderia indicar. Outro ponto nesta discussão deve-se ao fato das desavenças com sua mãe, que no final de seu depoimento Maria das Dores foi decisiva ao dizer que não queria voltar a viver em companhia dela.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Idem.

Maria das Dores Pereira teve a preocupação de cuidar da imagem que as autoridades teriam sobre ela, mas em nenhum momento negou sua relação com Liberalino ou investiu em um acordo de voltar a morar com sua mãe, a sua idéia parecia realmente sair de casa. No fim ela conseguiu ir morar na residência destinada ao chefe de polícia, para trabalhar em casa de família.

2.1. Empregando sedução, engano ou fraude¹¹⁹

O caso de Maria é interessante para explorar as leis brasileiras sobre a proteção das mulheres vítimas nos casos de crimes sexuais, como o defloramento. A produção dos discursos jurídicos acionou padrões de honestidade e moralidade que estavam presentes também nas autuações policiais dos inquéritos.

Viveiros de Castro foi um dos juristas que mais se dedicou a vigiar a moralidade e honestidade das famílias na nova organização política e social republicana. Ele publicou algumas obras no final do século XIX para entender as “conquistas” do novo Código Penal e interpretar alguns artigos que ele considerava importante para o desenvolvimento da civilização.¹²⁰

A missão civilizadora que Viveiros de Castro reclamava às famílias das classes pobres era compartilhada pela maior parte da jurisprudência brasileira daquela época. Sueann Caulfield e Martha Abreu concordaram que o “objetivo era convencer trabalhadores a adotarem hábitos regulares, assumir as responsabilidades do lar e abandonar o ‘desvio sexual’, ao menos o suficiente para evitar os filhos ilegítimos”.¹²¹ O aparato jurídico e policial tinha portanto, um papel fundamental na organização do controle de relações sexuais fora dos casamentos e de crimes sexuais que afetavam diretamente a honra das mulheres.

¹¹⁹ Definição do crime de defloramento, Art. 267: “Deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude”. In: Oscar Macedo de Soares (1910). Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed fac-similar, Brasília: Senado Federal, STJ, 2004, p. 533.

¹²⁰ Viveiros de Castro. Os delitos contra a honra da mulher. SP: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942 [1897] e Idem. Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual. SP: Livraria Editora Freitas Bastos, 1943 [1894].

¹²¹ Martha Abreu e Sueann Caulfield. “50 years of virginity in Rio de Janeiro: Sexual Politics and Gender Roles in Juridical and Popular Discourse, 1890-1940”. Luso-Brazilian Review, vol. 30, n° 1 (Summer, 1993), p. 50.

O Código Penal de 1890 definia o crime de defloração no título VIII, *Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*. Esse título se referia claramente às mulheres como vítimas, classificando os crimes sexuais em violência carnal, rapto, lenocínio, adultério e ultraje público ao pudor.¹²² Nos comentários do código penal, o jurista Oscar Macedo de Soares explica os crimes que foram reunidos sob o mesmo título. Segundo ele, os crimes contra a honra tinham como base o pudor e os bons costumes,

“*pudor* é o sentimento de vergonha, que se experimenta todas as vezes que se percebe, vê ou faz em público ações repreensivas, tais como as relativas à união dos sexos, ou outra qualquer que atraí o desprezo das outras pessoas. Na mulher, uma das manifestações do pudor é o recato, que consiste em viver de modo a segurar sua honra e boa reputação”.¹²³

Ou seja, a vigilância da sexualidade da mulher se tornou o objetivo da lei, e com isso, acreditava-se na preservação da família como base da ordem social. Viveiros de Castro inicia o seu livro sobre Os delitos contra a honra da mulher afirmando que

“o respeito pela honra da mulher não é um sentimento inato ao homem e, sim, uma conquista da civilização, a vitória das idéias morais sobre a brutalidade dos instintos”.¹²⁴

Tanto Macedo de Soares quanto Viveiros de Castro concordavam sobre a necessidade de se criar uma legislação capaz de punir o crime sexual em todas as formas que ele poderia se manifestar. Os casos de defloração, portanto se tornavam altamente educativos para a população envolvida, apontando o que era crime: “deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude”.¹²⁵

No entanto, a lei não era clara sobre como se empregava a fraude, o engano e a sedução em um defloração assim como também gerou diversas dúvidas sobre a integridade da membrana hímen, que para muitos juristas definia ou não a virgindade da

¹²² O Capítulo I, *Da violência carnal* está inserido no título VIII do Código Penal de 1890, *Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*. Ele é dividido no artigo 266, de atentado ao pudor; art. 267, de defloração; art. 268, de estupro de mulher honesta; art. 269, estupro através de meios que privem as mulheres de suas faculdades mentais.

¹²³ Oscar Macedo de Soares (1910). Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Ed fac-similar, Brasília: Senado Federal, STJ, 2004, p. 533.

¹²⁴ Viveiros de Castro. Os delitos contra a honra da mulher. SP: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942, p. xi.

¹²⁵ Art. 267 do Código Penal da República, p. 536.

ofendida. A proteção da menina se daria após um exame de corpo de delito, atestado por médicos legistas sobre a situação do hímen. Para Viveiros de Castro,

“a dilaceração, a ruptura do hímen é para o perito um sinal do mais alto valor; caracteriza bem o defloramento; mas não se lhe deve ligar um valor absoluto, porque a mulher pode sofrer os últimos ultrajes com a conservação do hímen”.¹²⁶

Segundo o jurista, a complacência do hímen tornava os casos de defloramento ainda mais puníveis e também cheios de imprecisões. A crítica aos outros códigos criminais era justamente pela indefinição na condenação, pois “a mulher pode ser casta e não virgem e virgem e não casta”.¹²⁷ Mas a objetividade do novo código não resolvia diversas outras questões, tais como o hímen complacente, a integridade do hímen e as tentativas de defloramento. Para Caulfield e Abreu, o defloramento

“não podia ser facilmente resolvido através do conhecimento médico uma vez que o exame médico-legal era rudimentar quando o código penal foi feito. Exames de defloramento, feitos por médicos no Instituto de Medicina Forense e obrigatórios nos casos de estupro ou defloramento, eram precários, as descrições dos hímens eram imprecisas e havia muita confusão sobre a determinação médica da integridade do hímen e a data do defloramento”.¹²⁸

Outra questão importante do artigo 267 do Código Penal era o ato libidinoso cometido contra uma menor. Para se configurar um defloramento e não um estupro, a cópula, como os juristas diziam, tinha que ser consentida pela mulher. No entanto, essa concessão deveria obrigatoriamente vir seguida de sedução, fraude ou engano. Ou seja, isso deveria estar claro nos casos em que as autoridades policiais autuavam.

No caso da menor Maria das Dores Pereira ela enfatizou a constante presença do seu sedutor Liberalino em sua casa, com presentes e agrados para a sua mãe. Inclusive o pedido de casamento que Liberalino havia feito para ela, prova cabal da sedução que sofreu.

A queixa do desaparecimento da menor juntamente com o fato de ter sido flagrada pela polícia em um quarto de hotel forneceram pistas de que era um procedimento aceitável “bater à porta dos quartos onde se desconfiasse estar havendo um defloramento”.¹²⁹ Tanto que nenhum dos envolvidos estranhou o fato do flagrante, nem reclamaram o

¹²⁶ Viveiros de Castro. *Op. cit.*, p. 63.

¹²⁷ Comentário de Silva Ferrão às Ordenações Filipinas *Apud Código Penal da República*, p. 63.

¹²⁸ Caulfield e Martha Abreu. *Op. cit.*, p. 51.

¹²⁹ Martha Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da 'belle époque'. RJ: Paz e Terra, 1989, p. 97.

encaminhamento da polícia à delegacia para abrir um inquérito. A possibilidade de qualquer cidadão dar parte na polícia sobre possíveis defloramentos, também ampliava a vigilância sobre esses relacionamentos.

Outro caso de defloramento aconteceu em 27 de outubro de 1893, quando o jovem casal de italianos teve que comparecer à delegacia para prestar esclarecimentos sobre o fato de ter sido encontrado em um quarto de hotel à Rua Florêncio de Abreu. Segundo o inquérito, Emilia Carbonare e Pietro Cicchinato não estavam na delegacia por conta de uma queixa, já que a ofendida era órfã de pai e mãe e não fez referência a nenhum tutor. Ela declarou que queria casar-se com Pietro e que se dormiu com ele, foi por vontade própria. Da mesma forma, Pietro afirmou que

“tendo nessas noites tido cópula carnal com a mesma Emília, pelo que declara querer reparar a desonra da mesma, de que é o único responsável, casando-se com a mesma Emília”.¹³⁰

O caso configura-se como uma denúncia, provavelmente de alguém que desconfiou do relacionamento dos dois e acionou a polícia, pois a princípio, ela não tinha quem a “protegesse”. O casal na tentativa de burlar os olhares vigilantes das pessoas mudou várias vezes de hotel durante a fuga: no domingo, em um hotel francês à Rua Florêncio de Abreu, depois no Hotel da Pátria, à Rua Alegre, sendo finalmente surpreendido no hotel da Rua Florêncio de Abreu.

Um terceiro caso de flagrante aconteceu com Anita Lopes de dezesseis anos e viúva. Trata-se de um inquérito cheio de contradições e altamente suspeito, pois ela foi levada à delegacia para prestar esclarecimentos. Na sua declaração sobre o que fazia em companhia de Ivan de França Miranda em um quarto de hotel, disse que

“no dia 01 de março de 1893 chegou a esta cidade hospedando-se em um hotel no Brás e que aí encontrou-se com o dito Ivan, com quem travou relações, sendo o seu conhecimento com o mesmo unicamente desse tempo, que se disse que era amasiada com Ivan há dois anos é porque Servano Avallini, que foi encontrado com Ivan, lhe disse que isso afirmasse onde quer que fosse e que ditos indivíduos já são conhecidos antigos do Rio de Janeiro”.¹³¹

¹³⁰ Inquérito Policial, A Justiça contra Cicchinato Pietro (1893). AESP, Processos Policiais, C03223.

¹³¹ Auto de Qualificação de Anita Lopes (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

O que chama a atenção neste inquérito é que Anita assumiu que contou duas versões à polícia. Provavelmente, quando foi flagrada no hotel, na ânsia de se safar da autuação, e obrigada por Avallini contou que era amasiada com Ivan. Como não foi possível se livrar das autoridades, diante do delegado, ela acaba contando outra história, comprometendo ainda mais a sua situação e a de seu suposto amásio. Essa denúncia deve ter sido feita porque a presença deste casal no hotel era suspeita e suscitou dúvidas sobre o que acontecia entre eles. Ou seja, assim como os outros dois casos acima, a polícia mantinha um constante controle desses ambientes assim como, outros indivíduos que moravam e trabalhavam por lá, também faziam denúncias desses casais.

Segundo Cristiana Schettini, esses hotéis e pensões eram mal vistos pelas autoridades policiais porque “além de abrigar viajantes pobres (...), também forneciam quartos para o pernoite de trabalhadores sós ou em casais, às vezes cobrando por hora, às vezes por dormida. Ao começar a visar a prostituição exercida nessas novas alternativas de moradia dos trabalhadores pobres, as autoridades policiais encontravam um pretexto para estabelecerem uma maior vigilância sobre um espectro diversificado de pessoas que circulavam por aqueles locais”.¹³² Frequentemente apareciam como locais de encontro dos namorados, ou seja, eram o “local do crime”, onde os casais pernoitavam e muitas meninas eram defloradas.

Boris Fausto analisou diversos processos criminais de defloramentos e o seu objetivo era compreender como esses crimes foram catalogados e definidos pelo próprio Código Penal de 1890. Seu texto investigou as partes envolvidas nos conflitos (réu, vítima e testemunha) e como elas se apresentavam na trajetória do processo-crime, enfatizando características como nacionalidade, cor, profissão, etc. Depois de ter lido trinta e quatro anos de processos criminais ele apresentou diversos dados estatísticos que descrevem e informam características dos crimes, dos envolvidos, das profissões e tipos de crime.

A manutenção da ordem, garantida através do controle social, foi verificada por Fausto com o aumento de processos criminais que ele categorizou como os crimes de sangue, propriedade, fraude e sexo. Nos casos em que a natureza dos crimes era o sexo reforçava ainda mais a importância da proteção policial sobre as famílias e conseqüentemente, sobre as mulheres.

¹³² Cristiana Schettini. Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. RJ: Arquivo Nacional, 2006, p. 79.

Com essa metodologia, ele encontrou no período entre 1880 e 1924, 130 casos de defloramentos em São Paulo e a partir dos dados fornecidos na documentação, ele concluiu que os crimes sexuais aconteciam devido a “desestruturação ou ausência de um grupo protetor – a família em primeiro lugar”, e isso estava intimamente relacionado com a “perda da virgindade”. Na maior parte dos casos, era clara a ausência da família – pai ou mãe –, o que segundo ele, teria aberto caminho à “liberalidade feminina e ao mesmo tempo, elimina de cena um elemento poderoso de pressão sobre o acusado, capaz de forçá-lo a reparar (...) a ofensa cometida”.¹³³ Além disso, ele afirma que o apelo à polícia estaria vinculado ao fracasso da expectativa de algum tipo de acordo pecuniário, na esfera privada entre a família e o ofensor.

A análise de Fausto parte do pressuposto de que os casos de defloramento aconteciam entre as mulheres das classes pobres porque não tinham seus pais para defenderem as suas honras, diferentes das famílias abastadas, quando os casos eram resolvidos particularmente. No entanto, não podemos ignorar que procurar a polícia fazia parte da defesa da honra para essas mulheres e que não se pode saber se ocorria mais defloramentos entre as moças de famílias ricas ou pobres. Portanto, não tem como afirmar que as que tinham pais apresentavam a sua honra preservada e as outras órfãs, não. Os relacionamentos aconteciam e procurar a polícia nem sempre era motivo de fracasso da proteção da honra da menor, muitas vezes buscava-se soluções.

A menor Maria das Dores não buscava soluções junto à polícia quando foi levada à delegacia, mas depois que o flagrante foi feito, ela encontrou meios de sair da casa da mãe e conseguir, ainda que só para constar no depoimento, a proteção do delegado. No inquérito, depois de confirmar que tinha sido seduzida, sua conduta moral não foi mais questionada.

O fato de as meninas menores de 21 anos serem vigiadas pelas autoridades, pais e maridos, não significava que elas eram necessariamente vítimas; ao contrário, muitas vezes elas se beneficiavam do aparato policial e jurídico para conseguirem o que queriam, e não apenas como a única saída que lhes restava depois de vários acordos fracassados.

A historiadora Martha Abreu identificou diversos valores morais compartilhados não apenas entre os populares, mas também entre estes e as autoridades, pesquisando principalmente processos criminais, como casos de atentado ao pudor, estupro, defloramento

¹³³ Boris Fausto. *Crime e cotidiano*, p. 201.

e rapto no Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX. O seu objetivo era centrar-se na análise das práticas dos trabalhadores e da população pobre urbana da cidade, investigando seus valores morais, comportamentos sexuais, suas atividades de lazer e de trabalho e, ao mesmo tempo, analisar o discurso jurídico e o seu poder frente à corrupção dos costumes e à criminalidade sexual.¹³⁴

A autora elenca diversos comportamentos das mulheres envolvidas nos processos criminais considerados pelos juristas como fora dos padrões da honestidade, tais como a perda da virgindade, os hábitos de sair sozinha fora do horário aceitável, trabalhar, freqüentar ambientes suspeitos, como festas, bailes ou casas de cômodos, etc. Como lembra Abreu, “vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos”.¹³⁵

Em seu livro, Abreu ressalta as contradições entre as falas das ofendidas, dos acusados e das testemunhas; as divergências entre o que deveriam dizer na frente das autoridades e o que diziam e faziam no seu cotidiano. Com tal procedimento, ela julgou ser possível pensar em aspectos morais e sexuais de uma cultura popular compartilhada entre os populares e as autoridades, ou seja, seria possível dimensionar melhor o sentido da virgindade e da honra para essas mulheres, que se contradiziam nos depoimentos com os delegados, juízes e promotores.¹³⁶

Abreu acredita ainda que muitas dessas mulheres procuravam as delegacias não apenas para reclamar a honra perdida, e sim porque eram pressionadas pelas patroas, ou buscavam responsabilizar o amante por uma gravidez, realizar um casamento proibido pela família, um desejo de ascensão social através de um casamento com um “bom partido”, por comentários de vizinhos, etc. A autora não ignora que essas moças compartilhassem e conhecessem os ideais burgueses de honra, virgindade e casamento, como valores a serem alcançados. O que ela sugere é que esses valores, para as mulheres pobres, nem sempre tinham o mesmo significado assumido pelos juristas¹³⁷, elas pensavam e agiam a partir de outras importâncias da moralidade. As relações sexuais, os namoros, os flertes, as paqueras e os casamentos diferenciavam as “camadas populares” dos padrões jurídicos, porque eram

¹³⁴ Martha Abreu. Meninas Perdidas, pp. 30-1.

¹³⁵ Idem, p. 41.

¹³⁶ Idem, pp. 132-3.

¹³⁷ Idem, p. 137.

etapas que não faziam muito sentido no cotidiano dessas moças que trabalhavam, saíam sozinhas, iam a bailes freqüentemente ou moravam nas apertadas casas de cômodo.

Inclusive a presença das mulheres no mundo do trabalho já era uma questão quando elas se destacavam no comércio livre e clandestino da capital paulista. A pesquisadora Maria Odila Dias caracterizou esse comércio como espaço de sobrevivência das mulheres pobres, brancas, escravas, forras e enquanto tal coincidia com os espaços dos trabalhadores e escravos que também eram alvos da política de controle da polícia, amparada em uma legislação repressiva. Ela aponta inclusive para esses mecanismos de sobrevivência que se apresentavam como resquícios de existência autônoma em uma cidade carente de empregos e oportunidades.¹³⁸

Maria Odila Dias traz importantes indicações sobre a organização espacial em São Paulo, ao tentar mapear as regiões de maior comércio e circulação. Nas ruas mais centrais, Dias constatou grande presença de famílias chefiadas por mulheres, além de outras tantas constituídas por mulheres solitárias, que conviviam com – quando não eram – “prostitutas, moças de vida airada, que abandonaram a família e os laços de vizinhança”.¹³⁹

Na pesquisa ela verificou também o contato constante dessas mulheres com as autoridades policiais, às vezes por denúncias da vizinhança ou de parentes, ou como reclamantes. Dias percebeu na documentação que essas mulheres intervinham continuamente na vizinhança, recorrendo, sempre que necessário, às petições, demandas, querelas, inquéritos e requerimentos quando não conseguiam fazer prevalecer sua vontade. Ela reforça ainda a procura das mulheres trabalhadoras às autoridades por conta “de suas filhas mais jovens que eram seduzidas e abandonadas. (...) No caso [daqueles que] rompiam promessas de casamento (...), as queixas perfaziam um ritual de vizinhança, como se fosse necessário oficializar o estupro, para normalizar (...) um ritual de passagem, do meio e das tradições de uso costumeiro”.¹⁴⁰

Ela concluiu seu trabalho com informações sobre o comércio ambulante e todas as redes sociais que permeiam este tipo de comércio. Aos poucos, ele foi recuando das ruas do centro para “os novos limites da pobreza urbana (...), surgiram [assim] novos bairros de

¹³⁸ Maria Odila da Silva Dias. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. SP: Brasiliense, 1984.

¹³⁹ *Idem*, p. 139.

¹⁴⁰ *Idem*, pp. 137-9.

mulheres pobres, nos limites de retaguarda do espaço urbano, no Brás, Belenzinho, Bom Retiro, Cambuci, etc.”.¹⁴¹

Para Dias, revelar o papel da mulher no processo histórico do século XIX em São Paulo é mostrar o quanto elas foram caladas e omitidas pela documentação oficial e pela própria historiografia, em contraste com a sua efetiva participação. Trata-se de sobreviventes marginalizadas em todos os sentidos, mas que “assumiam papéis de homens, guerreiras e provedoras da casa”.

Os trabalhos dos quais Dias se referem tinham uma característica comum ao ressaltar a existência de uma cultura popular, uma vez que dialogavam com uma historiografia que constantemente anulava essa dimensão.¹⁴² Mas o que vemos nos inquéritos policiais sobre defloramentos são práticas que nem sempre se preocuparam em obedecer a esses papéis sociais definidos. Na documentação policial emergem mulheres trabalhadoras, estudantes e crianças que provavelmente não se viam como homens da casa, apesar de seus relacionamentos amorosos contrários ao esperado de uma moça.

A experiência de Maria das Dores, Emilia Carbonare e Anita eram de meninas menores de 16 anos, geralmente com histórias de romances, namorados e amantes. Diferentemente desses casos, a menor Augusta Piroim foi levada pela mãe até a delegacia de polícia. Lá, o delegado de polícia, Dr. Peixoto Gomide tomou as devidas providências,

“Constando a esta Chefeatura que a menor Augusta filha de Maria Piroim, moradora a Rua dos Gusmões, 81, acha-se deflorada. Ordeno ao escrivão da subdelegacia de Polícia do distrito do Norte, Bertholino de Godoy que em cumprimento desta notifique os médicos da Polícia para procederem o exame na menor hoje as 5 horas da tarde na Secretaria de Polícia sendo intimada a mãe da menor para apresentá-la no lugar e na hora supra declarado.”¹⁴³

¹⁴¹ Idem, p. 185.

¹⁴² Os trabalhos desse período são marcados pela vitimização da mulher, situando mulheres de diferentes situações e contextos, dentro da ótica da simples dominação masculina. A influência feminista tende a suprir as ausências que caracterizam a historiografia da década de 1970, utilizando a questão feminina como forma de preencher essa lacuna de uma maneira exageradamente descritiva. Como exemplo, podemos citar os trabalhos de: H. Saffioti. A mulher na sociedade de classes. Petrópolis: Vozes, 1976; Eva Blay. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. SP: Ática, 1978; Maria Valéria Junho Pena. Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril. RJ: Paz e Terra, 1981.

¹⁴³ Autuação de uma portaria ao cidadão Doutor Chefe de Polícia do Estado para o fim de proceder exame na menor Augusta, filha de Maria Piroim (1890). AESP: Processos Policiais, C03220.

A presença da mãe neste caso era necessária, pois a menor tinha apenas oito anos. No seu depoimento à polícia ela mostrou suas preocupações de mãe com a filha e com o suposto agressor. Ela contou

“que há dias observou que sua filha Augusta, andava com dificuldade e hoje tendo encontrado sinais de um corrimento ou puz na camisa da menina interrogou-a com instância e obteve desta a declaração de que João, moço de dezesseis para dezessete anos, português, empregado de Carlos Valdir & Cia, comerciante desta cidade, havia praticado em relação a ela, atos que ela declarante entendeu serem libidinosos (?) a tentativa de defloramento. O acusado morava na casa de seu patrão a Rua Ipiranga, número 1, onde ela declarante como cozinheira também residia, com sua filha e estes atos foram praticados em ocasião em que João, o acusado, achou-se só com a menina, estando ausente os patrões e a declarante cuidando dos arranjos da casa no pavimento superior. Acrescentou a declarante que realmente João costumava a ter em sua companhia a menina e a brincar com ela”.¹⁴⁴

No depoimento da mãe, a preocupação com sua filha é evidente, principalmente no cuidado diário com a higiene da menina, quando ela começou a desconfiar dos abusos. Mas, no entanto, Maria Piroim precisava trabalhar e em suas ausências, mesmo dentro da casa onde estava com sua filha, a menor foi violentada. A menor conta que era ameaçada pelo rapaz, que pedia que ela não contasse nada a sua mãe. Augusta disse que

“João em uma noite na sala de jantar da sua casa em que morava colocou-a sobre a mesa de jantar e esteve com ela, ofendendo-a e que depois ameaçou-a de matá-la se ela contasse, tendo ela declarante ficado com medo de falar até a sua mãe”.¹⁴⁵

Apesar de o depoimento da menor dizer que ela foi ofendida, no exame de corpo de delito não há confirmação do defloramento, mas a mãe, preocupada que a “filha andava com dificuldade” levou-a imediatamente à polícia.

A solução para o caso de Augusta, filha de uma empregada doméstica era a polícia. Para abrir um caso, mulheres pobres, seus pais, tutores ou patrões apelavam para a polícia para que a autoridade arbitrasse sobre a questão da virgindade da menor. O caso era encerrado ou com a prisão do ofensor ou com o casamento dos envolvidos.

No caso de Augusta, o exame de corpo de delito pouco ajudou na definição do defloramento, já que os médicos não conseguiram comprovar o defloramento, pois ainda existia o hímen. Segundo as técnicas forenses de exame médico-legal,

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

“encontraram ligeira vermelhidão no orifício da vagina e uretra; o canal está intacto e parece que a membrana hímen fecha todo o canal; há ligeira inflamação na face externa dos grandes lábios caracterizada por simples vermelhidão; que não podem afirmar se houve mesmo tentativa de defloramento”

Diante de tantas imprecisões, o delegado não quis considerar o caso como um crime de defloramento e encaminhou o inquérito para ser arquivado. Neste caso, o casamento era improvável para a “reparação do mal”, já que a menina tinha apenas 8 anos e o medo de um escândalo ainda maior fez com que se encerrasse o assunto com a fala do Dr. Peixoto Gomide,

"Devolvo juntamente com este exame feito na menor Augusta filha de Maria Piroim. Não pode esta delegacia obter outra prova ou esclarecimento além do que consta dos autos, isto é, a declaração da menor. Verificando-se porém, pelo exame médico que nem sequer pode-se afirmar ter havido tentativa de defloramento, parece que toda e qualquer publicação sobre o fato só poderá produzir, no futuro um pesar para a que se diz ofendida: e para não prejudicar a reputação desta com o escândalo público do processo, que não atingirá a resultado algum, pois que trata-se de duas crianças, penso que no (?) esclarecido critério deveis deliberar estes papéis devem ser dados a publicidade de um cartório ou se pelo contrário, devem ficar guardados entre os papéis reservados da Secretaria de Polícia, conforme me parece".¹⁴⁶

O Dr. Peixoto Gomide ainda reforça a necessidade de arquivar o inquérito, pois para ele os dois envolvidos eram crianças, ou seja, incapazes de ter noção da agressão que o rapaz cometeu e ela, de que tenha sido violentada. A violência para o Chefe de Polícia seria maior se tivesse desdobramentos na justiça.

Outro caso em que a menor tinha menos de doze anos, a mãe de Dialécia Thereza, Ghiazza Rosa foi até a polícia acusar o marido, padrasto da menor, de deflorar sua filha. A mãe disse que em um domingo “viu a declarante e seu amante Pentolino abraçar e acariciar sua filha dizendo esta mais tarde que Pentolino lhe havia deflorado, dando-lhe dinheiro em recompensa, e que por isso resolveu trazer sua filha à presença da autoridade a fim de ser examinada pela autoridade”.¹⁴⁷

As duas testemunhas do inquérito confirmaram a história que a mãe contou ao delegado, o deflorador por sua vez compareceu à delegacia, mas não prestou esclarecimentos e o caso, pelo autos a que se tem acesso, parece que não foi adiante.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Inquérito Policial A Justiça contra Vincenzo Pentolino (1893). AESP: Processos Policiais, C03222.

De todos os casos de defloração, a maioria se tratava de meninas maiores de quinze anos com suspeitos já conhecidos das próprias meninas. Segundo a autora Martha Abreu, era interesse das autoridades estar presente na vida doméstica dos “populares”, de autuar casais com vida suspeita, de mães que não cumpriam seu papel e propostas de garantia da proteção e segurança dessas moças. Tudo isso fazia parte de uma tendência maior que ela chamou de civilizadora¹⁴⁸. Talvez no dia-a-dia, muitos defloramentos eram resolvidos particularmente. Afinal, tornar o caso público poderia ser arriscado quando elas eram crianças e o caso realmente era violento, com receio de comprometer a honra da menor.

Sueann Caulfield também analisou os mesmos processos criminais que Martha Abreu. O que chamou a sua atenção foram os aspectos contraditórios dos casos, segundo a autora “esses processos contêm valores que eram contraditórios segundo a lógica das autoridades jurídicas. A *himenolatria* que, de acordo com os juristas, caracterizava a *moral média* da sociedade brasileira, aparecia nos processos lado a lado com a disposição dos acusados para aceitar uniões consensuais e para formar lar e família com mulheres que não fossem mais virgens, o que era considerado imoral aos olhos dos homens da lei”¹⁴⁹.

Por meio dos depoimentos das vítimas, Caulfield percebeu que a procura pela Justiça era muitas vezes uma maneira de tentar resolver uma situação incômoda para a própria vítima ou para sua família. Isso implicava a necessidade de fazer o acusado cumprir as promessas de casamento que tinha feito e a reparação da situação publicamente, frente a parentes, vizinhos, amigos.

O caso ocorrido em março de 1893 revela muito do uso do aparato policial para resolver os problemas familiares. A mãe Maria Chiafrini compareceu perante o Dr. Otaviano de Oliveira para pedir a devida providência porque a sua vida e a de suas filhas corriam sérios riscos. Segundo a queixosa, seu marido, padrasto de suas filhas,

“mancomunado com um seu irmão (...) talvez para fins libidinosos com relação as suas duas filhas moças da suplicante, procuram todos os meios de agressão até mesmo espancando-as”¹⁵⁰.

¹⁴⁸ Martha Abreu. *Meninas Perdidas*, p. 92.

¹⁴⁹ Sueann Caulfield. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, p. 179.

¹⁵⁰ Petição feita por Maria Chiafrini à 2ª Sub-Delegacia do Brás (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

Segundo o inquérito, ela disse que já havia comparecido diante do segundo delegado do distrito do Brás queixando-se de tais agressões, mas como não foi resolvido, voltava a reclamar.

Esse inquérito é interessante de ser analisado, pois mostra que procurar a polícia para resolver assuntos domésticos era uma saída para algumas mulheres. A presença das autoridades no cotidiano daquela região não era somente repressora e sim, uma alternativa que Maria Chiafrini achou para resolver suas questões. Ela também contou com a ajuda de vizinhos, que abrigaram suas filhas quando Ferdinando Peopoco e seu irmão tentavam agredi-las. Segundo ela, eles expulsavam suas filhas para a rua

“lhe parecendo que com o fim de as prostituir, pois que as chama (sic) de putas e outros nomes injuriosos, querendo até lhe dar pancadas, que se não as apanham é porque fogem ou os vizinhos intervêm”.¹⁵¹

Outro caso de queixa foi em relação à menor Maria Janvelli, “raptada” por Vicente Spanó em São Paulo e levada pelo mesmo a São José dos Campos. Seu pai, José Janvelli requisitou à autoridade o aparecimento de sua filha de quinze anos, e por isso, a menor teve que comparecer na delegacia para prestar esclarecimentos. Ela deixa bem claro em seu depoimento, que não tinha intenções de voltar a viver em companhia de seu pai. Disse ainda que,

“tendo seu pai tratado o seu casamento com Spanó, sustentou sua palavra enquanto este lhe dava dinheiro todas as vezes que pedia, mas que não querendo este lhe dar mais, desfez o contrato de casamento e principiou a maltratá-la com pancadas e ali mandando que seus irmãos mais novos a maltratassem, sem que lhe desse licença para sair à rua e obrigando-a a serviços forçados; que saiu em companhia de Vicente, com quem tem vivido até hoje e tem tido cópula carnal, achando-se até grávida (...). Disse mais, que Spanó lhe trata muito bem e que quer se casar com o mesmo”.¹⁵²

Mesmo acionando as autoridades policiais, para resolver um problema com sua filha, o pai de Maria Janvelli não conseguiu atender ao seu interesse. Maria confirmou a sua história sem maiores problemas, inclusive não omitiu suas relações com Spanó ou sua gravidez. Assim como no caso de Maria das Dores, as duas foram encaminhadas à polícia

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Auto de entrega da menor Maria Janvelli (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

contra as suas vontades porque seus pais requisitavam suas presenças. Para eles, as menores deixavam de ser uma fonte de renda da família.

Isso não quer dizer que a preocupação com a honra de suas filhas não existisse e que tudo era baseado em uma relação unicamente pecuniária, mas com certeza isso era evidente e as menores lançaram mão dessa informação em seus depoimentos à polícia.

Da mesma forma aconteceu com Rosa Salvador, em 23 de dezembro de 1892. A família de Rosa deu parte na polícia, pois ela fugiu de sua família, que morava em Ribeirão Preto, com o seu sedutor, Antonio Florence. Durante a fuga, ele

“a levou em uma fazenda e no caminho a deflorou, onde a noite (posando em dita fazenda) ele ainda teve cópula carnal com ela declarante, e embarcou no dia seguinte em sua companhia para esta Capital”.¹⁵³

Ela ainda diz que levou consigo 386 mil réis de seu pai. O que poderia ser mais um motivo para que Alexandre Salvador, pai de Rosa, quisesse encontrá-la.

De fato, o defloramento parecia acontecer mais freqüentemente em situações em que já havia um relacionamento precedente e a moça teria sido “seduzida” pelo parceiro. Em muitas ocasiões, as disputas na polícia se davam não entre as moças e os acusados de defloramento, mas entre elas e suas famílias. Ávidas por liberdade e autonomia, recorriam à perda da virgindade como uma forma de fugir do controle parental e iniciar uma nova etapa de suas vidas.¹⁵⁴

Sueann Caulfield e Martha Abreu discutiram a questão observando o que cada grupo social entendia a noção de honra e moralidade à sua maneira, concordando ou não entre si. Nos inquéritos policiais encontrados no AESP percebe-se que nem sempre estava presente, na relação dos casais, a discussão sobre o que era honra e moral, ou uma preocupação efetiva de deixar claro os seus papéis na sociedade. A discussão médica e jurídica tinha uma preocupação moralizante definida, e no cotidiano dos casais das classes pobres essa preocupação era acionada quando precisavam fugir das autoridades. Mas o que se pode notar nos inquéritos lidos nesta pesquisa, é que as envolvidas contaram suas vidas amorosas.

¹⁵³ Auto de perguntas à menor Rosa Salvador (1892). AESP. Processos Policiais, C03220.

¹⁵⁴ Martha Abreu verificou isso na documentação pesquisada relativa ao Rio de Janeiro no mesmo período. Ver Idem. Meninas perdidas.

Nenhuma das envolvidas compareceu à polícia para denunciar seus sedutores, elas foram conduzidas depois de flagrantes, de denúncias públicas e dos pais.

Entretanto, é possível enxergar que essa idéia de um relacionamento estável e honesto era compartilhada por muitos que moravam nas vizinhanças e que conviviam com os casais flagrados em hotéis ou denunciados pelos pais. Isso sugere que o “comparecer à delegacia” era muito mais dinâmico, e se configurava também como uma saída para resolução de casos de violência, como acreditavam as mães de Augusta Piroim e de Dialécia Thereza.

Vale ressaltar que foram poucos os inquéritos abertos e como não se tem acesso às ocorrências deste período fica difícil calcular uma estimativa de denúncias e queixas de defloramentos. É possível que tenha havido muito mais ocorrências de crimes sexuais, mas que apenas poucas seguiram adiante e tornaram-se inquéritos. Isso pode indicar que a polícia não era o meio mais eficaz de resolver esses conflitos, ou então que se resolvia antes mesmo de comparecer na frente do delegado, sem a necessidade do inquérito.

2.2. Exame de Corpo de Delito

Os inquéritos de defloramentos, aqui encontrados, trouxeram informações importantes nos relatos das vítimas, das testemunhas e dos acusados, poucos trouxeram o exame de corpo de delito e nenhum apresentou documentos que provassem a menoridade das envolvidas. Isso pode indicar que não havia regras bem definidas em relação às mulheres que procuravam as delegacias. Poderia ser feito o exame ou apenas perguntas aos indivíduos, ou então, os dois juntos.

Martha Abreu encontrou não apenas os exames, mas toda uma discussão entre os advogados e promotores acerca da perda da virgindade. Por se tratar de uma documentação judicial e mais completa, para ser aceito na promotoria, era necessário anexar ao inquérito, o exame para comprovar o defloramento. Porém, era considerado muito falho, “pois podia afirmar o defloramento e a mulher estar virgem, como negar o fato e a mulher ter sido violada. Por isso era muito comum o uso retórico das dores e do sangue, acrescido ainda de

circunstâncias que demonstrassem (...) sua sedução”.¹⁵⁵ Ou seja, a fala da vítima ainda era muito importante para o desenrolar da investigação.

O exame de corpo de delito aparece em dois inquéritos como uma das provas a ser anexadas ao inquérito, enquanto que no terceiro, trata-se apenas do exame. Ele começa a partir de uma petição do delegado, que nomeia os peritos e testemunhas e fazem perguntas, tais como, se houve defloração, qual o meio empregado, se houve cópula carnal, se houve violência para fins libidinosos e qual foi a violência empregada. No caso da menor Augusta Piroim, com oito anos, os médicos legistas determinaram que a membrana hímen estava intacta, ou seja, ela não tinha sido deflorada.¹⁵⁶ Por conta deste exame impreciso sobre a ofensa à Augusta, o delegado achou por bem fazer um interrogatório com a mesma, perguntando como havia ocorrido o fato de seu suposto defloração. A menor, sem muitos detalhes, disse que tinha sido ofendida e chantageada, para que não contasse a sua mãe, pois seu ofensor “ameaçou-a de matá-la se ela contasse”.¹⁵⁷

No outro caso que apresenta o exame de corpo de delito, a menor com 12 anos, compareceu ao lado da mãe que denunciou seu amásio de ter deflorado sua filha. No seu depoimento, ela conta em detalhes, como seu padrasto havia feito para deflorá-la, que

“Vicenzo dormia comigo e que lhe abraçava de noite, apertando-lhe as cadeiras de seu corpo, passando-lhe as mãos por entre as pernas, dando-lhe beijos e que ultimamente, lhe deflorou introduzindo o membro viril no lugar por onde urina e de onde verteu muito sangue”.¹⁵⁸

No seu exame, os peritos já afirmavam se tratar de um defloração, pois foi pedido que “procedessem o exame na menina Thereza que tinha sido deflorada por Vicenzo Pentolino”.¹⁵⁹ Segundo o seu exame médico a menor tinha realmente sido deflorada.

No depoimento da menor Dialécia, algumas considerações têm que ser feitas. Primeiramente, devemos examinar a fala da menor através do escrivão, pois no depoimento ela utiliza termos bastante científicos para narrar a sua desonra, como é o caso da “introdução do membro viril”. Mas se pensarmos segundo as autoridades, que para uma menina de doze

¹⁵⁵ Martha Abreu. *Op. cit.*, p. 62.

¹⁵⁶ Autuação de uma portaria ao cidadão Doutor Chefe de Polícia do Estado para o fim de proceder exame na menor Augusta, filha de Maria Piroim (1890). AESP: Processos Policiais, C03220.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Inquérito Policial A Justiça contra Vicenzo Pentolino (1893). AESP: Processos Policiais, C03222.

¹⁵⁹ Idem.

anos, tal acontecimento seria a grande desgraça de sua vida, ela narrou a história de maneira convincente até o dia em que foi deflorada e perdeu muito sangue. No entanto, parece estranho o uso de palavras e a narrativa “científica” usada por Dialécia para contar o seu suposto defloramento.

Dialécia poderia não ter tanta certeza sobre o que havia ocorrido com ela era uma ofensa à sua honra, e por isso, a forma como ela articulou a história com tanta precisão causa estranhamento para os leitores. Ela pode ter sido orientada pela mãe ou pelas autoridades a dizer nesta ordem ou apenas respondeu às questões do delegado. O fato é que foi registrado como um defloramento e a polícia tinha intenção de garantir a preservação da honra tanto na sala de audiência quanto no exame médico legal.

No terceiro documento, que era somente um Auto Exame de Corpo de Delito, a menor Maria, com seis anos, compareceu à delegacia e lá os peritos fizeram o exame e declararam que

“Maria, de seis anos, cor parda é de constituição regular e possui perfeito desempenho de todas as funções orgânicas, examinada, notaram que, os órgãos genitais se acham em estados normais, grandes e pequenos lábios conchegados como na vulva das virgens; afastados estes notaram coloração normal das mucosas, estando a membrana hímen intacta e não havendo em toda a vulva o menor ferimento ou escoriação. Não notaram nenhum sinal de violência externa”.¹⁶⁰

Neste caso, os médicos conseguiram concluir que a membrana estava intacta e, portanto, ela não havia sido violada. Assim, sem a prova não havia crime e mesmo que a menor – ou a mãe da menor – reclamasse de um ato libidinoso ou violento contra a menina, o exame de corpo de delito confirmava a finalização do caso de suspeita de defloramento.

A partir dos casos de defloramento com o exame de corpo de delito que se tem acesso, é importante considerar que as ofendidas eram meninas de seis, oito e doze anos, além disso, em dois desses inquéritos, as mães acompanharam suas filhas à delegacia. Isso pode indicar que era mais comum o exame em crianças, quando as provas de defloramento eram somente os seus depoimentos. E nos outros casos, como Maria das Dores, Emília, Rosa e Anita, em que envolviam relacionamento entre o casal, talvez não fosse necessário o exame de corpo de delito por serem menores com idade entre quinze e vinte anos. Se considerarmos

¹⁶⁰ Maria Piroim (1890). AESP: Processos Policiais, C03220.

que o exame médico, como disse Martha Abreu, era em muitos casos falho, o depoimento e o flagrante nos hotéis de Maria das Dores, por exemplo, já eram suficientes para atestarem a perda da virgindade.

Sueann Caulfield lembra em seu livro que o Código Penal Brasileiro de 1890 foi um dos que mais se importaram com a perda da virgindade e que essa estava intimamente relacionada com o rompimento da membrana hímen.¹⁶¹ Tanto que essa discussão sobre se houve mesmo o rompimento ou não do hímen, que só poderia ser atestado com o auto de exame de corpo de delito, dividia a opinião os juristas, por causar confusões acerca da época do defloramento e da integridade do hímen.

Muitos juristas criticavam essa “himenolatria” e se preocupavam em dismantelar as concepções errôneas sobre a relação entre a virgindade e a morfologia do hímen, que levavam a diagnósticos falsos por parte dos legistas nos exames médicos obrigatórios e prejudicavam a ação da polícia. A discussão perpassava pela fixação dos juristas na virgindade fisiológica (baseada na integridade do hímen) em vez da virgindade moral (fundada na honestidade do comportamento).¹⁶²

Talvez isso ajude a entender a falta de padrão dos inquéritos policiais desse período estudado, em comparação com os primeiros anos do século XX. Todo o inquérito de defloramento deveria ser seguido por um exame médico que atestasse a perda ou não da virgindade da menor. No entanto, nos casos das meninas mais velhas, esse documento não consta dos autos dos inquéritos, além de todas as críticas que se fazia sobre a precisão do exame. Se os exames médicos não eram tão precisos, por que atestar a perda da virgindade de Emília, que deixou claro que mantinha relações com Pietro por sua própria vontade, ou no caso de Maria Janvelli, que já se encontrava inclusive, grávida. Nesses casos, provar a “desonra” recente não representava nenhum benefício e talvez, o delegado tenha percebido isso também.

Os casos de defloramento demonstram que a honra das meninas era importante para as famílias, mas a forma como era vivenciada por esses indivíduos variava. Sob uma mesma

¹⁶¹ Sueann Caulfield. Em defesa da honra, pp. 73-6.

¹⁶² Idem, p. 69. Sobre essa discussão, havia uma série de debates controversos entre aqueles que defendiam a posição de que a integridade da membrana provava a virgindade, tais como os juristas Galdino Siqueira e João Vieira e aqueles que discordavam, arguindo que não eram raros os casos de mulheres grávidas com o hímen intacto, como acreditava Viveiros de Castro, Macedo Soares, Souza Lima e Nina Rodrigues.

acusação de defloramento, muitos casos diferentes foram para na polícia. Casais de namorados flagrados em hotéis, pais reclamando o rapto de suas filhas, brigas familiares e violências sexuais eram agrupadas da mesma maneira pela legislação. Mas na polícia os desfechos variavam. Enquanto as moças tentavam resolver a “desonra” justificando a sedução e a vontade de casar, as mães de meninas menores, como Dialécia e Augusta, os casos traziam outros elementos, tais como a violência e o recurso do exame médico.

Caulfield e Abreu apontam na pesquisa que elas fizeram para o Rio de Janeiro que os valores morais das classes populares durante a virada do século XIX para o XX, mudavam as ordens jurídicas e construía identidades femininas que não cabiam nas estreitas definições de mãe ou prostituta; honesta ou desonesta; virgem ou desgraçada.¹⁶³ As decisões de delegados e chefes de polícia levavam em conta outras questões além dos exames médicos, atestados de miserabilidades, certidões de nascimentos, testemunhas, etc. A violência dos atentados, as histórias e também as questões financeiras que faziam parte dos relacionamentos amorosos da década de 1890.

2.3. Falta de moradia, de trabalho, da moral e dos bons costumes.

Ao autuar as condutas dos casos sexuais, a polícia tinha a expectativa de proteger mulheres contra os escândalos públicos de um processo-crime. Nos inquéritos de defloramento, poucos delegados pediam o exame de corpo de delito e a comprovação do defloramento se dava pela conduta da menor e do flagrante policial. De maneira semelhante, outras autuações sob rubricas diferentes também tratavam de declaração de conduta. Os indivíduos compareceram às delegacias para informarem seus dados de moradia e ofício, principalmente.

Se para as mulheres, a proteção da honra se dava pela manutenção da integridade do hímen e da sua virgindade, para os homens essa honra era cobrada através do trabalho e de condutas que na maioria das vezes deveria respeitar à moral pública.

Nos breves depoimentos dos inquéritos policiais, a questão da moradia e empregos fixos eram sempre cobrados. Esse foi o caso da prisão em massa de suspeitos de caftismo no Largo Municipal, no centro de São Paulo. A história que Samuel Leblitz, um dos suspeitos,

¹⁶³ Tradução minha. Sueann Caulfield e Martha Abreu. “50 Years of Virginity in Rio de Janeiro”, p. 66.

contou na delegacia teve seu início na Rússia, por volta de 1890. Ele e outros europeus, provavelmente seus companheiros que também foram levados à polícia, estavam inseridos em um caso de imigração maciça de trabalhadores europeus para várias partes do mundo. Não foram poucos os homens e mulheres que fizeram esse caminho da Europa para a América do Sul, tanto em busca de condições melhores para “fazer a América”, como traficando mulheres ou tornando-se cáftens e prostitutas quando chegavam às terras americanas¹⁶⁴.

O Código Penal de 1890 não considerava crime a prostituição, mas criminalizou o lenocínio, o que era uma novidade em relação ao Código Criminal do Império. A este crime dedicou dois artigos, o 277 e o 278. Tornava-se crime então, o ato de “excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer os desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem” ou de “induzir mulheres, que abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-a por intimidações ou ameaças a empregarem-se no tráfico da prostituição”, incluindo ainda o ato de “prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros dessa especulação”¹⁶⁵. Ou seja, apesar de não considerar a prostituta criminosa, tudo que estava ligado à sua exploração era vigiado, assim como hotéis, restaurantes e os senhorios que alugavam casas de cômodo para os encontros.

O inquérito que envolveu Samuel Leblitz, suspeito de caftismo, é o mais completo, pois além do depoimento dos onze envolvidos, ainda traz os depoimentos das testemunhas. Este inquérito foi escolhido como fio condutor de algumas preocupações abordadas neste texto, já que nos inquéritos de lenocínio, profissão era uma questão importante para formar a culpa, tanto que as testemunhas eram chamadas para comprovar o local de trabalho dos indivíduos e seus ofícios. Outro aspecto que permeia essa análise é a questão dos logradouros desses indivíduos e suas redes de sociabilidades.

No dia dez de dezembro de 1893, Samuel Leblitz disse na delegacia que estava no Brasil há apenas dez dias e que trabalhava em uma confeitaria à Rua do Seminário. Também

¹⁶⁴ Cf. Guido Fonseca, História da Prostituição em São Paulo. SP: Resenha Universitária, 1981; Margareth Rago, Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). RJ: Paz e Terra, 1991; Beatriz Kushnir, Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. RJ: Imago, 1996 e Cristiana Schettini, Que tenhas teu corpo.

¹⁶⁵ Batista Pereira. “O Código Penal de 1890 (notas históricas)”, Revista de Jurisprudência (vol. 3, maio a agosto, 1898).

perguntaram se ele viva com alguma mulher, mas ele respondeu que não e “que não é cáften e nem conhece cáften algum”.¹⁶⁶ O possível patrão de Samuel, o português João Botelho, negociante e morador à Rua Alegre, número 63, também prestou esclarecimentos, afirmando que “não conhece Samuel Seblitz (sic) e que nunca foi seu empregado”.¹⁶⁷ Da mesma forma, outra testemunha, Severino Ferreira de Mattos, morador da Rua Intendência, apontou Samuel e outros companheiros seus – Mayer Cohen, Moysés Reichtmann, Jacob Tamaroff, Henrique Sealitz, Bernardo Gotz e David Surouzer –, como sendo todos cáftens, pois

“nenhum deles tem emprego lícito, mas cada um deles vive do comércio ilícito de mulheres, que é o ofício de cáften, isso sabe por encontrá-los nos clubes e casas de mulheres e saber de todos os seus passos”.¹⁶⁸

Outro dos envolvidos, o argentino Bernardo Grossmann disse à polícia que morava nesta capital, na Rua atrás do Theatro São José, número 28. Segundo informou,

“mora há três meses nesta Capital, tendo vindo da Argentina, que tem sua oficina de alfaiataria na Rua do Seminário, número 76, que ele interrogado ocupa um cômodo da dita casa e quem aluga a casa inteira é um velho cujo o nome não conhece, que moram oito pessoas na casa inteira, que trabalha como oficial de alfaiate”.¹⁶⁹

Entretanto, o alfaiate italiano, dono da alfaiataria onde Grossmann afirmava trabalhar, disse que não o conhecia e que

“na alfaiataria à Rua do Seminário, número 16, cujos os donos ele depoente conhece e são seus parentes, nunca esteve, ao que lhe consta, empregado, como oficial, pessoa alguma com aquele nome”.

E no mesmo inquérito, outra testemunha, José Sodré, foi inquirida, afirmando que Grossmann vivia de explorar mulheres prostituídas,

“não podendo mencionar quais elas sejam, pois isso não lhe contou dito Elias e que os mesmos não se ocupam em coisa alguma”.¹⁷⁰

¹⁶⁶ Inquérito Policial, A Justiça contra Mayer Cohen e outros cáftens (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Idem.

Mais uma vez, os indivíduos acusados tentavam burlar a ação policial, indicando logradouros e empregos fixos, pois sabiam que eram aspectos relevantes para caracterizar sua inocência. É possível que Bernardo ou Samuel tivessem um ofício lícito, que fossem confeitoiro ou alfaiate, mas podiam sê-lo independente de suas práticas como cáften também. O fato de freqüentarem os restaurantes e hotéis, conhecidos como locais onde se achavam cáftens e meretrizes, atestam uma proximidade com esses indivíduos e com a prostituição.

Era latente a preocupação dos suspeitos em provar que tinham profissão honrada, já que, segundo o testemunho do português Severino de Mattos, ser cáften é não ter emprego lícito e viver do comércio ilícito de mulheres. A questão do trabalho estava tão associada ao comportamento e a conduta de um indivíduo que os atributos de trabalhador se associavam com os de honestidade, seriedade, respeitabilidade, ou seja, atributos morais.¹⁷¹

Se o trabalho era um indicativo da conduta moral de um indivíduo, faz sentido a preocupação de Samuel e seus companheiros em reforçar nos depoimentos que tinham um ofício, indicando locais de trabalho e nomes de pessoas que poderiam provar isso. Ainda que a polícia pudesse descobrir a verdade, eles garantiam um tempo maior para se movimentarem, articularem outras defesas, recorrer a conhecidos, enfim, acionar suas redes de solidariedades, etc.

Também com a preocupação de se livrar da prisão, o turco Mayer Cohen usou o argumento de que tinha uma profissão. Ele disse que teria ido à São Paulo para

“estabelecer-se aqui com casa de cigarros, pelo que já tem se entendido aqui com o proprietário de um prédio à Rua Bocaiúva, que está hospedado no hotel da Rua Alegre, chamado de Pátria, onde tem sua bagagem”.¹⁷²

Além dessa informação, ainda lhe foi perguntado se havia alguém ou família que pudesse provar a sua “inocência”, ao que ele respondeu que tem família, porém na Europa e que em São Paulo só tem um conhecido capaz de atestar e é o Sr. Jacob, proprietário do Restaurante *Jockey Club*, a Rua Boa Vista.

Essas referências eram necessárias, já que morar em pensões ou hotéis ou não apresentar um ofício, não garantiriam a sua liberdade. Todos eles foram presos por serem

¹⁷¹ Cf. Sidney Chalhoub. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Ed da Unicamp, 2001 e Martha Abreu. Meninas Perdidas.

¹⁷² Inquérito Policial, A Justiça contra Mayer Cohen e outros cáftens (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

suspeitos de caftismo e como estavam todos na região do Restaurante do Largo Municipal, mesmo aqueles que não eram cáftens, ou possuíam outras profissões, também tiveram que prestar esclarecimentos. O russo Moysés Recktmann disse que não era cáften, e tentou justificar contando sua trajetória do Rio de Janeiro até a capital paulista, onde estava há apenas três dias. Disse que era casado, mas deixou sua mulher no Rio, empregada com sua tia em um café, porque não tinha dinheiro para trazê-la, mas que veio em busca de emprego como sapateiro, que é seu ofício e foi preso quando estava no restaurante com outros russos e polacos desconhecidos, “pois ali se achava hospedado desde que aqui chegou”.¹⁷³

Apesar de os estrangeiros presos quererem convencer o delegado, as histórias se repetem em todos os depoimentos na tentativa de se protegerem da prisão. As referências utilizadas por Moysés eram aquelas cobradas nas autuações de vadiagem: moradia e empregos fixos. No caso, ele declarou que não tinha família em São Paulo, estava aqui há três dias apenas e não teve “sorte” com a moradia, pois ao se hospedar em um hotel escolheu um onde se encontravam vários cáftens. Analisando as histórias, percebe-se várias práticas comuns, compartilhadas pelos indivíduos suspeitos para se livrarem da prisão: ressaltar aspectos tradicionalmente aceitos na sociedade, associados à honra, que é a questão do trabalho, da moradia e da família.

Foi assim que as testemunhas do inquérito policial movido contra Max Rapaport confirmaram a sua culpa. Um deles, Alexander Bayer, disse que

“conhece Rapaport e sabe que ele vive dos proveitos da prostituição ou de uma mulher, conforme o depoente não se lembra na ocasião, mas que sabe ela ter estado hospedada no hotel Petesburgo e no hotel Bordeaux e deste último mudou-se para Santos, acompanhada de Rapaport, onde continua a viver a explorar da mesma mulher, dizendo ainda que mulher em Santos lhe dava pouco lucro”.¹⁷⁴

Neste caso, as testemunhas deveriam comprovar se Rappaport era ou não cáften, e a prova foi o testemunho de quatro deles, todo europeus (um romeno, dois austríacos e um alemão) de que ele vivia da exploração de uma prostituta. Bayer e Bernardo Lumes disseram que moravam em um hotel – *Hotel Romagnole* –, à Rua do Seminário, número 22 e os outros dois, Antonio Atrimer e Ludovico Hüpsel, moravam na mesma casa (hotel ou pensão), no

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ Auto de Declaração de testemunhas contra Max Rapaport (1893). AESP. Processos Policiais, C03222.

Largo São Bento, número 4. Todos eles apresentaram um ofício: comissário, negociante e copeiro.

O que pretendo com essas informações é tentar cruzá-las com outros depoimentos, já que são muito semelhantes entre si. O local em que Atrimer disse que morava, Largo São Bento, constatei que era muito próximo do restaurante e pensão “Jockey Club”, onde os onze cáftens foram presos. As profissões alegadas pelos indivíduos, que de alguma forma estiveram presente na delegacia, também eram parecidas. Dos onze presos no restaurante, a maioria dizia ser negociante, seguido de sapateiro, vidraceiro, alfaiate e copeiro. Da mesma forma que as testemunhas deste caso.

As profissões informadas pelos envolvidos eram bastante comuns naquele momento, tanto que o fato de Samuel ser confeitoiro e a testemunha Antonio Atrimer, um copeiro está mais ligado ao ofício que eles exerciam naquele momento do que de fato serem uma profissão dos dois. Ou seja, as profissões eram muito dinâmicas e dessa forma os vínculos de trabalho também. Segundo autores como Sidney Chalhoub e Martha Abreu, a partir do período republicano se observou uma política mais disciplinadora do trabalhador, aumentando a vigilância e repressão principalmente sobre os libertos e imigrantes, através de uma “nova ideologia do trabalho, no sentido de fazer com que eles assumissem suas responsabilidades, enquanto livres e assalariados”.¹⁷⁵

As declarações de profissões comuns feitas ao delegado demonstram que esses mecanismos de assumir ofícios lícitos para garantir a liberdade eram compartilhados não apenas pelos indivíduos suspeitos de um crime, como também pelas testemunhas convocadas. Mesmo que eles fossem negociantes e copeiros, por exemplo, aqueles que eram suspeitos de caftismo sabiam que precisavam de ofício lícito diante da polícia e lançavam mão de trabalhos sem padrões ou difíceis de comprovar. Quando levados à presença do delegado, nenhuma mulher ou homem se disse prostituta ou cáften e, apesar de serem citadas nos inquéritos, não foram ouvidas na delegacia, como Thereza May que segundo as testemunhas, morava com Max Rappaport, denunciado como cáften.

A testemunha inquirida pela polícia, o alemão Antonio Alviam confirmou que o mesmo Rappaport vivia com Thereza May. A acusação dele é que Rappaport explorava Thereza May. Segundo o testemunho, ele

¹⁷⁵ Martha Abreu. *Op. cit.*, p. 26. Ver também Sidney Chalhoub. Trabalho, lar e botequim.

“Disse que conhece Rappaport e a Thereza May há cerca de 1 ano e sabe que Rappaport vive exclusivamente a expensas de Thereza May, que da prostituição em que esta vive, tira os meios da manutenção de ambos. Disse mais que devido a isso, Rappaport nunca se empregou em coisa alguma”.¹⁷⁶

Além da profissão declarada pelos indivíduos dos inquéritos, outros aspectos ajudaram a aproximar da vida cotidiana dos envolvidos com o caftismo. O fato de todos os envolvidos nesses casos serem estrangeiros e morarem em hotéis ou pensões se tornou relevante na análise dos dados. Mesmo sem acesso aos depoimentos dos dois, é possível se aproximar do ambiente onde eles vivam, afinal, uma das testemunhas, Ludovico Hüpsel conviveu com os dois durante um ano em um hotel no centro de São Paulo, e, provavelmente, sabia das atividades do casal. Escapar dessa suspeita necessitava de alguns pressupostos tais como situação civil estável, ter uma profissão, ter um endereço e nesses quesitos, de certa forma, eles tentavam preenchê-los.

As acusações de caftismo aparecessem junto com acusações de gatunagem e vadiagem, ou todos os delitos relacionados ao não trabalho. Entretanto, de todos os inquéritos lidos, apenas um homem disse não possuir ofício e, entre as mulheres envolvidas apenas sete meninas menores de idade, vítimas de defloramento e que moravam com seus pais, disseram não ter profissão.¹⁷⁷

Valentim Ablenda e Firmina Golland foram presos em flagrante na Rua São Bento, às seis horas da manhã, no “ato em que Valentim estava com sua mulher chamando-a de gatuna”.¹⁷⁸ Esse depoimento foi feito pelo praça que os conduziu à delegacia, entretanto, o próprio envolvido, o negociante espanhol Ablenda, não prestou esclarecimentos, apenas Firmina, que alegou em sua defesa que “não é casada com Valentim e sim amasiada com este”.¹⁷⁹

O que mais chama a atenção neste inquérito é o fato de Firmina ressaltar seu amasiamento e não o casamento com Valentim, além de ela mesma confirmar que era verdade que ele lhe chamava de gatuna no ato da prisão. O caso não tem continuidade para sabermos em que condições ele a chamava de gatuna, mas alguns aspectos são interessantes

¹⁷⁶ Auto de Declaração de testemunhas contra Max Rapaport (1893). AESP. Processos Policiais, C03222.

¹⁷⁷ Cf. Processo Policial, A Justiça contra Flomento Julio (1895). AESP, Processos Policiais, C03225, analisado no capítulo 1 desta dissertação.

¹⁷⁸ Auto de prisão em flagrante de Valentim Abelinda e Firmina Golland (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

¹⁷⁹ Idem.

de serem analisados. Primeiro porque o praça que os prendeu notou que a briga era maior que apenas um xingamento de gatuno. O casal se encontrava na Rua São Bento, no centro de São Paulo, às seis horas da manhã, discutindo. Além da briga, o policial com certeza notou outros elementos que o fizeram desconfiar do casal a ponto de encaminhá-los até a delegacia. Segundo as profissões declaradas pelos envolvidos, negociante e costureira, poderia muito bem não representar o verdadeiro ofício deles, ou então que esses não eram os únicos ofícios que desempenhavam. Segundo Guido Fonseca, “a situação de miserabilidade das mulheres em nada diferia da dos homens. Talvez, fosse até pior, pois poucas eram as atividades a elas reservadas”.¹⁸⁰ No censo que ele teve acesso, relativo ao ano de 1822, foi encontrado “nada menos que 92 costureiras e 48 rendeiras. Número avultado se considerarmos a população da época e outras profissões”.¹⁸¹

Muitos dos memorialistas que ele utilizou como documentação para sua pesquisa propunham uma relação entre as mulheres que diziam ser costureiras e que praticavam também o meretrício. À noite deixavam as costuras, se as tinham, e iam para as ruas. Desta forma não é difícil pensar que ser costureira podia englobar vários outros ofícios ao mesmo tempo, inclusive a prostituição.

A relação de trabalho, moradia e vizinhança era bastante evidenciada nos inquéritos, bem como o fato de citarem os relacionamentos que mantinham. Um dos inquéritos, na Rua Luiz Gama, em uma casa de cômodos, Perpétua Carolina dos Santos esfaqueou seu “examásio”, Humbelino José dos Santos. Segundo a lavadeira e engomadeira Perpétua

“tendo vivido algum tempo amasiada com Humbelino, mas como este sempre se embriagava e por diversas vezes a quisesse espancar, combinou com o mesmo de se separarem, prometendo Humbelino nem sequer passar pela sua Rua que ela declarante estivesse morando, que tendo ela se mudado em companhia de uma sua comadre, à Rua Luiz Gama. Há alguns dias (...) ali apareceu, mas com um propósito, sendo bem tratado por ela, seguindo-se depois desta mais uma vez, que foi tratado da mesma maneira, porém que no dia 13 (...) tornou ali a aparecer e como principiaram a discutir com ela, sua comadre e o filho, querendo brigar, chegou o sargento(...) acompanhado de um praça e o prenderam (...) que pouco depois soltou (..) e como sua filha se achava na janela a avisasse da sua chegada (...) ela para evitar a sua presença, entrou em seus aposentos e meteu-se embaixo de uma cama (...), e ele ergueu o roda-pé da cama, quando recebeu do mesmo uma facada no ombro”.¹⁸²

¹⁸⁰ Guido Fonseca. *A história da prostituição em São Paulo*. SP: Resenha Universitária, p. 64.

¹⁸¹ Affonso A. de Freitas. *Tradições e reminiscências paulistanas*. SP: Marins, p. 135. *Apud* Idem.

¹⁸² Inquérito Policial, A Justiça contra Humbelino José dos Santos (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

A vizinhança chamou a polícia para tentar resolver a briga, e segundo os cabos da polícia responsáveis por apartarem a discussão, uma das mulheres presentes na briga havia dito que o tal Humbelino, também praça da polícia,

“queria levar a força para a sua companhia mas ela não queria acompanhar e que a vista disso, o sargento deu voz de prisão”.¹⁸³

A outra testemunha, também praça, Estevão Antonio da Silva, disse que estava indo para a dita Rua Luiz Gama,

“onde mora sua lavadeira e tem a sua roupa, encontrou em um armazém o cabo Humbelino e o sargento, (...) e que tendo ele trocado a sua roupa, na casa fronteira ao dito armazém, ao sair foi chamado por Humbelino que apertando-o, perguntou-lhe se tinha vindo (...) o espiar e o que havia na casa em que ele depoente havia trocado a roupa, respondendo ele depoente que não só não o tinha vindo espionar como também não sabia o que se passava em dita casa, pois que apenas chegava ali para trocar de roupa e nada mais”.¹⁸⁴

De acordo com o depoimento dos envolvidos no inquérito, o praça da polícia Humbelino mantinha relações com a lavadeira Perpétua, que se referiu a ele como ex-amásio. Mais do que isso, a relação era conturbada entre eles e mesmo sendo ex-amásio, ele apareceu na sua casa “mas com um propósito, sendo bem tratado por ela” e sempre que voltava, ela o tratava da mesma maneira. Até o dia em que começou a briga e rapidamente os outros agentes da polícia, inclusive o sargento, compareceram na sua casa e o prenderam.

A relação que Perpétua estabelecia com alguns policiais poderia ser de lavadeira, afinal era um ofício comum para as mulheres da época, o que não era garantia que ela não tivesse outros além desse. Tanto que o outro praça, Estevão da Silva, se referia à Perpétua como “a sua lavadeira” e a casa dela, o local onde ele guardava a sua roupa, mas ao final do depoimento ele prontamente declarou “que apenas chegava para trocar de roupa e nada mais”. Mas esse entra-e-sai de policiais da casa de Perpétua foi o estopim do conflito, causando ciúmes em Humbelino.

Não há como verificar a veracidade dos depoimentos dos envolvidos, mas é possível definir alguns relacionamentos entre os policiais e seus policiados. A relação que esses policiais mantinham com as mulheres, independente de serem ou não prostitutas garantia a

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

elas, mulheres que levavam a vida de maneira mais livre, com relacionamentos mais efêmeros, proteção e pequenos favores.

No caso, a conduta de Perpétua foi questionada quando teve que responder sobre o relacionamento com Humbelino, mas prontamente ela foi protegida afinal, com ofício, moradia, amigos na polícia e as testemunhas de acusação a seu favor, o inquérito contra Humbelino José dos Santos foi instaurado, e ele preso.

No entanto, as testemunhas que aceitaram ir até a delegacia para acusar aqueles onze cáftens do Largo Municipal não tinham tanta simpatia pela “profissão” desses indivíduos e nem pelos ambientes que freqüentavam. Tanto que as cinco testemunhas inquiridas no caso dos cáftens, afirmavam que os suspeitos viviam à custa de mulheres. E por fim, no Relatório ao Chefe de Polícia, o delegado disse que

“nenhum deles se defende da imputação de cáften ou alega sequer motivo plausível que possa isentá-los, entretanto que em geral são incongruentes as suas declarações: ora confessando ignorar o nome das pessoas que alegavam conhecer (...), ora respondendo não saber o nome ou sequer indicar sinais da pessoa que dizem alugar-lhes cômodos onde alegam morar.(...) Em conclusão: Jacob, Mayer, Samuel, Moysés, Henrique, David, Bernardo, Léon, Goetz estão incurso nas penas do artigo 399 com referência ao artigo 400 (sendo como são, todos os réus estrangeiros) do Código Criminal”.¹⁸⁵

Os cáftens do Largo Municipal não convenceram o Chefe de Polícia, pois a falta de referências positivas, no sentido de assegurarem que tinham ofício, família e um endereço, foi determinante para que o Chefe de Polícia não conseguisse isentá-los da imputação de cáften. No fim, o Chefe de Polícia solicitou a deportação dos indicados ao Secretário de Justiça, mas não se sabe se isso se confirmou ou não.

O controle da prostituição não dependia apenas de uma regulamentação, tão reclamada para aquele período. As disputas e os relacionamentos entre os policiais, as mulheres e os cáftens dependiam de outros fatores. O que informava as práticas da polícia contra a prostituição às vezes era a disputa de poder e de mulheres – como se pode ver no caso de Humbelino e Perpétua. O “ciúmes” da ex-amásia era porque ela lavava roupa pra fora e também mantinha um relacionamento diário com outros guardas. Os guardas poderiam até explorá-la, mas no inquérito, parece que o relacionamento se baseava em favores. Já

¹⁸⁵ Inquérito Policial, A Justiça contra Mayer Cohen e outros cáftens (1893). AESP. Processos Policiais, C03221

quando os acusados de caftismo foram presos, a conduta moral, logradouros e as profissões tinham papel fundamental na formulação da acusação.

2.4. “Uma praga que conspurca os costumes públicos e afronta o pudor da sociedade”

Em Julho de 1890, uma carta dirigida pelo Chefe de Polícia Bernardino de Campos ao governador de Estado, Dr. Prudente de Moraes Barros, pedia a deportação de um português, acusado de ser cáften. Na carta, o Chefe de Polícia relatou ao governador que

“foi preso na cidade de Jacareí e remetido pelo respectivo delegado de polícia para esta Capital, o português de nome Bernardo Gomes Ferreira, como cáften, ficando isso provado pelo inquérito procedido que aquele indivíduo devota-se ao degradante comércio da prostituição, tornando-se por isso, um perturbador da ordem social com suas devassidões que cinicamente ostenta e com que ofende altamente aos bons costumes”.¹⁸⁶

Apesar da lei de expulsão de estrangeiros ser decretada apenas em 1907, os pedidos de deportação eram freqüentes durante a primeira década republicana, ainda mais quando se configurava o crime de lenocínio. O Chefe de Polícia ainda justificou que as devassidões de Bernardo Gomes Ferreira deviam ser condenadas, afinal ofendia os bons costumes. A questão abordada pelas autoridades policiais era justamente como “extirpar” o cáften, atingindo ou não as prostitutas.

Em 1896, o jurista Cândido Motta escreveu o relatório à Polícia da Capital intitulado “Prostituição, Polícia de Costumes e Lenocínio”. O objetivo do relatório era apresentar ao Chefe de Polícia a situação da prostituição na cidade de São Paulo naquele ano e propor soluções para o fim do caftismo e da exposição escandalosa das prostitutas no centro de São Paulo. Ele discorreu sobre a prostituição de forma bastante eloqüente. Segundo ele, “(...) de tudo quanto se tem dito e escrito sobre o assunto, ele continua insolúvel”.¹⁸⁷

A polêmica abordada no relatório era justamente como tratar da prostituição em um “mundo civilizado”, no qual a capital paulista procurava se encaixar. As contradições das leis

¹⁸⁶ Carta ao cidadão Dr. Prudente José Moraes Barros, Governador do Estado (1890). AESP, Polícia, C2725.

¹⁸⁷ Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”, Relatório Apresentado ao Ex. De. Chefe de Polícia, AESP, Polícia, Lata C2836.

e da aplicação nas ruas se mostraram ainda mais insolúveis e a associação da prostituição com a vadiagem e a vagabundagem tornou-se mais recorrente.

Segundo o jurista Macedo de Soares, os cáftens e os outros indivíduos que viviam da prostituição possuíam domicílio certo, mas garantiam a subsistência por meio de “ocupação manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”.¹⁸⁸ A prostituição era reprovada pelas autoridades policiais, mas as mulheres que viviam da prostituição eram toleradas. Eram punidos, no entanto, aqueles que excitavam, favoreciam ou induziam mulheres à prostituição.

A ação da polícia contra a prostituição em São Paulo já datava antes mesmo do Código Penal da República. O chefe de Polícia de São Paulo em 1879, João Augusto de Pádua Fleury iniciou um projeto de regulamentação da prostituição junto com a Câmara Municipal e a Junta de Higiene.¹⁸⁹ Ele já sabia das complicações que sucediam a um regulamento como esse:

“há quem estremeça diante da idéia de um regulamento sanitário policial para essa classe de mulheres sob o fútil pretexto de que dá ao vício o caráter de instituição”.¹⁹⁰

Durante um tempo, as discussões sobre projetos de regulamentação da prostituição ficaram engavetadas. O assunto voltou então em 1896, com a proposta de “Regulamento Provisório da Polícia de Costumes”, assinado pelo Chefe de Polícia da época, Xavier de Toledo e idealizado pelo delegado Cândido Motta. Ele era um defensor da regulamentação da prostituição, considerando-as uma saída para resolver os problemas da ordem e moral públicas além de higienizar as ruas de São Paulo contra “esta casta de gente”.¹⁹¹

A visibilidade dessas mulheres públicas deveria ser então controlada pela polícia e, sobre isso, Motta reafirma as determinações do Código Penal.

“O espetáculo que as mulheres públicas davam nesta capital (...) reclamava uma pronta intervenção da polícia. Qual, porém, o caminho a seguir, de modo a garantir a eficácia desta intervenção?”

¹⁸⁸ Macedo de Soares. *Op. cit.*, nota 595, p. 767.

¹⁸⁹ João Augusto de Pádua Fleury. “Relatório apresentado ao Imo. e Exmo. Sr. Dr. Laurindo Abelardo de Brito, Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia João Augusto de Pádua Fleury, Juiz de Direito, ref. a 1880”, Typ. Do Diário de Santos. *Apud* Guido Fonseca. História da Prostituição em São Paulo, p. 167.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”, Relatório Apresentado ao Ex. De. Chefe de Polícia, AESP, Polícia, Lata C2836 e Guido Fonseca. História da Prostituição em São Paulo., p. 168.

Se é verdade que à polícia falta competência para regulamentar a prostituição, que, embora de modo indireto é até punida pelo Código Penal, art. 399, é também fora de dúvida que lhe corre o dever, assisti-lhe a obrigação de prevenir e reprimir toda infração do artigo 282, isto é, toda a ofensa pública à moral e aos bons costumes”.¹⁹²

A responsabilidade da autoridade policial era a vigilância desses indivíduos, assegurando o respeito à lei e à moral pública. No entanto, no caso da prostituta, a presença nas ruas apontava para a incoerência da tolerância das autoridades policiais com as mulheres já que no sentido legal toda a mulher exclusivamente meretriz era vagabunda e ofendia publicamente à moral, pouco importando que tivesse casa onde habitasse.¹⁹³ Dessa forma, deveria ser punida de acordo com o artigo 399 do Código Penal e o artigo 400 do mesmo Código, que punia a reincidência da contravenção.

Em uma portaria instaurada pelo delegado do Rio de Janeiro Bento Faria em 1903, ele determinou aos inspetores policiais,

“Que intimem a vir a esta delegacia qualquer meretriz, notoriamente conhecida como tal, que for vista em exibição nas portas e janelas; que façam prender aquelas que, nas ruas ou lugares freqüentados pelo público, demonstrem de modo inequívoco, a escandalosa e reprovada ocupação a que habitualmente se entregam”.¹⁹⁴

Apesar de essa portaria só valer para o Rio de Janeiro, ficou evidente a tentativa de os delegados criarem mecanismos de controle sobre os indivíduos que viviam da prostituição. Em São Paulo, Cândido Motta se mostrava contrário à repressão da prostituição que a caracterizasse como infração, já que as penas estavam sujeitas às mulheres que a ela se “entregavam”. Para ele, esse sistema é ineficaz e injusto, já que elas eram vítimas dos seus exploradores.¹⁹⁵ Dessa forma, “punir um sem punir o outro [cáften], seria a mais clamorosa injustiça, por isso a repressão cairá sobre a parte mais fraca. (...) Se debaixo do ponto de vista social, é reconhecido a conveniência da prostituição, toda a repressão seria um contra-senso”.¹⁹⁶

¹⁹² Idem, p. 8-9.

¹⁹³ Idem, p. 769.

¹⁹⁴ Antonio Bento de Faria. “Portaria expedida em 23 de março de 1903”, 8ª circunscrição policial da Capital Federal, *Apud* Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 767.

¹⁹⁵ Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”, p. 6.

¹⁹⁶ Idem, p. 6..

Os responsáveis pela da moralidade pública nem sempre dispunham de leis e decretos eficazes para garantir a ordem, lançando mão às vezes de meios ilegais para expulsar das ruas mulheres e homens perturbadores da tranqüilidade. A partir dessas reclamações sobre a ineficácia dos recursos legais é que o governo paulista em 1897 baixou o Decreto n° 494, de 30 de outubro que dispunha em seu art. 5°, §2°, que os Inspetores de Quarteirão deviam informar às Autoridades Policiais sobre as atividades dos vadios, gatunos e contraventores habituais e destes os assassinos, roubadores, gatunos e cáftens deviam ser fotografados pela Polícia para possibilitar uma melhor ação preventiva e repressiva contra os mesmos.¹⁹⁷

No entanto, não se sabe o quanto esse controle foi sentido nas ruas, já que os inquéritos começam a ficar rarefeitos com o passar dos anos no AESP. Acredita-se que os casos que não estão presentes no Arquivo viraram processos criminais. Portanto, o número relativamente baixo de inquéritos nos anos subseqüentes às portarias e relatórios de polícia na Capital pode evidenciar não necessariamente uma diminuição dos crimes e contravenções, mas um encaminhamento constante à Justiça.

O jurista carioca Bento Faria acreditava que com as reformas processuais no Código Penal, todos os delegados providenciariam no mesmo sentido a prisão das prostitutas, a fim de garantir a ordem e o respeito públicos. Sobretudo, se as ordens fossem cumpridas meticulosamente pelos subalternos, pois assim, em algumas ruas não se exibiriam os quadros “escandalosos” que tanto ofendiam a moral pública.

Mais uma vez, a legislação penal não previa o fim da prostituição mesmo que as interpretações dos juristas ao Código caminhassem para uma condenação das práticas em torno da prostituição. O que de fato se via na legislação e relatórios era uma tolerância às meretrizes, mas condicionada a torná-las cada vez menos visíveis. Os inquéritos policiais registraram uma diversidade de conflitos envolvendo prostitutas “notórias” e outros indivíduos – clientes, cáftens, donos de suas casas, etc. No entanto, a aplicação da lei para essas mulheres se ampliava para além das meretrizes, alcançavam lugares e comportamentos que passaram a fazer parte do rol de suspeição e atingir outros homens e mulheres em seus momentos de descanso e lazer.

¹⁹⁷ Decreto n° 494, de 30 de outubro art. 5°, §2° *Apud* Guido Fonseca. História da Prostituição em São Paulo, p. 160.

As determinações dos artigos 277 e 278 no novo Código Penal¹⁹⁸ republicano condenavam o lenocínio e o caftismo respectivamente, e retomaram as discussões jurídicas sobre o lugar da prostituição na sociedade brasileira e como ela coexistiria com as idéias controversas de honra e moralidade. Apesar de as práticas do lenocínio e caftismo não qualificarem uma contravenção, a legislação punia as práticas nos artigos 277 e 278 do Código Penal, *Do lenocínio*, e também retomou a discussão sobre prostituição em outros capítulos, o da vadiagem no artigo 399 do mesmo código. Segundo o art. 277, era crime:

“Excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem”.¹⁹⁹

O jurista Macedo de Soares, na interpretação do Código Penal publicada em 1910, definiu o “novo crime” como o

“ato desonesto e especialmente indica os atos pelos quais alguém se coloca entre duas pessoas para fazer com que uma aceda ao desejo carnal de outra, ou para facilitar e auxiliar a realização dos recíprocos desejos (...) de se conhecerem carnalmente”.²⁰⁰

A aprovação desse artigo dedicado ao lenocínio representava uma maneira pela qual a polícia deveria autuar os indivíduos acusados como cáftens ou exploradores de mulheres. Dessa forma, homens e mulheres que conviviam com a prostituição e, de certa forma ajudavam ou colaboravam com a mesma, poderiam ser alvos da lei.

No mesmo Código Penal, o artigo 278 definiu o caftismo como um crime diferente do lenocínio. Segundo o artigo, tornava-se crime:

“Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constringendo-a por intimidações ou ameaças a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes, por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação”.²⁰¹

¹⁹⁸ Art. 277 e 278, Capítulo III, *Do Lenocínio*, Título VIII, *Dos crimes contra a segurança e honestidade das famílias, e do ultraje público ao pudor*. In: Macedo de Soares. *Op. cit.*, pp. 563-573.

¹⁹⁹ Art. 277 sobre o lenocínio. In: Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 563.

²⁰⁰ Macedo Soares. *Op. cit.* pp. 563-4.

²⁰¹ Art. 278 sobre caftismo. In: Macedo de Soares. *Op. cit.*, p. 568.

A diferença foi pontuada pelos próprios legisladores da época. O Dr. Baptista Pereira²⁰² comentou o Código Penal de 1890, na Revista de Jurisprudência e defendeu que o artigo 278, comumente chamado de caftismo, ocupava lugar ao lado do lenocínio por ser do mesmo gênero de crime “contra a pureza dos costumes”. Mesmo assim, a legislação tentava com os dois artigos cercar todos aqueles que viviam das mulheres: hotéis, pensões, agentes, negociantes. Esses seriam autuados como infração do art. 277, de lenocínio. Enqueano que o caftismo determinava penas aqueles que induziam as mulheres a viverem da prostituição, assim como amásios, amantes, pais e outros tantos que se aproveitassem da mulheres. Para o jurista Dr. Baptista Pereira,

“o lenocínio é a excitação à devassidão, o favorecimento à corrupção para satisfazer a libidinagem de outro; o caftismo é a exploração torpe da miséria de infelizes mulheres, (...) que as explora. O cáften organiza a prostituição”.²⁰³

Baptista Pereira analisou o projeto de reforma pendente na Câmara dos Deputados em 1898 que propunha a supressão do crime de caftismo do Código Penal, no entanto, a sua crítica era contra a revogação do artigo, pois para ele o cáften representava

“uma coisa hedionda, que envergonha e ultraja a nossa civilização; uma praga, que conspurca os costumes públicos e afronta o pudor da sociedade”.²⁰⁴

A discussão na esfera legislativa sobre a prostituição e a incitação a ela era bastante antiga, anterior à implantação do Código Criminal do Império, em 1830 – que não considerava crime algum as práticas relativas à prostituição –, e se estendeu até depois da inauguração do novo código republicano.

O Código Criminal do Império não classificava sequer o delito nem previa punição àqueles que excitassem, favorecessem ou facilitassem a prostituição. Na edição de 1885, as anotações do Bacharel Francisco Luiz traziam interpretações ao Código do Império punindo as irregularidades de conduta que fossem públicas; mas ele deixou claro que se referia ao “vício de jogos proibidos; ou de embriaguez repetida”. Ainda que isso pudesse repercutir em

²⁰² Batista Pereira era um advogado que ficou conhecido como um grande reformista do ordenamento penal de 1890, com diversos textos comentando o código republicano.

²⁰³ Batista Pereira. “Notas históricas sobre o Código Penal de 1890”, Revista de Jurisprudência, Agosto de 1898, p. 404 *Apud* Macedo de Soares, p. 568.

²⁰⁴ *Idem*, p. 568.

maior vigilância sobre o ambiente em que vivia e trabalhava a prostituta, o indivíduo só poderia ser autuado, segundo a lei, se fosse provado que era “notoriamente inepto e desidioso no cumprimento de seus deveres domésticos e sociais”.²⁰⁵

O capítulo do Código Criminal de 1830 que reunia os artigos em defesa da honra e honestidade da mulher foi o *Dos crimes contra a segurança da honra*. Segundo a lei, era crime “deflorar mulher virgem, menor de dezessete anos”. No entanto, na interpretação do artigo feita pelo Juiz Francisco Luiz, ele se opõe ao limite de idade. Para ele,

“é muito pouca a proteção que a respeito da honra, não havendo violências ou ameaças, vai somente até os 17 anos. (...) Até esta idade, segundo a lei, incapaz de administrar seus bens; e logo aos 17 anos, quando justamente as paixões se acendem e mais perigo corre, não encontra mais proteção na lei para a sua honra que vale mais (...) que seu dinheiro!!! Isto equivale a uma impunidade; é mesmo um incentivo à prostituição, que destrói a moralidade e faz um ofício da preguiça”.²⁰⁶

Essa interpretação indica certa compreensão da justiça sobre a mulher e a mulher prostituída, além da indignação à lei que não protegia as meninas maiores de 17 quando elas mais precisariam. O juiz entendia que a jovem era de responsabilidade do governo até a idade em que constituísse uma família. A importância era não permitir que depois da idade protegida por lei, as moças “caíssem em desgraça”, restando à elas apenas a prostituição como meio de sobrevivência.

A prostituta aparecia como uma vítima do desamparo legal e necessariamente o fim para aquelas moças que foram desonradas ou seduzidas. A prostituição como única saída estava atrelada a idéia de necessidade de sobrevivência, ou seja, havia espaço e procura por mulheres que não eram as jovens virgens ou as mães casadas. O entendimento da prostituição como um *mal social*²⁰⁷ que deveria ser combatido estava presente no Código Penal republicano de maneira mais direta, mas já era uma questão para a lei monárquica. O Código Imperial encontrou dificuldades em definir o que era crime: ser prostituta, prostituir, alcovitar, usufruir, agenciar ou simplesmente, não trabalhar?

²⁰⁵ Código Criminal do Império do Brasil. Teórica e praticamente anotado pelo Bacharel Francisco Luiz, Juiz de Direito da Comarca de Alagoas, Maceió, Typ. De T. de Menezes, 1885, Seção VII – *Irregularidade de Conduta*, art. 166, p. 299.

²⁰⁶ Idem, Capítulo II, Seção I, art. 219, p. 420.

²⁰⁷ Termo empregado pelo jurista Evaristo de Moraes em seu livro Reminiscências de um rábula criminalista. (1922) RJ: Editora Briguiet, 1989.

Nas ordenações portuguesas anteriores a implantação do Código Criminal do Império, o caftismo era conhecido pelo ofício de *rufião*, ou chamado também de alcoviteiro. Segundo Macedo de Soares,

“além de inculcar mulheres, acudia as suas pendências, as apadrinhava, as desfrutava de graça, ou era mantido por elas. Pelas *Ordenações Afonsinas*, o rufião era açoitado e degradado para África”.²⁰⁸

Na última compilação das ordenações portuguesas, conhecida como Filipinas (1603), que vigoraram até a implantação do Código Criminal do Império em 1830, a rufiagem era qualificada como crime quando o sedutor incitava as mulheres, seduzindo-as e tirando-as de sua família,

“em concubinagens. Hospedando-as em albergues para dormir publicamente com homens de passagem e tendo o alcoviteiro todo o dinheiro que elas ganham no dito pecado”.²⁰⁹

Ambos, o rufião e a mulher eram açoitados e condenados ao degredo, que segundo as Filipinas, “ele para a África e ela para Couto de Castro Marim”.²¹⁰

O fato de este crime não ter sido incorporado anos mais tarde ao Código Criminal do Império, na parte relativa à proteção da honra e da moralidade, fez com que a prostituição tenha aparecido de maneira contraditória na legislação e na interpretação da mesma pelos juristas, ora punindo os cáftens e as prostitutas, ora as vitimizandoo. O Código Penal da República retomou a discussão e resolveu caracterizar a exploração da prostituição como crime.

No Código, a prostituição estava sob o título VIII, *Dos crimes contra a segurança e a honra das famílias*, reunido junto com os crimes de defloramento, estupro, rapto, adultério e o próprio ultraje público ao pudor. O objetivo dos textos legais era estabelecer as diferenças entre as mulheres honestas e as desonestas, além de definir as penas aos crimes. Os desdobramentos dessa lei foram percebidos principalmente nas ações e nos inquéritos

²⁰⁸ Frei Domingos Vieira. “Theze da Lingua Portuguesa”, In: Macedo de Soares, p. 567.

²⁰⁹ Ordenações Filipinas, Livro V, Título XXII: *Dos rufiões que tem mancebas na mancebia pública pollas defenderem e averem dellas o que ganham no pecado da mancebia*.

²¹⁰ Ordenações Filipinas. Cândido Mendes de Almeida (1870), Livro V, Título XXXIII: *Dos rufiões e das mulheres solteiras*.

policiais que investigaram os crimes sexuais com meninas menores de idade e os casos de lenocínio ou conflitos entre prostitutas, cáftens e polícia.

Viveiros de Castro se destacou em diversos julgamentos de crimes contra honra e questionou as diferenças de conduta da mulher e das autoridades competentes em relação à honestidade. A sua preocupação era delimitar e proteger o que ele considerava primordial nos conflitos que envolviam prostitutas e cáftens: a integridade física e moral das “famílias”. Para ele, essa defesa deveria ser alcançada a partir do momento em que indivíduos que corrompiam as famílias fossem enquadrados como criminosos.²¹¹ Neste caso, os cáftens eram sujeitos capazes de induzir as mulheres deixarem de ser honestas. Na obra *Jurisprudência Criminal*, Viveiros de Castro se preocupou em definir o crime de caftismo.

“1º O caftismo, forma clássica dessa modalidade, é a mais freqüente do lenocínio entre nós, aquela de que a nossa jurisprudência criminal oferece mais casos julgados. São elementos do delito: que o agente tenha induzido alguma mulher a empregar-se no tráfico da prostituição. Pouco importa que a mulher já esteja prostituída. Não se trata na espécie de defloramento de uma virgem, da corrupção de uma inocente. O fim do legislador é evitar e reprimir o tráfico das mulheres, esse novo mercado, ou antes essa nova escravidão das brancas.(...) A segunda modalidade consiste na prestação por conta própria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, de assistência, habitação e auxílios às mulheres que se empregam no tráfico da prostituição”.²¹²

Durante a Primeira República a preocupação em reforçar os debates moralizantes se tornava cada vez mais forte. Juristas como Viveiros de Castro e Macedo de Soares buscaram maneiras de justificar a intervenção do Estado nos relacionamentos, nas famílias e nas ruas. Faziam isso na tentativa de controlar e proteger o que acreditavam ser importante para garantir que alguns papéis fossem reiterados e, assim “as tradições católicas e patriarcais que consideravam fundamentais para a evolução humana” fossem reforçadas.²¹³

Diante da atuação da polícia, é possível visualizar que as autoridades utilizavam critérios de moralidade a partir de clivagens de classe e também de gênero nas aplicações da lei. A suspeição recaiu sobre os estrangeiros e os trabalhadores homens, mostrando como as autoridades policiais informadas também pelo que estava nas leis desarticulavam os espaços

²¹¹ Viveiros de Castro. Os delitos contra a honra da mulher. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 4ª edição, 1942.

²¹² Idem. Jurisprudência Criminal. Casos Julgados. Jurisprudência estrangeira. Doutrina Jurídica. RJ: Garnier, 1900, p. 45.

²¹³ Sueann Caulfield. Em defesa da honra, p.57.

de lazer e de convivência desses indivíduos impondo-lhes expectativas de uma nova ordem social republicana de trabalho, família e lazer.²¹⁴ No caso da prisão em massa dos acusados de serem cáptens no Largo Municipal em 1893, o controle policial pareceu bastante evidente.

Viveiros de Castro definiu esses papéis sociais quando eles eram questionados na justiça, como por exemplo, nos casos de adultérios e nos crimes sexuais de defloramento e sedução, dispostos no Título VIII, do Livro II, *Dos Crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor*.²¹⁵ Segundo suas conclusões,

“duas espécies de mulheres apresentam-se perante a justiça como vítimas de atentados contra a sua honra. Uma são em verdade dignas da proteção das leis e da severidade inflexível do juiz. (...) Mas há outras corrompidas e ambiciosas que procuram fazer chantagem, especular com a fortuna ou a posição do homem, atribuindo-lhe a responsabilidade de uma sedução que não existiu.”

E ele ainda faz um aviso:

“conhecer bem as características do delito; apreciar com a perspicácia o valor das provas, para bem distinguir estas duas classes de mulheres, uma que sofrem, outras que especulam, é dever do magistrado”.²¹⁶

Neste caso, ele é bastante específico sobre a honra e a postura esperada das mulheres e aponta o perigo de um juiz errar em seu julgamento e proteger alguém que não mereceria tal proteção. A proteção de mulheres que provocavam ou levavam uma vida longe dos padrões sociais esperados de mãe e esposa caso falhasse ou era ignorada, colocaria em risco outros indivíduos. As descrições de que essas mulheres ameaçavam a ordem podem ser lidas como uma expressão de tensões sociais mais amplas, envolvendo a massa de homens livres, também apontados como perigosos. Castro ainda acreditava que a proteção e “condenação” eram de responsabilidades da justiça, ainda que não designasse quem e como resolver essas diferenças para exercer este controle.

²¹⁴ Sobre as negociações e relações cotidianas entre os códigos da lei e a interpretação e aplicação por parte da população em geral, ampliando os espaços de sociabilizações entre trabalhadores, autoridades, etc, ver os trabalhos de Sidney Chalhoub. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “Belle Époque”*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001; Marcos Luis Bretas. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. RJ: Rocco, 1997.

²¹⁵ Os artigos relativos aos crimes referenciados por Viveiros de Castro são *Da violência carnal* e *Do rapto*, na maioria são casos de defloramento e de estupro de menores de 21 anos. O rapto nos art. 270 até 276 tem conotações para fins libidinosos.

²¹⁶ Viveiros de Castro. *Os delitos contra a honra da mulher*. SP: Ed. Freitas Bastos, 4ª edição, 1942, p. xxv.

No entanto, o conceito de honestidade não estava no texto da lei, bem como a noção de moralidade. Para comprovar sedução, engano ou fraude “a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria, então, que articular um discurso convincente sobre a sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico”.²¹⁷

A ambigüidade da moral e dos meios de vida feminino aos olhos dos juízes e legisladores poderia ser utilizada como argumentos favoráveis aos maridos e amantes. Mesmo sabendo que as mulheres pobres freqüentavam ambientes de lazer, diversão e trabalho considerados eminentemente masculinos, fortalecia-se os argumentos que condenavam as condutas e a honra já que seriam vistas como disponíveis e não honestas.²¹⁸

Na avaliação de Viveiros de Castro, em sua obra *Jurisprudência Criminal*, “pouco importa que a mulher já esteja prostituída. Não se trata na espécie de defloramento de uma virgem, da corrupção de uma inocente”, na verdade a atuação do juiz agia a favor da sociedade “honesta” e “de bem” obrigada a conviver ao lado da prostituição, a fim de coibir que essa prática corrompesse a pureza dos costumes.²¹⁹

De maneira diferente, o Código Criminal do Império também buscava separar as mulheres honestas e virgens das outras, incluindo um parágrafo no crime de estupro: “se a violentada fosse prostituta”. Neste caso, a pena para o indivíduo que estuprou uma prostituta era menor do que se tivesse violentado mulheres honestas. Mas, no entanto, a preocupação neste caso confirma o pensamento jurídico de Viveiros de Castro, Macedo de Soares e Baptista Pereira. O problema não era só a questão da violência sexual, fosse ele contra a mulher virgem, a honesta ou “até mesmo” contra a prostituta²²⁰. O problema que atestava a honra – para enfim, poder legislar a defesa dela - era as práticas e condutas das mulheres. A pena para o homem diminuía caso a vítima fosse prostituta, ou seja, ela era penalizada independente da violência cometida (estupro ou defloramento).

²¹⁷ Martha Abreu. *Meninas Perdidas*, p. 38.

²¹⁸ Idem e Sueann Caulfield, *Em defesa da honra*.

²¹⁹ Cristiana Schettini faz uma ampla discussão sobre as decisões e condenações dos juízes nos processos criminais referentes ao Rio de Janeiro da virada do século XIX e XX. No capítulo da sua tese “Usos do Lenocínio”, ela analisa os casos de lenocínio encontrados no Arquivo Nacional e as teses jurídicas publicadas pelos homens da lei, inclusive mostrando a posição de Viveiros de Castro, coerente com a sua tese acima referida, no julgamento de um abuso contra uma mulher. Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. RJ: Arquivo Nacional, 2006, pp. 181-244.

²²⁰ Código Criminal do Império do Brasil (1870), Francisco Luiz, Capítulo II, *Dos crimes contra a segurança da honra*, Seção I, *Estupro*, art. 222: “Ter cópula carnal por meio de violência, ou ameaças com qualquer mulher honesta. Penas: de prisão de 3 à 12 anos; e de dotar a ofendida. Se a violentada for prostituta. Penas: de prisão por 1 mês à 2 anos”, p. 426. Somente neste artigo de todo o texto legal a prostituta é referida

Com a declaração do Código Penal de 1890, os juristas e delegados de polícia viam como íntima a relação entre a boemia noturna e a prostituição, requisitando o aumento da repressão policial nas regiões de conglomerados de bares, bistrôs, cabarés e bordéis. Essa campanha de civilização e moralização tinha o objetivo simultâneo de livrar as prostitutas dos cáftens e limpar as regiões desses indivíduos que comprometiam a saúde e a segurança das famílias, incitando trabalhadores ao vício.

No relatório apresentado ao Chefe de Polícia de São Paulo em 1896, o delegado Cândido Motta instruiu os guardas do policiamento com algumas normas que deveriam ser seguidas pelas “mulheres públicas”. Essas ordens públicas seriam publicadas e distribuídas entre os agentes da segurança e as mulheres sob o título Regulamento Provisório da Polícia de Costumes. No entanto, o escrito foi rechaçado pela imprensa e pelos partidários dos *habeas corpus*²²¹, pois previa medidas de contenção de práticas ofensivas à moral e aos bons costumes, logo atentavam à liberdade individual.

No mesmo ano, no Rio de Janeiro um episódio concentrou um grande embate entre a polícia, imprensa e as prostitutas do centro da cidade. O delegado Bartolomeu ficou conhecido por expedir prisões de mulheres, a fim de concretizar um plano de saneamento do centro do Rio. O episódio de expulsão das prostitutas em 1896 gerou diversas discussões sobre as expectativas e as visões de diversos setores a respeito dos direitos e liberdades individuais no novo regime. Em contrapartida à repressão em massa das prostitutas, os advogados impetravam o *habeas corpus*, resgatando os direitos básicos das pessoas, independente das práticas e condutas morais.

Em São Paulo, a imprensa trazia referências desse episódio no Rio de Janeiro, somando-o aos problemas que as autoridades já apontavam em relação à prostituição da capital paulista. O delegado de São Paulo em 1896, Cândido Motta acreditava que uma das medidas para a limpeza da Capital referia-se ao fechamento de casas destinadas ao convívio de prostitutas, cáftens e clientes, proibindo os hotéis de alugarem quartos às prostitutas que deveriam “viver unicamente em domicílios particular, em número nunca excedendo a três.

²²¹ O *habeas corpus* era um recurso legal que todo cidadão podia utilizar, independente da qualificação profissional e moral, para proteger a liberdade física do indivíduo. Ele só poderia ser empregado, então, em situações em que um constrangimento ilegal ou uma ameaça de constrangimento impedisse sua liberdade. Era reconhecido pelos policiados, alguns advogados e juristas como uma garantia contra os abusos de poder. Ver Cristiana Schettini. Que tenhas teu corpo, pp. 31-43.

(...) e as janelas de suas casas deverão ser guarneçadas, por dentro de cortinas duplas e por fora de persianas”.²²²

Essas medidas externavam o que na verdade era visto pelas autoridades policiais diariamente. Os hotéis e restaurantes sitos nas ruas elencadas por Motta no relatório, tais como Líbero Badaró, Benjamin Constant, Senador Feijó, Quintino Bocaiúva, Rua do Theatro e da Esperança eram cenários constantes de mulheres às janelas e portas, chamando e recebendo seus clientes. Essa exposição pública incomodava o recato exigido das famílias e das mulheres honestas.²²³

A polícia já dispunha de mecanismos de controle dos policiados, independente da instauração da “Polícia de Costumes” ou de uma regulamentação. A instrumentalização de inquéritos policiais era utilizada para autuar através do delitos, o status moral do indivíduo. O suíço Alfredo Wimberg foi encaminhado à polícia depois de se envolver em uma briga. A briga aconteceu em uma “casa de divertimentos”, e ele foi preso em flagrante por um paisano na casa de Hella à Rua Duque de Caxias. O inquérito está incompleto, trazendo apenas o auto de perguntas feitos a Wimberg. O delegado perguntou como havia se dado o fato naquela madrugada e Wimberg, respondeu que:

“estava na casa de Hella, na Rua Duque de Caxias, dançando, mais ou menos pelas quatro da manhã, quando ali apareceu um indivíduo à paisana, que depois soube ser um inspetor de quarteirão, acompanhado de duas praças de polícia e intimou à musica para que parasse de tocar, repetindo isso mais que uma vez; que aí pararam de dançar e virão todas ou quase todas as pessoas que dançavam a fim de ver o que se passava, e que perguntando o dono da casa porque razão aquele paisano mandava parar o divertimento, sem ali haver barulho algum, este respondeu que mandava parar porque podia, visto como fazia parte da polícia e tinha direito de até entrar em qualquer casa e a qualquer hora”.²²⁴

Em seguida, o dono da casa resolveu ir até uma estação policial a fim de “obter permissão para continuar o divertimento”. Antes disso, porém, as pessoas que lá estavam começaram a brigar com os policiais, travando uma luta da qual saíram feridos alguns indivíduos que ali dançavam. O próprio declarante disse que fugiu pela Rua Andrada com vários homens e senhoras, mas depois voltou para pegar seus pertences. Nesse momento,

²²² Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”, pp. 9-10.

²²³ Idem.

²²⁴ Auto de perguntas feitas a Alfredo Wimberg (1892). AESP, Processos Policiais, C03220.

segundo Wimberg, foi preso e encaminhado à Estação Policial da Freguesia de Santa Efigênia, onde prestou esclarecimentos ao delegado Major Otaviano de Oliveira.

Como somente temos acesso a um registro da briga, é difícil montar a cena crime, mas podemos pontuar algumas passagens relevantes na sua fala. Primeiro em relação à arbitrariedade da polícia ao intimar o dono da casa a parar com o “divertimento”. O fato de “paisanas” estarem em um estabelecimento como esse e prender os indivíduos que ali dançavam, foi usado como parte de sua defesa, ou seja, eles não teriam o direito de fechar o estabelecimento, nem mesmo sendo policiais. Combinando esses dados com a sua declaração de que não faziam barulho, Alfredo acreditava ter motivos suficientes para que os guardas o deixassem em paz.

No entanto, se colocarmos em perspectiva com os outros inquéritos encontrados no AESP, referente ao período de 1890 até 1899, veremos que a atuação policial em casos de briga, defloramentos ou quando os indivíduos estavam atrapalhando “a paz e o sossego público” tinham como objetivo manter a ordem, prender suspeitos ou garantir a honra dos homens e mulheres, mesmo que suas ações extrapolassem os meios legais de prisão. E, de fato, a polícia estava atuando dessa forma e utilizou como principal instrumento o método de prisão em flagrante dos indivíduos nas ruas e estabelecimentos.

Um desses casos chegou ao conhecimento do 5º Delegado de Polícia de São Paulo que os indivíduos, Samuel Felix e Paulo Cohen viviam nesta capital sem renda, nem ocupação ou agregados que os financiassem.

A história contada na 5ª Delegacia é bastante confusa, mas talvez traga elementos para entender as formas como os suspeitos de serem cáptens escapavam da polícia. Segundo a denúncia que chegou à polícia, os indivíduos Samuel Félix, Paulo Cohen e Marks Rappaport tentaram invadir a casa do capitão José Bento da Silva, usando um cartão em nome do Chefe de Polícia para dali retirarem a mulher de um deles, chamada de Macha. Segundo Cohen,

“(…) encontrando-se com Fulando Félix no Restaurant da Rua Brigadeiro Tobias, 4, aí Félix lhe contou que era casado e que sua mulher se achava presa na polícia. E que então Félix lhe pediu um conselho e o interrogado cogitou que fosse consultar um advogado(…). que saindo o interrogado e Félix encontraram Fulano Rappaport que os acompanhou e indicou o advogado. (...)”

Que aí o advogado disse à Félix que se era o caso como ele dizia, que certamente a polícia havia detido a mulher para entregá-la ao seu marido”.²²⁵

No caminho para a casa onde se achava a mulher de Félix, o mesmo disse que ela se estava em uma casa particular e diante disse, forjaram um cartão do Chefe de Polícia para que ela pudesse sair de lá, no entanto, quando chegaram à casa, “vindo abrir-lhes a porta a mulher de Félix, a qual não querendo sair com Félix, disse que ali se achava detida por ordem do ministro argentino”. Mais adiante o delegado perguntou ao interrogado qual era a profissão de Félix e qual era a profissão do mesmo interrogado. Cohen respondeu que

“não sabe do que vive ele, tendo-lhe, entretanto dito que era alfaiate (...). [Cohen] tem profissão de guarda livro, porém que atualmente não trabalha por se achar doente”.²²⁶

O depoimento de Félix foi mais revelador sobre as suspeitas da polícia, pois perguntaram para ele qual era o seu meio de vida nesta capital, ele “respondeu ser alfaiate, porém tem estado desocupado”. Em seguida, perguntaram

“como era casado com Macha, sendo que vivia ela entre prostitutas da Rua da Assembléia? Respondeu que ia a essa rua por ter amigas entre aquelas mulheres, para as quais trabalha de costureira”.²²⁷

Por fim, Rappaport que se dizia negociante, vindo da Alemanha recentemente, confirmou as histórias de Cohen e Félix. Disse que também se arrependia de ter forjado o cartão do Chefe de Polícia, mas que sobre isso nada sabia, já que foram os outros dois os responsáveis pelo plano de resgatar a mulher de Félix.

Provavelmente a mulher de Félix era prostituta, já que no depoimento à polícia ele justifica que Mecha vivia entre prostitutas, mas que eram só amigas e que na verdade, Mecha era costureira. São referências e insinuações da própria polícia que sugerem a possibilidade de Mecha ser prostituta e Félix, o cáften. Alguns questionamentos surgem com essa história, afinal por causa de Mecha, Félix pagou 100 mil réis para o advogado e mais 10 mil para que Rappaport o acompanhasse até a casa do Capitão. Por que Macha estava na casa do capitão, se Félix afirmou que ela havia sido presa?

²²⁵ Inquérito Policial, A Justiça contra Samuel Félix e Paulo Cohen (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

²²⁶ Idem.

²²⁷ Idem.

São perguntas que a história sozinha não pôde nos contar, mas que em perspectiva podemos levantar algumas hipóteses. O interesse de Félix em sua mulher pode não ser apenas uma preocupação como marido, já que Macha não quis seguir com o mesmo, ficando na casa do capitão. Félix tinha interesses que ela saísse da casa do capitão e, provavelmente, estava com medo que Macha falasse a respeito da “profissão” que ele levava na capital paulista.

Era comum que muitos cáftens casassem com as mulheres que agenciavam, até mesmo para burlarem o controle policial na cidade e também quando imigravam com mulheres prostitutas.

Por ser uma prática tão comum, em 1891, a Câmara Municipal de São Paulo proibiu os escritórios de locação de serviço perto da hospedaria de imigrantes, pois os cáftens instalavam seus escritórios e “aliciavam jovens recém-chegadas e inexperientes para o meretrício”. Considerando a existência de

“grande quantidade de especuladores que se aboletaram ao redor do edifício da imigração e que em proveito próprio procuram aliciar os imigrantes e dar-lhes outro destino, mediante lucros. Considerando que muitos desses agentes são verdadeiros cáftens, pois negociam com a honra dos imigrantes. Ficam desde já cassadas todas as licenças para escritórios de locação de serviço”.²²⁸

Os contratos de serviços entre as mulheres e os cáftens eram bastante comuns, envolvendo muitas vezes o casamento para dar uma aparência legal ao relacionamento.²²⁹ Cândido Motta relata um caso em um relatório apresentado ao Dr. Procurador Geral, em 1894, que ao ser processado por explorar uma meretriz, o cáften casou-se com a mesma e quando não havia mais suspeitas sobre a sua prática, vendeu os direitos que tinha sobre a mulher por cinco contos de réis a outro cáften.²³⁰

O próprio Rappaport, que foi preso para averiguações no inquérito acima relatado, já havia sido autuado em outro caso também com suspeitas de viver dos proventos das mulheres. Em junho de 1893, uma das testemunhas inquiridas pelo delegado Dr. Castro e Silva, o alemão Alexandre Bayer, disse que

²²⁸ Maria Celeste Teixeira Mendes Torres. *O Bairro do Brás*, p. 116-117, Ed. da Prefeitura Municipal, Dep. De Cultura. *Apud* Guido Fonseca. *História da Prostituição*, SP: Resenha Universitária, 1982, p. 135.

²²⁹ Guido Fonseca. *Op. cit.*, pp. 135-138.

²³⁰ Cândido Mota. *A Justiça Criminal na Capital do Estado de São Paulo*. Relatório apresentado ao Dr. Procurador Geral, 31 de dezembro de 1894, Tip. Espíndola, Siqueira & Cia., p. 14.

“conhece Rappaport, e sabe que ele vive dos proventos da prostituição de uma mulher (...) e continua a viver a expensas da mesma mulher”.²³¹

Apesar de o número de autuações de castigo ser apenas 2,4% dos inquéritos policiais em São Paulo²³², foi possível encontrar esses indivíduos dispersos em outros inquéritos envolvendo as brigas, as desordens, as gatinagens, etc. Entre brigas, agressões e desordem, soma-se ao todo 101 casos, ou seja, 18% dos inquéritos e também o maior percentual de prisões.²³³

Na madrugada do dia 6 de maio de 1895, na mesma região central de São Paulo, foi preso Ricardo Mayerbach depois de uma briga no hotel das Pérolas, à Rua Marechal Deodoro. Segundo as várias versões, havia um paisano neste hotel que começou toda a confusão, Joaquim da Silva de Jesus. O depoimento do primeiro envolvido, o sargento Bruno Nicolau,

“disse que estando de ronda no segundo quarto da noite do dia 6 (...) ouviu gritos dentro do hotel. Que indo ver o que era, a dona da casa disse-lhe que contivesse um paisano que ali estava provocando desordem e chamando todos de cáftens”.²³⁴

Enquanto esse Bruno Nicolau tentava acalmar os ânimos, aconselhando inclusive que a dona fechasse a sua casa, o casal Ricardo Mayerbach e Nathália tentou sair do hotel, mas esse tal Jesus deu voz de prisão aos dois, chamando-o de cáften, e encaminhando à delegacia.

Ainda no depoimento do sargento Bruno Nicolau foi dito que ele viu Jesus conversar com a dita Nathália e com outro agente, que nessa ocasião,

“o secreta entregou o preso a outro agente (...) e que viu a moça pedir dez mil réis a um cocheiro de títburi e viu ela dar esse dinheiro ao agente que conversava com Jesus”.²³⁵

A negociação entre a Nathália, o policial Jesus e seu comparsa, também foi flagrada por José de Almeida, vulgo capoeira, outro praça, que disse que quando saiu da delegacia nesse dia, também viu Jesus conversando com uma moça. Esta lhe disse que

²³¹ Auto de Declaração de testemunhas contra Max Rapaport (1893). AESP. Processos Policiais, C03222.

²³² Cf. Tabela 6, “Inquéritos segundo os motivos, 1890-1899” baseado na documentação policial do AESP, Capítulo 1, p. 37.

²³³ Idem.

²³⁴ Inquérito Policial, A Justiça contra Joaquim da Silva de Jesus, José de Almeida e Bruno Nicolau (1895). AESP, Processos Policiais, C03226.

²³⁵ Idem.

“estava presa e pediu-lhe então dez mil réis emprestados ao que o declarante respondeu que não tinha. Que viu então a moça ir para o ponto dos tílburis e ali conversar com um cocheiro. Que depois a moça lhe disse que um cocheiro lhe emprestara os dez mil réis. Que também lhe disse que tinha dado a Jesus os dez mil réis para a sua soltura (...) que logo que a moça conversou com o cocheiro viu ela tomar um tílburis e seguir em direção a Rua Boa Vista”.²³⁶

Há ainda o depoimento de outro envolvido nessa história, o delegado da repartição para a qual foi enviado o tal suspeito de cáften. Segundo o sargento Vieira, um agente trouxe Ricardo Mayerbach até a delegacia, e que,

“ao entregar o preso ao declarante, disse-lhe que a prisão tinha sido feita pelo agente Jesus. (...) que momentos depois, compareceu o agente Jesus e perguntou-lhe se não havia meio de ser posto em liberdade o moço de nome Ricardo. Que ele declarante, respondeu-lhe que Ricardo só seria solto, mediante ordem do chefe de polícia”.²³⁷

Entretanto esse intrincado relacionamento entre os policiais e o casal é parcialmente resolvido com o depoimento de Jesus. Segundo Joaquim da Silva de Jesus, ele prendeu na madrugada do dia 6 uma moça na Rua Marechal Deodoro e que no caminho à delegacia, encontrou outro praça, José de Almeida, o tal capoeira,

“e este tratou de soltar a moça mediante dinheiro, e até procurou arrancar um anel que a moça trazia no dedo. Que a moça pediu dez mil réis emprestados a um cocheiro e deu esse dinheiro a Almeida e este trouxe cinco mil réis para o declarante que os rejeitou. Que o sargento Bruno estava em companhia de Almeida”.²³⁸

Jesus ainda disse que esse tal Almeida foi até a casa da moça para tentar arrancar mais 200 mil réis.

O caso demonstra um intrincado cotidiano das prostitutas, cáftens e a polícia. É possível perceber nesse jogo de acusações entre Jesus, Bruno Nicolau e José Almeida, que todos os três estavam envolvidos nessa questão, inclusive com interesses em explorar a prostituta, justificando o inquérito através de seu poder de polícia. A história ganha contornos mais claros no depoimento da dona do hotel das Pérolas, Rosita Celeman, moradora do Largo Municipal, número 31, que

“disse que o paisano [Jesus] esteve em sua casa na madrugada do dia 6, juntamente com um sargento e aí pedia a Nathália para que agradecesse ao sargento,

²³⁶ Idem.

²³⁷ Idem.

²³⁸ Idem.

o fato de estar solta. Que Jesus ali ameaçou Nathália de prisão e isto fez por várias vezes”.²³⁹

O abuso de poder aparecia, neste caso, na negociação dos dez mil réis em troca da liberdade da Nathalia, ao que ela acabou pagando. Parecia inclusive, uma prática comum os policiais arrancar dinheiro desses cáftens e prostitutas, já que Jesus era um paisana que estava em um hotel “suspeito”, chamando todos de cáftens. É possível até que eles se envolviam com prostitutas em função de seus trabalhos ou de seus momentos de folga. Segundo Schettini, “sucessivas autoridades policiais aproveitavam a ausência de uma regulamentação legal sobre a prostituição para transformar essas negociações e acordos tecidos numa base diária entre *meretrizes* e os homens fardados numa estratégia de policiamento (...) abrindo espaço para que extorsões e corrupção acabassem constituindo uma verdadeira rotina”.²⁴⁰

Não pareceu um problema para a dona do hotel, Rosita Celeman, prestar esclarecimentos na polícia, além de acionar os praças quando houve o tumulto em sua casa. Ela, de certa forma, também procurou garantir seu sossego em relação às possíveis extorsões que esses policiais poderiam fazer no futuro.

Mas no inquérito não está claro se Rosita Celeman era apenas dona do hotel ou exercia outros ofícios ilícitos, como caftismo. O exercício da prostituição, assim como as suas práticas eram silenciados nos inquéritos, mesmo quando algumas testemunhas deixaram claro que a mulher era prostituta, o resto dos envolvidos indicava apenas algumas pistas. Desta forma, foi preciso cercar alguns movimentos recorrentes em vários inquéritos para se pensar de que forma as prostitutas e cáftens poderiam burlar os olhares das autoridades.

Um dos únicos casos que mais claramente se aproxima das práticas das prostitutas nas ruas paulistanas foi o inquérito instaurado pelo alemão Augusto Quelle, que disse ter sido roubado por uma mulher. Segundo ele,

“na noite de anteontem para ontem, passando pela Rua Esperança; entrou em casa de uma mulher mulata que se achava à janela, com a qual pretendia ter relações sexuais. Com efeito, despiu-se e deitou-se na cama da mesma mulher não conseguindo entretanto copular com ela por achar-se ele declarante um tanto embriagado. Que vestiu-se de novo e retirou-se, percebendo mais tarde de que de que lhe faltava o dinheiro que levava. Que encontrando um agente de polícia comunicou-lhe o fato e com ele tornou à casa da referida mulher. Que esta interrogada pelo

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Cristiana Schettini. *Op. cit.*, p. 45.

agente declarou que com efeito ali ficara sob sua guarda uma cédula de cem mil réis que caíra do bolso do declarante, ao qual se prontificava a entregar esse dinheiro”.²⁴¹

Quelle conta a polícia o desastre que foi a sua noite com a mulata, que no inquérito aparece sem nome. Depois de ter avistado a mulata na janela, “contratou” os serviços que ela prestava e depois foi roubado. A referência que Augusto fez da mulata na janela, demonstra a prática comum de prostituição neste período que a pressão policial tanto coibia. Esse movimento que o declarante conta ao policial, que “entrou à casa de uma mulher que se encontrava à janela, com a qual pretendia ter relações sexuais”, aponta a forma como as prostitutas se expunham e conseguiam seus clientes nas ruas. O fato de estar à janela é uma referência bastante característica da prostituição daquele período.²⁴²

A região em que se encontrava a mulata à janela era conhecida do “baixo meretrício”.²⁴³ A Rua Esperança, assim como as outras que se localizavam perto – Rua do Quartel, Senador Feijó, Becos do Trem – foram chamadas de “ruas depravadas”, pois lá se encontravam todos os tipos de casas de divertimentos. Eram também as ruas mais vigiadas pelo aparato policial, onde os inspetores, praças e paisanos davam seus flagrantes e encaminhavam os sujeitos à polícia.

O embate entre a polícia e os policiados gerou diversos conflitos, nos quais era possível perceber a arbitrariedade de lançar mão de autuações de brigas, agressões, declarações de conduta, contravenções para penalizar o *status* moral dos indivíduos suspeitos de serem cáptens. O próprio delegado de São Paulo, em 1896 confirmava aquilo que já era reclamado: a ineficiência da lei criminal e “abusos inevitáveis” da polícia. Mas “nem por isso”, ainda Cândido Motta, “deixamos um momento de prosseguir nos meios indiretos de que se pode lançar mão a Polícia para extirpar esses cânceres”.²⁴⁴

A preocupação com a honra das mulheres e família presente as falas de advogados, chefes de polícia e delegados se apresentava como um valor de modernidade e civilidade a ser alcançado, transpondo-o para a proteção da sociedade e da nação. A fala recorrente de

²⁴¹ Termo de declarações de Augusto Quelle (1894). AESP. Processos Policiais, C03224.

²⁴² Ver Guido Fonseca. *A história da prostituição em São Paulo*; Rago. *Os prazeres da noite*; Cristiana Schettini. *Que tenhas teu corpo*; Silvana Santiago. *Tal Conceição, Conceição de Tal : classe, genero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2006 e Leric de Castro Garzoni. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana*.

²⁴³ Margareth Rago. *Prazeres da noite*, pp. 107-127 e 229-248.

²⁴⁴ Cândido Motta. *Relatório apresentado ao Chefe de Polícia pelo Segundo delegado*. “Prostituição. Polícia dos Costumes. Lenocínio”, São Paulo, 1896. AESP, Polícia, C2836.

que os crimes sexuais e as contravenções “afetavam a honra e os bons costumes” retoma a idéia de preservação da honra, nem sempre preocupada em salvar as menores de situações de violência, mas de não tornar o crime ainda mais público, de não acusar os homens, principais interlocutores destes casos, enfim, de proteger a honra da família em detrimento às vezes de uma violência. Se a interpretação da lei nos comentários de juristas já se criticava a ambigüidade da legislação para os crimes relativos à *segurança da honra e honestidade das famílias e ultrajes públicos ao pudor*, na atuação diária da polícia, esses elementos ficam ainda mais complexos. Acordos, negociações, brigas e disputas aparecem nas mediações entre os agentes policiais e os policiados.

Capítulo III

“A condição feminina sob a mira da polícia”

“Mme. Zilah, seguindo à risca a moral sinuosa de todas as donas de oficina de costura, de há muito que debastava assim a timidez das aspirantes a costureirinhas. E o contato reiterado com a freguesia de todos os matizes, de hábitos e costumes nem sempre dignos de receberem a aproximação de uma menina, finalizava por industriá-la em certos pecadilhos velados. As meninas, porém, perdendo a pequena ingenuidade, adquiriam uma dosagem bem temperada de malícia escaldadiça! A freguesia de Mme. Zilah era composta, na maioria, de lindas mulheres que vinham sempre acompanhadas de velhotes calvos e sorridentes.

Mme. Fifi é a melhor freguesa de Mme. Zilah e mora num *apartment* luxuosamente mobiliado, sito numa rua onde ninguém se atreve a pensar que Mme. Fifi seja mulher de vida duvidosa”.²⁴⁵

O trecho acima foi retirado das crônicas escritas por Sylvio Floreal no início do século XX sobre os “vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo”. *A tragédia da costureirinha*, como é intitulada a crônica, narra a trajetória de uma menina, Pimpinella, que é convidada a trabalhar em um atelier de costura junto a Mme. Zilah. A ligação entre as oficinas de costuras e prostituição não era novidade: o ofício de costureira era acessível a muitas mulheres, já que geralmente elas sabiam costurar, e o ambiente ao qual eram expostas permitia que adquirissem “uma dosagem bem temperada de malícia”. A insinuação entre prostituição e costureiras era costumeira na população.²⁴⁶

²⁴⁵ Sylvio Floreal. “A tragédia da costureirinha” In: Idem. Ronda da Meia-Noite: vícios, misérias e esplendores da cidade de São Paulo. SP: Paz e Terra, 2003.

²⁴⁶ Guido Fonseca apresentou algumas referências sobre a prostituição e o ofício de costureira, afirmando que desde o início do século XIX já se suspeitava da profissão. No censo de 1822 encontrou “nada menos que 92 costureiras e 48 rendeiras. Números avultados se considerarmos a população da época e as outras profissões. (...) muitas mulheres que alegavam ser costureiras e rendeiras praticavam, na verdade, o meretrício”. In: História da Prostituição em São Paulo. SP: Resenha Crítica, 1982. A historiadora Magali Engels verificou que o discurso médico do final do século XIX revelava preconceitos sobre o trabalho feminino, “quando as atividades exercidas pelas mulheres pobres da cidade do Rio de Janeiro – tais como floristas, parteiras, costureiras, etc. – são associadas, no discurso, à prostituição”, Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890), p. 129. A mesma idéia foi reforçada pela pesquisadora Mary Del Priore que se refere ao fato de serem comuns “que mulheres que tinham esse ofício de costureira, assim como tintureiras, lavadeiras e cabeleireiras, conservassem seu trabalho embora tivessem ligações passageiras”, História do Amor no Brasil. SP: Cia das Letras, 1998, p. 198. Sandra Graham ao justificar o seu tema sobre as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro de 1860 até 1910, as diferenciou dos outros tipos de trabalho, como lavadeiras e costureiras, já que essas podiam trabalhar para diversas famílias durante o dia enquanto viviam independentes em seus próprios lares. Proteção e obediência, SP: Cia das Letras, 1992, p. 18.

No fim da crônica, como era de se esperar, segundo o enredo de Floreal, a jovem Pimpinella não resiste às constantes aproximações dos clientes de Mme. Zilah e se entrega a um dos velhotes; o texto sugere que ela tenha ido viver então, às custas dele. De fato, a história é fictícia, ambientada em uma São Paulo da primeira década do século XX e a história de Pimpinella nos remete a relação entre o ofício de costureira e a sua “moral sinuosa”. A independência da profissão que não exigia local de trabalho e patrão se tornava eloqüente para as autoridades jurídicas e, por conseguinte, também policial, suspeitando-se de suas práticas.

Podemos pensar que algumas meninas como Pimpinella tenham sido enganadas e corrompidas pelos homens. Muitas o foram - e muitos textos jurídicos tecem seus comentários sobre os crimes sexuais e a prostituição no século XIX com base num cenário como o que vai descrito nessa crônica. A ficção ajuda a entender o ambiente e o cotidiano no qual os inquéritos policiais eram produzidos. As histórias contadas na polícia, reveladas ou escondidas, são úteis para o esclarecimento das relações sociais e os conflitos de poder em torno da figura feminina. Se as mulheres foram silenciadas, os registros deixados pelos diferentes sujeitos que prestaram esclarecimentos nas delegacias podem revelar elementos importantes sobre os conflitos em torno da participação de mulheres em crimes e contravenções.

Neste capítulo pretendo percorrer as trajetórias contadas pelas mulheres nos inquéritos policiais selecionando apenas os casos em que as mulheres aparecem envolvidas de todas as formas. Separei os inquéritos por gênero independente da condição das mulheres (ré, vítima ou testemunha). Em um total de 538 inquéritos policiais, as mulheres estiveram presentes em 82 inquéritos, sendo que 36 casos elas foram qualificadas como réis e 21 como vítimas. Nos outros 25 inquéritos elas compareceram às delegacias para deporem como testemunha, declarantes, etc. Esta opção preferencial de enfoque nas histórias e trajetórias femininas ao invés de uma história das mulheres mais ampla deve-se à natureza das fontes – documentos policiais – que privilegia a particularidade que concerne os conflitos.

São histórias que nos revelam bem mais do que o conflito entre policiais e policiados, homens e mulheres, pois apresentam as justificativas e os elementos que corroboraram para a prisão e autuação desses sujeitos. Por meio das declarações das mulheres nos casos policiais,

busco entender as qualificações e características que diferenciavam as réis, as vítimas e as testemunhas femininas presentes nesses inquéritos.

De maneira semelhante, procuro, nos inquéritos policiais selecionados, os sentidos de gênero na atuação da polícia. A ficção que ronda os depoimentos e os registros deixados pelos envolvidos nos conflitos, brigas e contravenções, também se constitui em material para essa pesquisa. De alguma maneira, a polícia encontrava argumentos para prender esses indivíduos, da mesma forma que os suspeitos conheciam o discurso necessário para se manterem livres, declarando uma profissão, domicílio e outras referências. Ou seja, nas declarações à polícia, homens e mulheres tinham escolhas e opções para garantirem a liberdade. A leitura da documentação policial selecionada para essa pesquisa, principalmente nos casos em que as mulheres aparecem envolvidas, nos ajuda a perceber que as falas dos envolvidos são narrativas históricas que permite diversas leituras e expõem elementos de vida, profissão, cotidiano, relacionamentos, gênero etc.²⁴⁷

Como vimos nos capítulos anteriores, a organização policial republicana correspondeu ao legado imperial até os primeiros anos de 1890. Durante esses anos, o Estado de São Paulo teve nada menos que treze titulares da pasta policial. Isto indica uma ausência de estabilidade política que se refletia na organização policial da cidade. O cargo de Chefe de Polícia teve papel decisivo nas disputas de forças entre o Estado e outras localidades.²⁴⁸ Em meados de 1896 e 1897 houve esforços para estabelecer a separação formal entre as atribuições judiciárias e policiais, mas, na prática, as autoridades policiais detiveram um poder consideravelmente desproporcional nas mãos.²⁴⁹

²⁴⁷ A historiadora Natalie Zemon Davis fez uma grande pesquisa sobre as histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI. O interesse de Davis é entender como essas histórias eram contadas e o que garantiria o perdão real para homens e mulheres escaparem da pena de morte. Sua análise da narrativa das petições revela que homens e mulheres tinham escolhas e opções para garantirem as suas vidas. A metodologia de trabalho de Davis inspirou a leitura da documentação policial selecionada para essa pesquisa, pois nos ajuda a perceber que as falas dos envolvidos são narrativas históricas que permite diversas leituras e expõem elementos de vida, profissão, cotidiano, relacionamentos, etc. Ver Natalie Zemon Davis. Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI. SP: Cia das Letras, 2001.

²⁴⁸ Aurelino Araújo Leal (org). Anais da Conferência judiciária policial. RJ: Imprensa Nacional, 1918 e José Maria Santos. “Dados interessantes sobre a primeira chefia da polícia em São Paulo, na fase republicana”. Arquivo de Polícia Civil de São Paulo, 1945, vol. X. *Apud* Luis A. Francisco de Souza. São Paulo, Polícia Urbana e Ordem Disciplinar: A Polícia Civil e a Ordem Social na Primeira República. Dissertação de Mestrado, USP, 1992, p.103.

²⁴⁹ Hermes Vieira e Osvaldo Silva. História da Polícia Civil de São Paulo. SP: Cia Editora Nacional, 1955.

A distribuição de tarefas e a criação de novos cargos policiais da primeira década republicana garantiam o controle ainda maior da população e a presença constante da polícia nas ruas. Os paisanos e inspetores de quarteirão funcionavam como agentes da lei, atuando para resolver pequenas questões e brigas ou prender suspeitos e criminosos.

A abertura de inquéritos dependia do encaminhamento dado por esses agentes diante das situações que encontravam nas ruas. Em grande parte dos casos, não apenas os presos eram levados para a delegacia, mas também as principais testemunhas - geralmente os condutores (agentes policiais) que encaminhavam os presos e conheciam bem a região por onde circulavam. O vagabundo conhecido, os gatunos, os cáftens, as casas de tolerância, as brigas eram parte do cenário diário desses agentes policiais.

A partir dos dados tabulados, consegui agrupar homens e mulheres que apareceram envolvidos com a polícia em São Paulo. Ao todo foram encontrados 991 indivíduos em diversas condições nos inquéritos: réus, vítimas, ofendidos, condutores, declarantes, informantes, testemunhas, etc. Agrupá-los a partir dessas rubricas ajuda a visualizar os crimes que homens e mulheres cometeram ou que foram vítimas e quais eram aqueles indivíduos que foram levados para as delegacias para prestarem esclarecimentos. É importante analisar como a autoridade policial da primeira década republicana atuava em relação aos homens e às mulheres.

A tabela 7 mostra todos os envolvidos na documentação policial compulsada, separados por gênero e condição nos inquéritos. Privilegiei a condição descrita na fonte pelos escrivães, no entanto, em alguns casos, os inquéritos não traziam a definição do envolvido, fosse ele suspeito, acusado ou réu²⁵⁰. Nestes casos, levei em conta as histórias e o que poderia depreender sobre as condições dos sujeitos, já que os inquéritos policiais seguiam uma narrativa padrão informando quando o declarante era acusado, autor, vítima ou testemunha.

Se tentarmos agrupar ainda mais as rubricas policiais de maneira a ressaltar as diferenças entre os homens vemos que as mulheres aparecem como minoria em todos os casos, principalmente como declarante e ré. Quando elas são inquiridas como testemunhas ou

²⁵⁰ As rubricas “réu” e “vítima” eram usadas nos processos criminais, tecnicamente, só quando o indivíduo deixava de ser um suspeito ou acusado na polícia e era julgado pela Justiça. Nas delegacias, porém, era comum utilizar as denominações jurídicas para designar os envolvidos nos inquéritos, sem haver precisão no uso dos termos.

vítimas e ofendidas, a diferença era um pouco menor, assim como também é menor o número de incidências em que eram conduzidas à polícia como vítimas e testemunhas.

Tabela 7 – *Condição de homens e mulheres presentes nos Inquéritos São Paulo, 1890-1899.*²⁵¹

	Mulheres		Homens		Total
Testemunhas	71	24%	222	76%	293
Vítimas	36	19%	155	81%	191
Declarantes	22	14%	137	86%	159
Acusados/as	21	7%	294	93%	315
Outros*	-	-	-	-	33
Total	150	15%	808	82%	991

* Nesse tópico inseri os inquéritos em que a Justiça ou Companhias e empresas eram consideradas autoras, réis ou acusadas.

O que mais se evidencia nessa tabela é a diferença entre homens e mulheres envolvidos com a polícia durante a década de 1890, apenas 15% de todos os envolvidos nos inquéritos policiais eram mulheres. Ou seja, de um total de 452 indivíduos encaminhados à polícia como testemunhas e declarantes de inquérito, 20% eram mulheres, 19% eram vítimas, em um total de 191 e 7% eram acusadas em 315 encaminhados sob essa rubrica.

A primeira vista, em uma análise rápida dos números, podemos pensar que as mulheres não cometiam delitos puníveis e, portanto, se mantinham longe do controle policial. No entanto, quando no aproximamos das histórias em que os homens e as mulheres estavam envolvidos, essas diferenças se tornam um problema.

Diante da documentação percebe-se que a polícia encaminhava principalmente às delegacias os homens para prestarem esclarecimentos sobre os delitos cometidos (crimes ou contravenções). Entretanto, nem sempre nos inquérito as vítimas eram qualificadas e as testemunhas inquiridas, pois havia mais casos de prisões e acusados do que de vítimas e testemunhas depondo. Isso pode indicar que algumas prisões não necessitavam de toda a formalização de um inquérito, como por exemplo, nos casos de contravenções em que não se tem uma vítima, apenas os acusados de bêbados e vagabundos. Em outros casos, os indivíduos compareciam à delegacia para prestarem esclarecimentos, constando apenas como auto de declaração ou de qualificação e depois era arquivado pela polícia. Nesses casos, o réu

²⁵¹ Inquéritos Policiais, AESP, C03220 ao C03229, 1890 até 1899.

e a vítima não apareciam. Pode ser que o inquérito não foi guardado junto com essas declarações e se perdeu no tempo e no armazenamento. Ou então, porque a declaração era insuficiente para formalizar o inquérito.

A análise da documentação permitiu verificar quais os elementos que determinavam as prisões de homens e mulheres e o que tornava necessário seu comparecimento na delegacia. Embora não sejam muitos os casos em que as mulheres tenham sido levadas à polícia, suas histórias podem ser separadas das dos homens por diversos contextos e características. No primeiro capítulo vimos que os crimes e as contravenções envolvendo os homens tinham relação com condutas e hábitos que deveriam ser honestos e adquiridos através do trabalho e da moradia conhecidos. No caso das histórias contadas pelos depoimentos femininos, as prisões e os encaminhamentos à polícia dependiam de outros elementos.

O historiador Marcos Bretas fez uma importante pesquisa sobre o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro entre os anos de 1907 e 1930. O seu objetivo era estudar a relação da polícia com os indivíduos por ela autuados. Para isso, o autor investiu na leitura da documentação policial, na qual os agentes da ordem registravam todo o movimento das delegacias, desde prestações de assistência até as prisões realizadas em cada dia. Apesar de avançar em quase uma década se compararmos sua periodização com a de minha pesquisa, as referências e estudos que ele traz ajudam a entender um pouco o aparato policial constituído no período republicano. Mais ainda, ele delimita em um capítulo a importância do estudo dos casos que envolveram mulheres, pois “fornece outro instrumento útil para analisar os métodos da polícia”.²⁵²

Mais do que um “instrumento útil” de interpretação da instituição policial, os inquéritos de São Paulo na primeira década republicana fornecem elementos importantes para a análise dos indivíduos que estiveram presentes nos conflitos autuados, tanto dos policiais quanto dos policiados.

Os casos em que os acusados de roubo e agressões eram mulheres se distanciam daqueles em os homens ocupavam a mesma rubrica. A documentação traz histórias mais completas e detalhadas quando o roubo sugere a existência de outras ligações criminosas ou

²⁵² Marcos Luiz Bretas. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro. RJ: Rocco, 1997, p. 173.

que se suspeite da conduta das acusadas. No entanto, quando os casos não tiveram desdobramentos no inquérito, os registros do acontecido são sumários e os inquéritos não têm finalização.

Os inquéritos de roubo em que as acusadas eram mulheres narram casos em que o crime foi evidente e flagrante - e não uma prática corriqueira, cotidiana ou habitual, diferentemente dos casos em que os homens eram presos por gatunagem em flagrante delito. Geralmente alegava-se que eles não tinham trabalho e viviam de constantes furtos, pois a própria lei reunia os gatunos e vagabundos sob a mesma categoria de contraventores. No entanto, nenhuma mulher foi presa ou autuada como gatuna e vagabunda nos mesmos termos.

Nos casos de roubos maiores, o indivíduo deixava de ser um contraventor e passava a ser um acusado. Como se passava da contravenção para o crime, havia a necessidade de instauração de um inquérito propriamente dito. Em alguns casos encontrados, os crimes de roubo que tiveram como acusadas as mulheres aconteceram dentro de casa e com pessoas com elas quem mantinham relacionamentos próximos.

O caso da cozinheira Leontine Demanés acabou na polícia depois que uma portaria de denúncia de roubo de jóias foi aberta. Ela era criada na casa de Étienne Evrard, à Rua Conselheiro Nébias, de onde as jóias desapareceram. Lá moravam a criada Leontine, o patrão Evrard, o inquilino Alberto Chutti e as duas hóspedes do dono da casa, Paulina e Rosalina Burstyn. Leontine foi inquirida sobre o fato ocorrido na casa onde trabalhava ao que respondeu nada saber e que nem

“suspeita de pessoa alguma. Perguntado se é casada e se seu marido costuma freqüentar a casa de seus patrões? Respondeu que era casada e que nunca seu marido aparecera aquela casa. Perguntado se era verdade que Paulina Burstyn achava-se hospedada na casa onde era empregada e qual a conduta da mesma? Respondeu que sim e que sobre a conduta nada sabe dizer senão que costumava receber visitas de moços na ausência dos donos da casa, tratando sempre ela depoente menos mal. Perguntado se sabe onde eram guardadas as chaves do guarda casaca onde estava as jóias? Respondeu que não sabia.”²⁵³

Todas as suspeitas recaíram sobre a criada, tornando o seu depoimento o mais importante para a tentativa de solução deste crime. As jóias pertenciam a Alberto Chutti que morava na casa de Étienne Evrard. Em seu depoimento como testemunha, Evrard conta que

²⁵³ Inquérito Policial em que Leontine Demanés é acusada (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

suspeitava da empregada, já que as outras duas moradoras eram de sua extrema confiança. No entanto, não é bem isso que Leontine fala em seu depoimento.

Ela começa a contar a história dizendo que nada sabia ou desconfiava, respondendo às questões que insinuavam que seu marido fosse cúmplice no roubo. No entanto, os agentes da polícia não pararam com as sugestões e questionaram a conduta da nova moradora da casa de Étienne Evrard, provavelmente porque o seu comportamento devia ter sido questionado em algum momento durante o encaminhamento à polícia. Ou também, porque era estranho duas jovens solteiras – as irmãs Burstyn – serem convidadas a morar na casa de um homem. Ainda mais quando o arranjo de moradia da casa de Étienne se mostrou confuso. Segundo os depoimentos, ele morava lá e tinha uma cozinheira, duas hóspedes e um empregado – mas não fica claro se era mesmo empregado ou não – que morava na sala da frente da casa de Étienne. Provavelmente, a casa era uma pensão e Paulina Burstyn, a irmã mais velha conta a história de como chegou à casa.

“Disse que tendo sido acometida de uma febre na casa em que mora à Rua São João número 48 foi-lhe recomendado pelo seu médico assistente que se mudasse de casa, que então recebeu por parte do cidadão Étienne, pessoa de seu conhecimento, o oferecimento de ir passar algum tempo em sua casa à Rua Conselheiro Nébias número 28. Que de boa vontade aceitou o oferecimento para lá foi à doze do corrente, tendo se demorado até o presente, que como estivesse doente só saiu a passeio no oitavo dia de sua estada lá, tendo se demorado no passeio cerca de duas horas, que no dia seguinte ao do passeio soube de manhã pelo criado João Alberto Chutti, estava roubado em suas jóias que podiam ser avaliadas em oito contos de réis. Disse que não pode acusar como autora de roubo a cozinheira da casa que é a belga Leontine mas que entretanto tem várias suspeitas.”²⁵⁴

Paulina narrou uma história bastante longa, cheia de detalhes talvez para responder perguntas tais como onde estava no dia do roubo ou porque estava morando na casa de Étienne. Na tentativa de deslocar o foco de sua conduta, que já havia sido objeto de suspeição no depoimento anterior da empregada, que sugeria o encontro com muitos moços, Paulina falou de sua doença e da necessidade física de sair da casa onde morava em busca de saúde. A narrativa escolhida por Paulina é bem articulada, de modo a atender as expectativas e sugestões da polícia. Na falta de protetores e de família, da qual dependeria a sua honra ela reafirma que Étienne era de seu conhecimento, ou seja, um homem de confiança.

²⁵⁴ Idem.

A disputa entre as hóspedes Paulina e Rosalina Burstyn, e a cozinheira Leonitne ficou evidente nas acusações que fizeram umas contra a outra. A dúvida que Paulina insinuou sobre a cozinheira ser a autora do roubo, reforçada pelo depoimento da sua irmã e pelo do dono da casa fez com que as suspeitas sobre a sua conduta fossem desviadas. Paulina ainda confirmou que

“O roubo coincidiu justamente com a sua ausência durante o passeio, que examinando o móvel arrombado verificou que a parte externa do mesmo não apresenta sinal de violência. (...) Antes de sua hospedagem a cozinheira Leontine permanecia sempre em casa não tendo pesado sobre ela a menor suspeita de desconfiança. (...) que durante os seis primeiros dias de sua hospedagem Leontine maltratava a ela depoente, servindo-a sempre de má vontade, mas que mostrou muito boa, alegre no dia em que foi cometido o roubo”.²⁵⁵

O jogo de acusações trouxe para a história outros aspectos que não a violência da ação, mas a dúvida sobre a confiança e a conduta dessas mulheres que dividiam o mesmo espaço e provavelmente já conviviam em constantes conflitos. No último depoimento prestado por Paulina, ela reforçou esse jogo de acusações ao dizer que

“a criada para livrar de si qualquer responsabilidade, procura atribuir a pessoas estranhas que tiveram na casa em dias diversos a autoria desse roubo”.²⁵⁶

Os casos envolvendo mulheres são mais complexos, pois envolvem situações que vão além do simples roubo. A conduta moral mostrada nos inquéritos tinha grande valor no desenvolvimento do inquérito, garantindo até a liberdade ou o arquivamento do caso. Paulina ainda tenta desviar a atenção dos homens que freqüentavam a casa, acusando Leontine de inventar isso para “livrar de si qualquer responsabilidade”.

3.1. Suspeitas e acusadas

Roubos e agressões foram os casos de polícia mais registrados através dos inquéritos. Ao longo da década, 129 inquéritos foram abertos por conta de roubos e furtos na Capital, no entanto em apenas 9 destes casos as mulheres foram acusadas do crime e em apenas 5 inquéritos elas apareceram como vítimas.

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Idem.

Tabela 8 – Número de mulheres envolvidas nos crimes de roubo e agressões

	Roubo	%	Agressão	%
Vítimas	5		28	
Acusadas	9		3	
Testemunhas	14		11	
<i>Total</i>	<i>28</i>	<i>22%</i>	<i>46</i>	<i>39%</i>

Na tabela 8 reuni os crimes mais comuns encontrados na documentação policial – roubos, furto, gatunagem e agressões. Nos casos de roubo, 22% de todos os crimes sob essa rubrica envolveram mulheres de alguma forma, mas apenas em 9 elas foram acusadas, o que significa que 120 casos de roubos na década de 1890 foram cometidos por homens e autuados pela polícia. Nos casos de agressão, briga e desordem, o número é um pouco menor, mas vem logo em seguida ao roubo: 118 casos no total. Em 3 inquéritos elas aparecem como acusadas das brigas e encaminhadas à polícia e 11 mulheres foram vítimas das agressões, sem contar os casos de defloração, que ao serem somados, aumentam para 28 as vítimas de agressões.

O fato de elas aparecerem em menor número não significa que não cometiam delitos, mas os casos, por serem poucos, permitem uma análise individual. Apenas 7% de todas pessoas que encontramos como acusados e suspeitos nos processos eram mulheres. As histórias diferentes contadas nas delegacias determinaram se elas serão acusadas ou apenas suspeitas, mas em todos os casos os comportamentos das envolvidas foram expostos nos depoimentos, tanto nas declarações quanto nos testemunhos.

Octavio Lazzarinni denunciou a sua ex-mulher Elisa Gentil de roubo e traição e, por isso, foi intimada a comparecer à delegacia de polícia para justificar a sua fuga com as roupas, pertences e dinheiro do seu marido. Lazzarini abriu uma ação crime por meio do seu advogado no Juízo de direito da 2ª Vara Civil da Capital, confirmando que era casado com Elisa Gentil, e disse mais

“2º Que sua mulher apesar dos carinhos e bens (?) que recebia do justificante, abandonou o lar doméstico, indo residir em companhia de Licinio Bernadino, padeiro residente nesta capital;

3º que três dias após haver a referida sua mulher abandonado o lar doméstico o justificante, que a procurava constantemente, solicitando mesmo auxílio da autoridade policial, soube por informação de amigos, achar-se ela, à Rua Tamandaré, para onde foi levada por seu amante Licinio Bernadino;

4º Que dirigindo-se a essa sua encontrou-a em o quarto da casa número 23 em companhia de Licínio, e que por ambos foi o justificante agredido, vendo-se então na dura contingência de repelir a agressão sofrida, sem intenção alguma de cometer qualquer delito;

5º que sua mulher não satisfeita de o haver ultrajado em sua honra, subtraiu-o [de] todo o dinheiro que possuía antes de abandonar o lar doméstico;

6ª Finalmente que a mencionada sua mulher, não tendo recebido tiro algum que foi desfechado pelo justificante, acha-se hoje em Buenos Aires perfeitamente sã e entregue a mais completa devassidão.”²⁵⁷

Neste caso o problema do roubo se tornou uma questão em segundo plano e o comportamento adúltero de Elisa Gentil virou o foco do inquérito. Lazzarini é bastante incisivo ao acusar sua ex-mulher de entregar-se à devassidão em Buenos Aires, provavelmente se prostituindo. A trajetória até Buenos Aires junto com a história do namorado e amante com quem ela fugiu sugere também uma conduta suspeita e questionável – somada a ação do roubo – justificando a necessidade de ela se explicar diante da polícia.

O depoimento das testemunhas foi tomado e a vizinha de Elisa e Lazzarini, a italiana Clementina Podelvento disse que

“o justificante é casado com Elisa Gentil há cerca de doze anos sempre vivendo na mais perfeita harmonia. Que numa quinta-feira de agosto a justificada fugiu da casa de seu marido em companhia de um moço padeiro que freqüentava a casa de nome Licínio Bernadine levando consigo toda a sua roupa. Que ouviu dizer que depois de dois dias da fuga de sua mulher o justificante saindo a procurá-la encontrou-a em uma casa da Rua Tamandaré e que ela vendo seu marido aproximar-se deu um grito e caiu (?); e que, ouvindo aquele grito correu muita gente ao lugar e prendeu o justificante supondo-o ser um gatuno, não tendo ela depoente ouvido dizer que o justificante lhe tivesse feito mal. Soube mais que a justificada após dois dias desse fato fugiu em companhia do mesmo Licínio para Campinas. Que ouviu dizer a mais que a justificada quando fugiu levou consigo além de sua própria roupa de seu marido e jóias. Disse finalmente que sabe que o justificante logo que sua mulher fugiu foi pedir auxílio à polícia para descobri-la e que o justificante é um homem muito sério, trabalhador, zelava muito de sua mulher a quem nada faltava”.²⁵⁸

O depoimento da testemunha ajuda a entender que o inquérito vai além do roubo das jóias e roupas. O caso aqui envolvia a honra do marido traído e a indignação do mesmo com uma mulher que além de ter lhe abandonado, teve a coragem de roubá-lo. De fato, ela pode ter levado suas próprias roupas e jóias, mas o marido usou isso como argumento para

²⁵⁷ Justificação: Octavio Lazzarinni, justificante e Elisa Gutel, justificada (1893). AESP, Processos Policiais, C03223.

²⁵⁸ Idem.

denunciá-la na polícia. A justificativa para isso veio com outro depoimento também de uma vizinha, a Mathilde Campos. Ela conta que Elisa

“sofria ataques de nervos e que seu marido por causa disso muitas vezes levou-lhe comida na cama, e que uma vez indo ela depoente a casa de Octavio porque gostava muito da mulher dele e era muito alegre e viu que ela ocultava qualquer coisa, perguntando o que era ela lhe respondeu que era retrato de um seu namorado o que ela depoente não acreditou porque julgava incapaz disso. Que freqüentava também muito a casa do justificante um moço padeiro com quem dizem que a justificada fugiu e um outro indivíduo cujo o retrato era o que a justificada lhe mostrou, como sendo seu namorado; e quando soube da fuga da justificada ela depoente disse a sua tia que com certeza ela tinha fugido com um indivíduo cujo retrato ela tinha em seu poder. Que quando Octavio deu por falta de sua mulher ficou desesperado como louco, não parava mais em casa, tendo ido a polícia pedir auxílio para a descoberta de sua mulher, que soube que cerca de quatro ou cinco dias depois da fuga o justificante descobriu sua mulher em uma casa a Rua Tamandaré. (...) Disse finalmente que quanto ao paradeiro da justificada ela depoente ouviu dizer que ela foi ora para Itália, ora para Buenos Aires, ora para Campinas.”²⁵⁹

A história de Elisa com esse depoimento ganha novos contornos para tentar justificar a ação de uma mulher bem casada que foge com um amante. De fato, na vizinhança da Rua Amélia e da Rua Fundação não se comentavam outra coisa que não o paradeiro de Elisa, insinuando que ela levava uma vida de devassidão em Montevideu e Buenos Aires.²⁶⁰ Essa informação pode sugerir que além do adultério de Elisa, que já configuraria uma vida devassa, ela também se encaixaria nas histórias de prostituição envolvendo a cidade de Buenos Aires e Montevideu.

Os estudos sobre a prostituição da segunda metade do século XIX focalizam-se na imigração de trabalhadores europeus e na idéia de que mulheres eram “enganadas” e “obrigadas” a se prostituir nos países em que imigravam. Nessa época, Buenos Aires amargou uma indesejada fama internacional como um dos principais centros mundiais de tráfico de mulheres européias até o início do século XX. Isso contribuiu para que o Brasil também ficasse conhecido, não só pela função de entreposto nas rotas que ligavam a Argentina à Europa, como por ser um ponto de chegada de pessoas e histórias que

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ Entre os estudos que tratam das histórias do tráfico de mulheres no Brasil, destacaram-se: Luis Carlos Soares. Rameiras, ilhoas e polacas; Margareth Rago. Os prazeres da Noite; Lená Medeiros de Menezes. Os indesejáveis; Beatriz Kushnir. O baile de máscaras e Cristiana Schettini, Que tenhas teu corpo e “Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX”, In: Cadernos Pagu, vol. 25, 2005, pp. 25-54.

despertavam a preocupação de autoridades nacionais e estrangeiras.²⁶¹ O trajeto da prostituição era de conhecimento de todos e ao relacioná-lo com a fuga da esposa insinuava que Elisa era agora uma prostituta.

O fato de Elisa sofrer “ataque de nervos” aumenta ainda mais a especulação sobre os motivos que a levaram a fugir de casa. Dessa forma, ela não tinha capacidade de discernir sobre a sua conduta, justificando a leviandade de seus atos. O conhecimento dos vizinhos de que Elisa sempre se conduziu e se comportou bem e decentemente só poderia ter uma causa para tomar tal atitude: a falta de seu juízo perfeito.

Mesmo quando a moral do marido e da própria Elisa foram questionadas, sugerindo que ela levava uma vida de devassidão, a fragilidade da sua saúde correspondia à incapacidade de cometer um adultério, provavelmente ou ela sofria de “ataques de nervos” ou tinha sido enganada por outro homem.

O fato de não acreditarem que Elisa pudesse escolher morar com outro homem gozando de sua saúde perfeita e por vontade própria mostra a expectativa que se tinha da honestidade das mulheres, mesmo quando eram acusadas ou suspeitas. O adultério também era considerado um ato de devassidão e possivelmente o marido usou o argumento do roubo para levar o caso à polícia. É possível que ele tenha instrumentalizado o inquérito policial e a suspeição contra a mulher - acrescida da acusação de falta de juízo - para penalizá-la.

Outro caso envolvendo mulheres acusadas de roubo foi com a espanhola Rita Gomes que respondeu sobre o desaparecimento de 400 mil réis pertencentes a seu ex-amásio João Molina em Santos enquanto moravam juntos. O requerente compareceu à delegacia, mas não prestou nenhum esclarecimento, apenas fez a denúncia do roubo. Quando Rita Gomes foi levada à polícia, ela confirmou a história e foi a única a depor sobre o caso:

“declarou que há quatro meses mais ou menos reside em Santos amasiada com João Molina, seu patrício, e que sábado próximo passado cortou as relações que com o mesmo entretinha e veio em seguida para esta capital, tendo o propósito de daqui seguir com destino a Espanha. Que retirando-se de Santos trouxe consigo toda a roupa que Molina havia lhe dado mais a quantia de 400 mil réis em três notas, sendo uma de 200 e duas de 100, quantia essa de que apenas gastou 70 mil réis, restando-lhe o mais que foi encontrado em seu poder e que havia dado antes a guardar à sua amiga Adélia Peres, moradora do Braz. E como lhe fosse perguntado onde se acharia o dinheiro retirado de Molina e onde se achava este então?

²⁶¹ Cristiana Schettini, ‘Que tenhas teu corpo’, p. 105

Respondeu que o dinheiro se achava em uma mala de Molina e que este se achava ausente, trabalhando em seu serviço. Nada mais foi perguntado.”²⁶²

Esse é o único relato presente no inquérito, mas ele traz várias informações sobre o roubo. São informações narradas como justificativas para que a acusada não fosse presa e simplesmente pudesse devolver o dinheiro. Ela devolveu o dinheiro a seu ex-amásio, mas contou toda a história de sua trajetória até a delegacia.

Aliás, a culpa nem aparece em seu depoimento de tão bem justificado que ele foi. A impressão que se tem na história é que a quantia trazida de Santos poderia ser um empréstimo ou um presente de Molina. No meio de seu depoimento, Rita disse que seu ex-amásio havia lhe dado as roupas que ela tinha trazido para São Paulo, sugerindo que ele costumava lhe dar presentes e os 400 mil réis, aparecendo na mesma frase, poderia ser parte dos presentes. O caso é que não foi um presente e ela devolveu os 330 mil réis que sobraram do montante reclamado para o delegado.

Algumas dúvidas surgem a partir deste caso, afinal, será que se tratava mesmo de um roubo? Se não, por que ela devolveu tão rapidamente o dinheiro para ele?

A história de Rita poderia ser bem parecida com a de Elisa: uma mulher que não queria mais viver com seu homem, foi embora levando suas roupas e o que achava ter direito e o homem recorreu à polícia para ser ressarcido nos bens que julgava terem sido roubados dele. Ou mais, utilizou da denúncia na polícia um meio de puni-las. O interessante é que nos dois casos são maridos/amantes deixados pelas respectivas mulheres e a polícia tende a acreditar na versão masculina, pois as mulheres estavam sob suspeição: não tinham casamentos "direitos", nem profissões "louváveis”.

O caso foi parar na 5ª Delegacia de Polícia da Capital porque João Molina fez a denúncia da sua ex-amásia. São relacionamentos que não se encaixam nos padrões estáveis de casamento, difíceis de serem comprovados, assim como a profissão alegada por ela: doméstica.

A profissão por si só não configuraria uma suspeita ou certeza de que ela mentia para a polícia já que ela poderia ter roubado seu ex-amásio. O fato é que a mobilidade de endereços, o relacionamento e o roubo não qualificavam boas referências para a polícia sobre a sua conduta moral. Admitir que ela era amasiada garantia um comportamento mais

²⁶² Auto de prisão e apreensão de Rita Gomes (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

aceitável pois de alguma forma, isso significava que ela mantinha um vínculo maior com ele do que um simples caso ou um romance ocasional. Ou ainda, era melhor ser amasiada do que se João Molina fosse seu agenciador, no caso de ela ser prostituta. A rapidez com que ela se envolveu com seu patrício, depois “cortou as relações que com o mesmo entretinha” e o dinheiro que segundo ela ganhou de Molina são aspectos que inspiravam uma prática suspeita.

Cristiana Schettini demonstrou que a principal fonte de “provas” de práticas criminosas, “são os indícios de uma vida em comunidade”²⁶³ e a polícia reconhecia diversos códigos de comportamentos para atuar junto dos policiados. Schettini se refere aos estereótipos de cáftens estrangeiros que mantinham complexas relações com mulheres prostitutas e o “princípio de identidade comunitária e religiosa podem ter moldado essa relação, funcionando também como provas para que as autoridades policiais os tivessem em conta de suspeitos preferenciais. (...) Mas eles não eram os únicos. Muitos outros homens, que podiam ser ladrões ou policiais, trabalhadores ou negociantes, brasileiros ou portugueses, enfim, homens que viviam e circulavam pelo centro da cidade, tampouco deixaram passar a chance de lucrar com essas mulheres”²⁶⁴ A noção de respeitabilidade feminina que informava as ações dos policiais, no entanto, era baseada em um certo modelo do que deveria ser o comportamento de mulheres honestas no espaço público. Mas nem sempre era possível distinguir essas mulheres, principalmente quando elas eram amasiadas ou insistiam em se divertir e ocupar o espaço público “sem abrir mão do *status* de mulheres honestas.”²⁶⁵

As conexões de Rita e seu ex-amásio com o “submundo do crime” já eram suspeitas quando ela foi levada à polícia. A denúncia de Molina teve respaldo porque as dúvidas sobre a conduta de Rita ficaram evidentes. Mesmo se tratando de um ex-amásio e reconhecendo um antigo envolvimento entre eles não houve acordos e os conflitos e tensões acabaram na

²⁶³ A idéia de que as prostitutas viviam em um “submundo do crime” pode “ser entendido como momentos de articulação de uma comunidade, ou ao menos de redes de convivência e solidariedade entre homens e mulheres envolvidos com a prostituição. Reconhecer essa dimensão não significa ignorar que essas relações eram feitas de conflitos e tensões”. Cristiana Schettini. ‘Que tenhas teu corpo’: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. RJ: Arquivo Nacional, 2006, p. 131.

²⁶⁴ Cristiana Schettini. *Op. cit.*, p. 128.

²⁶⁵ As autoras Martha Abreu e Sueann Caulfield trabalharam com a ambigüidade entre os padrões de honestidade e desonestidade das mulheres e como esses padrões eram percebidos no dia-a-dia delas. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da *belle époque*. RJ: Paz e Terra, 1989 e Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1818-1940). Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, respectivamente.

delegacia. Considero ainda que as suspeitas tivessem respaldo porque a maioria dos interlocutores na polícia eram homens, e o fato de elas estarem em desvantagem fazia com que rapidamente se livrassem da polícia. No caso de Rita, devolvendo o dinheiro à Molina.

Ao final do depoimento, a polícia questionou Rita Gomes sobre o paradeiro do dinheiro e de Molina, ao que ela responde que estava guardado na casa de uma colega sua no Brás e que Molina se achava ausente, pois estava trabalhando. Em uma frase final, ela informa à polícia que seu ex-amásio era um trabalhador e sugere ainda que mantinha contatos com ele, ou pelo menos o suficiente para saber de seus horários e paradesiros.

Rita também mencionou, ao longo da sua história, a trajetória que fez da Europa para São Paulo e o fato de ter ficado hospedada na casa de sua amiga Adélia Peres, no Brás. Esse nome aparece ainda em outro inquérito, sobre uma briga envolvendo uma espanhola e uma italiana chamada Maria Rossi, na Rua da Liberdade, número 11, também no ano de 1893²⁶⁶.

Adélia Peres e Maria Rossi moravam na mesma casa de cômodos, e segundo Adélia, elas já tinham uma “questão” há algum tempo. Mas foi no dia 14 de junho que o caso virou de polícia. Esse é um inquérito bastante truncado, pois não se tem acesso aos verdadeiros nomes das envolvidas, que ora se apresentavam como Adélia e Maria, ora como Maria Santina e Maria das Dores Lopes, respectivamente.

Neste dia, o sargento da polícia Olimpo Joaquim Alves foi chamado para resolver uma questão da casa nº 11 da Rua Liberdade. Ao que indicavam os chamados, as moradoras de uma casa de cômodo tinham brigado. Ele disse que

“sendo chamado por um indivíduo, para providenciar sobre uma briga que se estava dando (...), para ali se dirigiu e nada mais viu do que uma senhora cheia de sangue e dirigindo-se ferida e que o tinha sido por outra, que lhe havia atirado duas garrafas cheias de vinho. Que em dita casa só viu duas mulheres que brigaram e uma criada, não vendo homem nenhum. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o seu depoimento”.²⁶⁷

Maria Rossi ou Maria Santina, acusada de agredir Adélia Peres disse à polícia que era solteira, com vinte e cinco anos e era bailarina. Disse também que

“estando à janela de sua casa, pacificamente, foi agredida com palavras injuriosas, tais como, puta barata e outras coisas.”

²⁶⁶ Auto de prisão em flagrante de Maria Rossi e Adélia Peres (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

²⁶⁷ Idem.

Mais tarde, quando Adélia Peres, ou Maria das Dores Lopes, retornou a sua casa, a briga continuou; foi quando a polícia chegou. O inquérito traz referência à prostituição, ainda que seja como forma de xingamento. Independente de serem ou não “putas”, o xingamento era um problema, pois foi com ele que toda a briga começou. Entretanto, da mesma forma que elas trocaram de nome ao longo do inquérito, elas podem ter contado outras versões para fugir da intervenção policial, e assim, assumir profissões difíceis de serem comprovadas, mas ainda sim, um ofício.

No depoimento de Adélia Peres, Maria Rossi aparece com outro nome, ela disse que

“há alguns dias tem uma pequena questão com uma mulher de nome Maria Santina, moradora da mesma casa (...). Que hoje, pela manhã saiu a rua a fim de procurar uma casa e mudar-se e que ao voltar e passar pela janela da dita casa foi insultada por essa mulher, chamando-a de puta.”²⁶⁸

Nesse caso, o fato de as duas se insultarem como “puta” e “puta barata” e de estarem “à janela” são indícios de que elas eram prostitutas. Mas nem por isso era fácil confirmar suas práticas diante da polícia. Prostituição não era crime, mas elas poderiam ser autuadas como vagabundas, o dono da casa de cômodo poderia ser preso por permitir encontros na sua casa, etc. Para que cada uma se defendesse contra as difamações da outra, a imagem de “trabalhadora honesta”, como pianista ou bailarina, era importante para defender sua reputação moral. Para isso, Adélia Peres cuidou em falar que “pela manhã saiu a rua a fim de procurar uma casa e mudar-se”, e que quando voltou, Maria Rossi estava “à janela”. Ela conseguia, com isso, desviar a atenção da polícia, garantindo a sua inocência e o seu bom comportamento.

O comerciante espanhol João Vasques de Freitas

“sendo inquirido disse que hoje, pelas uma e meia horas da tarde, estava na casa de Maria das Dores Lopes, em cuja casa mora também Maria Rossi e viu quando essa depois de uma discussão com Maria das Dores agarrou-a e nesse momento apareceu um indivíduo que o depoente conhece como Chico Bacarat e deu em Maria das Dores Lopes uma bengalada na cabeça, fazendo-lhe um ferimento, que aí o depoente saiu a porta do quarto, a fim de não deixar que continuassem a brigar e viu o dito Bacarat puxar de um revolver para o depoente e fugir em seguida. E como mais nada disse e nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o seu depoimento.”²⁶⁹

²⁶⁸ Auto de prisão em flagrante de Maria Rossi e Adelia Peres (1893). AESP. Processos Policiais, C03221.

²⁶⁹ Idem.

A trama deste inquérito recebe novas informações quando as testemunhas aparecem. O condutor, o sargento Olimpo Joaquim Alves, disse que ao chegar à cena da briga não encontrou nenhum homem, somente as duas mulheres. Já o comerciante Vasquez, que se encontrava no quarto de Maria das Dores (ou Adelia Peres) disse que o tal Bacarat havia agredido Maria das Dores, o que conferia à outra, Maria Rossi a inocência da agressão. A ajuda do comerciante para não incriminar Maria Rossi foi aceita, já que o caso não teve desdobramentos e esse tal Bacarat não foi encontrado para prestar esclarecimentos. A dúvida sobre a veracidade das informações desconstruídas da testemunha e do sargento não permitiu saber quem de fato havia começado a briga.

O caso não tem conclusão, mas mostra o quanto a conduta moral das mulheres se tornava uma questão durante a intervenção policial. A tensão entre elas e a proteção do comerciante evidencia esse cotidiano conflituoso e explica as narrativas truncadas: apesar de a briga ter terminado na polícia, elas tinham seus meios e contatos para não se expor. Aqui parece ocorrer o contrário do caso dos maridos/amantes traídos dos inquéritos anteriores. A briga levou as duas mulheres para a polícia, mas todas queriam sair ilesas da delegacia. O depoimento do comerciante - um homem - corroborava as afirmações das mulheres, que tentam incriminar uma a outra, mas o inquérito acaba sem que elas fossem culpabilizadas de nada. O interessante neste caso é que o tal comerciante estava no quarto de uma das mulheres no momento da briga e isso não indicaria uma relação suspeita, fora dos bons costumes? Por que será que a história não foi adiante?

Aliás, os inquéritos guardados no AESP terminaram nas delegacias por falta de provas (e por isso não eram aceitos pela justiça) ou por determinação do Chefe de Polícia que mandava arquivá-los. Este procedimento era bastante comum quando os delitos eram brigas ou desordem. A dúvida sobre se havia outros códigos que determinavam o encaminhamento das mulheres às delegacias pode ser uma armadilha da própria documentação, já que os registros ficaram nas delegacias justamente por falta de provas. No entanto, a recorrência de abertura de inquéritos é um forte indício de que as autuações policiais podiam ser bastante arbitrárias e acontecer independentemente da finalização dos inquéritos. É o que sugere a ida de duas russas presas na Rua Bocaiúva, à meia-noite, por secretas da polícia. O subdelegado do distrito da Sé, Dr. Olegário Mendes do Amaral tomou os depoimentos de uma delas, Rosa Filha:

“Disse que seria meia-noite de ontem quando um secreta de polícia intimou-a para fechar sua porta e comparecer na polícia às 11 horas no dia seguinte. Que ela declarante em obediência a ordem fechou a porta. Que meia hora depois voltou o mesmo secreta bateu novamente; que na ocasião em que foi abrir prenderam-na não sabendo entretanto o motivo da sua prisão”²⁷⁰

Pela sumária declaração de Rosa Filha é arriscado afirmar o motivo que a levou à polícia. No entanto, algumas informações do seu depoimento e qualificação sugerem que ela e a sua companheira, Rosa Blom foram levadas porque estavam em suas casas, com portas abertas incomodando o sossego público. As portas, no lugar das janelas, podem ser um indicativo da exposição das duas e, como já passava da meia noite, o secreta deu ordem para fechá-las. Esse tipo de controle das ruas e das casas, algumas até bastante famosas na Rua Quintino Bocaiúva como casas de divertimento e prostituição, se tornava cada vez mais comum e, por isso, justificavam o encaminhamento arbitrário das mulheres à delegacia. Mas talvez não tivessem provas suficientes para a instauração de um inquérito.

Por fim, na mesma noite, o subdelegado confirma que “nada resultando que deponha criminalmente contras as detidas, o escrivão lavre o alvará a favor de ambas”.²⁷¹ Elas foram liberadas sem que o inquérito fosse adiante, no entanto, elas reconheciam que estavam no meio de disputas e campanhas de saneamento moral, combinado ações previstas na lei – como abertura de inquéritos de lenocínio e ultraje público ao pudor – com uma variedade de medidas que tratavam de legitimar o poder de polícia, como as prisões preventivas.

Algumas denúncias chegavam por cartas às delegacias, geralmente anônimas. Elas indicavam endereços e relacionamentos que deveriam ser comprovados, profissões suspeitas, hotéis e pensões que abrigavam cáftens e prostitutas, etc. Encaminhada ao Chefe de Polícia, a carta de um “amigo” alertava à Polícia sobre os restaurantes das ruas do Seminário, 14 e Brigadeiro Tobias, 4 onde a “multidão de cáftens costumam tranquilamente passar o dia, se a polícia lá chegasse faria uma boa colheita”. O agente policial n° 10 encaminhado para essa diligência para informar ao Chefe de Polícia sobre “a multidão de cáftens” confirmou que as casas abrigavam atividades de prostituição e todas elas localizadas no centro de São Paulo nas Ruas São João, Seminário, Boa Vista, Largo São Bento e Senador Feijó.²⁷² Infelizmente não temos acesso ao inquérito ou prisão desses cáftens, apenas as constantes investidas

²⁷⁰ Auto de declaração de Rosa Filha e Rosa Blom (1895). AESP, Processos Polciais, C03225.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Carta ao Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho, no dia 14 de março de 1893, Maço sem título. AESP, Polícia, C2762.

policiais contra eles. Esses logradouros da prostituição já eram conhecidos e as mulheres que ali moravam e se exibiam das janelas também.

Há poucos inquéritos em que as mulheres acusadas ou suspeitas aparecem com histórias mais desenvolvidas, nas quais o crime ficava em segundo plano e o comportamento moral juntamente com a fragilidade física eram bastante explorados nos depoimentos. Uma das hipóteses para explicar essa pequena incidência é que os agentes policiais não autuavam as mulheres como vadias ou gatunas da mesma forma que autuava os homens – para declarar emprego e moradia certos. As mulheres tinham outras opções de arranjos profissionais difíceis de serem controlados, tais como donas de casa, costureiras, lavadeiras e outros ofícios que representavam a extensão das atividades domésticas femininas. A idéia de honra não estava atrelada ao trabalho e sim, aos relacionamentos e à sexualidade e quando iam parar nas delegacias era para desenrolar casos mais complexos do que apenas roubos e agressões.

Outra possibilidade é que elas fugiam da polícia porque a legitimidade dos depoimentos masculinos se sobrepunha aos seus, e os principais interlocutores da polícia eram os homens. A credibilidade do depoimento das mulheres em relação ao dos homens acabava por justificar a vigilância com argumentos moralistas sobre suas condutas.²⁷³

Casos rápidos de furtos aparecem descritos sumariamente na documentação policial diferentemente de outros como os de Leontine, Elisa e Rita que roubaram quantias de pessoas próximas e em ambientes considerados tipicamente femininos: o patrão, o marido, a casa. Elas sabiam que havia códigos de moralidade dos quais lançavam mão para desviar as atenções da sua conduta e complicar o trabalho da polícia ou até mesmo apelar para a fraqueza feminina de que nada sabiam ou não tinham forças para impedir. Nos casos dessas mulheres a denúncia era feita por um parente ou pessoa com quem elas já conviviam, e não a partir de uma atuação policial propriamente dita como a que acontecia nos casos dos homens presos por contravenção.

²⁷³ Cristiana Schettini. *Op. cit.*, p. 77.

3.2. *“Prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado”*

Possivelmente a presença das mulheres na polícia devia ser mais constante. Nas pesquisas sobre outras regiões, como Rio de Janeiro, no mesmo período são muitos os documentos em que elas apareciam como vítimas e criminosas. Bretas encontrou uma lista extensa de mulheres que “eram capazes de tornar o dia cheio para os comissários”. Para ele, essa associação entre as mulheres e a polícia estabeleceu “um relacionamento que parece bastante burocrático e no qual não havia lugar para as preocupações com condições pessoais, mas ao mesmo tempo, a identificação dessas mulheres era feita em bases pessoais”.²⁷⁴

De fato, o que encontramos em São Paulo são histórias pessoais que vinham à tona quando o caso tinha desdobramentos na polícia. Grande parte da história era registrada com os depoimentos de testemunhas, geralmente os condutores, os vizinhos e comerciantes que presenciavam o ocorrido e contavam aos agentes com dados pessoais das supostas vítimas e acusados. O interessante dessas histórias é que os fatos são praticamente do espaço "privado", das relações pessoais que chegaram à instância pública, envolvendo várias pessoas que deram seus depoimentos.

Apesar de nos inquéritos, as testemunhas aparecerem de diversas formas (informante, declarante e testemunha), eles possuíam a mesma função de reforçar a história contada pelos acusados, vítimas e policiais. No entanto, o que se percebeu é que a diferença entre informantes, declarantes e testemunhas nos inquéritos se dava pelo grau de credibilidade e envolvimento que tinham com o caso inquirido. As testemunhas garantiam a instauração de um inquérito completo, reforçando a necessidade da investigação policial, além de ter um envolvimento com os acusados e vítimas. Já os informantes e declarantes compunham as peças para iniciar o inquérito policial.

Na maioria dos casos de defloramento, por exemplo, em que a menor comparecia à delegacia como vítima, geralmente o depoimento da mãe aparece como declaração porque os pais figuravam como os requerentes no inquérito e respondiam como responsáveis pelas menores. De acordo com a amostragem que consultamos, 93 mulheres estiveram na polícia

²⁷⁴ Marcos L. Bretas. *Op. cit.*, p. 197.

prestando depoimentos como declarantes e testemunhas. Número bem diferente de quando eram vítimas ou acusadas, com 36 e 22 mulheres respectivamente.²⁷⁵ Em casos de agressão, esse número diminui bastante e elas foram apenas 11 testemunhas, sendo que sete delas estiveram na delegacia para testemunharem sobre um mesmo conflito. Esses números são interessantes porque nos casos de agressão elas foram majoritariamente vítimas, das 36 mulheres vítimas em todos os inquéritos, 28 foram vítimas de alguma agressão. Mas não foram chamadas, no entanto, para testemunhar nesses casos, caindo para 11 o número de testemunhas. Ou seja, quando elas eram agredidas as testemunhas inquiridas – se tinha – eram homens.

Um dos casos em que foram chamadas para testemunhar aconteceu na madrugada do dia 19 para o dia 20 de maio, na Rua Benjamin Constant, vários estudantes faziam “algazarra” diante da casa de duas mulheres. Neste caso, elas eram testemunhas e vítimas de ameaças e agressões. Eles invadiram a casa de uma delas e quebraram cadeiras e outros móveis até o momento em que uma delas saiu à janela e apitou para que a polícia comparecesse ao local. Nessa ocasião, o soldado que fazia a guarda da delegacia se dirigiu à casa onde

“viu e ouviu um grupo de cinco moços que parecem alcoolizados, fazia grande algazarra gerando barulho em uma porta da Rua Benjamin Constant, onde moram duas prostitutas, que então o ofendido dirigindo-se para lá (...) intimou aos moços que não continuassem com as suas desordens aquela hora, ao que responderam-lhe com grande vozeria, chegando um deles a vibrar-lhe um forte cacetada. Que a tempo chegaram ao lugar do ocorrido duas praças de nome Justino e Bandeira, ao quais nenhuma intenção tiveram no caso, visto como ao mesmo tempo chegou o capitão Olegário, ao qual com o alferes Lucidoro que também apareceu dirigindo-se nos moços pedindo-lhes que se acalmassem e o acompanhasse.”²⁷⁶

Na delegacia, os moços ficaram presos até o delegado chegar e liberá-los. Os moços eram estudantes e com certeza não receberam o mesmo tratamento que outros homens receberam quando autuados por desordem, brigas e agressões. No entanto, quando o soldado em seu depoimento afirma que a casa onde foi feita a bagunça era de prostitutas, provavelmente contribuiu para que o inquérito não tivesse finalização e parasse na delegacia mesmo.

²⁷⁵ Ver tabela 9, p. 96.

²⁷⁶ Inquérito Policial (1893). AESP, Processos Policiais, C03222.

Ainda que fossem estudantes e tivessem o apoio do delegado, que liberou após o encaminhamento à polícia, as mulheres que moravam na Benjamin Constant tiveram a possibilidade de se defender, pois com o apito logo apareceu o soldado Fabiano Carlos Martins. Uma das meninas vizinhas à casa nº 11, Bertha Warsemann teve a sua casa invadida pelos rapazes e disse em seu depoimento como testemunha que

“um grupo de cinco moços desconhecidos entraram (sic) repentinamente em sua casa, fazendo grande algazarra e pretendendo ali ficar durante a noite; e que como isso não acesse a depoente, os ditos moços quebraram-lhe diversas cadeiras e quadros da sala, assim como rasgaram diversas cortinas e atiraram pelo chão tudo que encontraram por cima das mesas. Que além disso como alguns dos moços ameaçassem de bengala a depoente ela foi à janela e apitando chamou alguns policiais que ao chegarem encontraram na rua o grupo de desordeiro.”²⁷⁷

Mais uma vez a polícia foi instrumentalizada para garantir a proteção dessas mulheres. Se a casa era de prostitutas, elas recorriam à polícia quando se sentiam incomodadas. O uso do apito nessa história em que uma delas chama o policial é notável. Até parecia coisa combinada entre o agente policial daquele distrito e as moradoras das casas da Benjamin Constant.

As casas de diversão e a exposição de moças públicas já causavam incômodos aos chefes de polícia e às autoridades policiais mais gabaritadas. A repressão já era reclamada nos relatórios e jornais da época, além de cartas e queixas endereçadas à Polícia. Cândido Motta em 1896 reclamava uma polícia dos costumes presentes nas ruas de São Paulo para acabar com a exposição de mulheres, já que

“o que justamente mais escandalizava o público era o fato dessas mulheres, com especialidade as polacas, colocadas à porta ou à janelas, chamarem a todos que passavam, sem distinção. (...) era justamente à noite que tais fatos se davam”²⁷⁸

No entanto, as testemunhas da “algazarra” feita pelos estudantes, Rosa Reih, Bertha Warsemann, Helena Blum, Albertina Uhopic, Dora Wayss, Anita Flora e Emma Gunt repetiram a mesma história nos testemunhos que deram ao 5º delegado Antonio Teixeira de Carvalho. Com certeza o fizeram para garantir proteção da polícia contra esses rapazes que poderiam até serem clientes, mas haviam se excedido - como disse Bertha, havia comportamentos aos quais elas não acediam.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”. AESP, Polícia, C2836.

Não há referências no inquérito às profissões das meninas, contendo apenas nome, idade, nacionalidade e endereços. Todas eram estrangeiras e moradoras da Rua Benjamin Constant, sendo vizinhas umas das outras. A falta da profissão talvez não tivesse a intenção de esconder da polícia o que elas faziam, mas talvez porque era óbvio serem prostitutas e o próprio agente já havia afirmado isso em seu depoimento. A hipótese é que elas, mesmo com uma conduta questionável, preferiram se expor e testemunhar sobre a agressão dos moços contra uma delas e contra o agente, que tão prontamente atendera aos apitos de Bertha.

Segundo o argumento da pesquisadora Cristiana Schettini, as prostitutas de janela não eram importantes apenas para a negociação da autoridade e das hierarquias de policiais. Afinal os agentes da polícia mantinham o controle dos conflitos e exposições públicas de mulheres, mas também garantiam a proteção delas e, possivelmente eram clientes. A relação entre elas e os homens de farda “ocorria num ambiente do qual participavam muitos outros homens (...) em meio às complexas relações sociais que as prostitutas estabeleciam com seus vizinhos, comerciantes da região, mas também com essa variedade de homens, desconhecido delas.” A relação amistosa com a polícia era a garantia de poderem viver e trabalhar nas portas e janelas, de serem pagas e de manterem sua integridade física.²⁷⁹

No livro *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, Margareth Rago constrói uma discussão teórica do “fenômeno da prostituição”, questionando a naturalização que se faz do termo.²⁸⁰ Rago analisou os relatórios da Polícia, do Ministério da Justiça, os Anais da Câmara, os jornais da época, bem como teses e artigos escritos por médicos, juristas, literatos, etc, a fim de problematizar as imagens estereotipadas construídas em torno das prostitutas e o interesse que o *fantasma da prostituição* suscitou entre as pessoas: “A partir do que as relações sexuais na sociedade moderna brasileira começaram a se constituir em problema? Que razão havia efetivamente para se preocupar com elas? Por que motivo interrogar o comportamento das prostitutas? Enfim, por que torná-las objeto de preocupação moral?”²⁸¹

²⁷⁹ Cristiana Schettini. “Que tenhas teu corpo”: uma história da prostituição no Rio de Janeiro nas primeiras décadas republicanas. RJ: Arquivo Nacional, pp. 50-57.

²⁸⁰ Margareth Rago. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. RJ: Paz e Terra, 1991, p. 21.

²⁸¹ Idem. Prefácio de Sérgio Adorno, p. 15.

Segundo a autora, a prostituição é um fenômeno tipicamente urbano. Devido à urbanização e ao crescimento econômico pelo qual passava São Paulo, os tradicionais espaços de atuações masculinas e femininas misturavam-se à crescente entrada das mulheres de classes sociais variadas nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, no comércio e permaneciam nos serviços domésticos, como lavadeiras, passadeiras, costureiras. Essa nova presença e as atividades femininas segundo Rago, “ameaçavam subverter os códigos cristalizados de sociabilidade e de participação na vida social”.²⁸² E paralelamente a essas transformações, crescia a vigilância do seu cotidiano e dos mínimos gestos. Ou seja, Rago examina os paradigmas da prostituição que de um lado apresentava a mulher submissa, passiva e familiar e de outro, a *femme fatale*, preocupada com a imagem, com o prazer e com frivolidades, quase sempre associada à imagem da prostituta.

Ela busca se aproximar da vida das prostitutas, tentando transpor os estereótipos e os fantasmas que as acompanham, expressos nas campanhas para civilizar e moralizar os espaços urbanos, nos fins do século XIX. Estas campanhas discutiam a regulamentação da prostituição, além de gerar debates e resoluções sobre o controle de bordéis e a disciplinarização do comportamento de “mulheres públicas”. No entanto, a preocupação em entender como isso foi recebido pela população envolvida com o meretrício e as próprias prostitutas não aparecem em sua análise.²⁸³

Em sua pesquisa a autora articula essa moralização crescente com a necessidade de delimitar regiões de São Paulo tidas como *depravadas* e regulamentar as práticas de controle que, além de mapear a prostituição tentavam vigiar as meretrizes. Contudo, a própria atuação contínua de agentes controladores na vida das prostitutas criou mecanismos que permitiam burlá-los. Segundo Guido Fonseca e Margareth Rago, “a cumplicidade que cáftens, caftinas, gigolôs e prostitutas conseguiam estabelecer com a polícia é bastante conhecida”, ou seja, devia ser comum, pois os dois autores abordam a questão do tráfico de brancas e de máfias internacionais de traficantes.²⁸⁴

Podemos perceber que havia uma arbitrariedade da polícia em relação às prostitutas, já que a polícia e os policiais ora faziam uso da lei, ora agiam de maneira inconstitucional,

²⁸² Idem, p. 37.

²⁸³ Idem, p. 110.

²⁸⁴ Margareth Rago. *Op. cit.* e Guido Fonseca. *A história da prostituição em São Paulo*. SP: Resenha Crítica, 1989.

alegando que a prostituta vivia em constante delito e que isso já legitimaria por si só a ação repressora. No entanto, a relação entre homens uniformizados e as prostitutas não era estática, pelo contrário, estava em constante negociação. Elas estabeleciam acordos e contavam com interesses diversos como, por exemplo, os comerciantes que dependiam do movimento que a prostituição garantia para os seus estabelecimentos. Ou seja, elas estavam em permanente conflito, mas sempre agindo em suas redes de conhecimento e interesses.²⁸⁵

A questão é que diferente do que a Rago propõe, é possível perceber que havia uma aliança entre policiais e prostitutas - afinal foi a polícia que salvou as prostitutas da baderna dos estudantes. Bretas e Schettini entendiam a proximidade da polícia com as prostitutas um enfoque importante para entender a construção da autoridade policial e suas práticas cotidianas.²⁸⁶ A forma como elas escapavam dos depoimentos (ou eram preteridas) e instrumentalizavam os inquéritos para garantir proteção mostra que esse controle era muitas vezes negociado.

O conflito entre a polícia e as mulheres também podia ser múltiplo e ter diversas causas. Dependia de muitos fatores e várias vezes elas eram intimadas a comparecer nas delegacias, por vários motivos. Foi assim que Maria Buchinesbry compareceu a 2ª Delegacia de Polícia no Brás para prestar esclarecimentos. No entanto, ela foi intimada como testemunha sem saber qual era o conflito em questão. Pela história que ela conta, Maria foi até a delegacia para esclarecer o movimento da casa em que morava, quem eram os donos e quanto cobravam pelo aluguel. Ela disse

“morar em uma casa na Rua Bocayuva, na qual ocupa somente parte da sala de visitas e um quarto, pelo que paga a quantia de 8 mil réis por dia. Que na mesma casa mora também outra moça Anna de Tal, que ocupa parte da sala e um quarto e paga por isso 6 mil réis por dia. Que esse dinheiro elas dão a Giuseppe Bruno, que tem a casa alugada a um indivíduo e sub-alugada a ela depoente e sua companheira e ainda ocupa um dos quartos da mesma casa, onde só dorme com sua amásia. Nada mais dizendo (...) deu-se por findo o seu depoimento.”²⁸⁷

Trata-se de uma moradia coletiva, provavelmente uma casa de cômodos. Moradias essas bastante vigiadas e suspeitas de abrigarem prostitutas e cáftens. Apesar de ela não ser o

²⁸⁵ Crisitiana Schettini. *Op. cit.*

²⁸⁶ Marcos Luiz Bretas. *Ordem na cidade*, p. 160-163 e Crisitiana Schettini. *Op. cit.*, p. 30. Ver também Leriche de Castro Garzoni. *Vagabundas conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)*. Dissertação de mestrado, 2006.

²⁸⁷ Auto de declaração (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

foco da investigação policial, o testemunho da costureira sobre a moradia revela diversas relações que se estabeleciam nessas casas de cômodos e como eram divididas e sub-alugadas por homens e mulheres na cidade.

Esse tipo de moradia abrigava principalmente mulheres e era alvo das ordens de fechamento de janelas e proibição de exibição pública. Cândido Motta alertava que “em geral, nas Ruas Líbero Badaró, Benjamim Constant, Senador Feijó, Quintino Bocaiúva, Teatro, Quartel e Esperança, as casas dessas mulheres são baixas, de modo que quem passa na rua, é sempre testemunha das cenas de imoralidade que ali se desenrolam.”²⁸⁸

Juntamente com os hotéis e pensões, as casa de cômodos eram moradias altamente vigiadas e cenário de constantes tensões e arbitrariedades. O dono da casa de pensão, em seu depoimento, revelou talvez o motivo do inquérito. Leon Abreu

“Disse que tem a casa número 22 da rua em que mora, alugada ao Banco União e que paga pela mesma a quantia de 200 mil réis por mês, tendo subalugada a Giuseppe Bruno pela quantia de 220 mil réis por mês. Que Giuseppe Bruno já lhe está devendo do aluguel da dita casa um mês e doze dias. Nada mais dito.”²⁸⁹

Havia várias pessoas a viver do lucro em dividir a casa para alugar seus cômodos, com locações e sub-locações. Mas a seqüência de ganhos não podia ser quebrada - e a falta de pagamento podia levar a uma denúncia que chegava à delegacia. Nesse caso, aproveitado do fato de a distribuição interna da casa e as condições de moradia terem sido um importante objeto de investigações por parte da polícia - que se aproveitava dos estigmas contra esse tipo de moradia.

O testemunho de Anna Esvette revela um pouco mais sobre quem eram os moradores da casa de cômodos e com quem eles se relacionavam. Apesar de ela não confirmar se era ou não prostituta, e afirmar ser costureira, ela denuncia o senhorio da casa de viver à custa de uma prostituta. Segundo ela,

“disse que morava na casa 22, na qual ocupa parte da sala e um quarto do interior da mesma, pelo que paga a quantia de seis mil réis por dia, sendo que os objetos de seu uso são de sua propriedade. Que na mesma casa mora outra moça de nome Maria, que ocupa parte da sala e um quarto. Que esse dinheiro elas dão a Giuseppe Bruno, que também ocupa um dos quartos do interior da mesma casa, em

²⁸⁸ Relatório apresentado ao Chefe de Polícia por Cândido Motta. “Prostituição, polícia de costumes e lenocínio” (1897). AESP, Lata Polícia, C2836.

²⁸⁹ Auto de declaração (1893). AESP, Processos Policiais, C03221.

que só dorme com sua amásia, que mora na Rua do Teatro, fazendo vida de prostituição.”²⁹⁰

Ao desviar as atenções para Giuseppe Bruno, sugerindo que ele fosse cáften e sua amásia prostituta, ela conseguiu declarar à polícia as informações que eram pedidas, sem precisar justificar sua conduta. A briga desencadeada pela falta de pagamento do aluguel ganhou destaque com as acusações pessoais e diferente dos casos em que os indivíduos requisitaram a presença da polícia, neste caso, o interesse era fugir do controle policial.

Perto dali, na Rua Martin Afonso a polícia também foi chamada para apartar uma briga.²⁹¹ Uma das testemunhas, Maria Encarnação do Sacramento disse ao chefe de polícia Bernardino de Campos que o conflito começara perto do local onde mora. Segundo ela,

“viu por ter saído de sua casa propositadamente para esse fim, que o conflito começou dentro do botequim da Rua Martim Afonso, 35 e que começou o referido barulho entre [o] paisana e [um] homem do povo a propósito de questões de bebida e que até então não havia no lugar nenhum soldado da polícia. Perguntado sobre a moralidade da casa onde começou o conflito de que se trata. Respondeu que a casa é casa de tolerância”²⁹²

A outra testemunha, Maria Catharina das Dores que morava perto do botequim confirmou então a história de Maria Encarnação e disse que

“ontem às 8 horas da noite mais ou menos estava na janela de sua residência quando ouviu grande barulho no botequim que lhe fica próximo e que viu sair um grupo de paisanas para a rua que entre eles espancavam-se mutuamente”.

No depoimento, Maria Catharina disse que estava na janela da sua casa e por isso pôde ver o ocorrido. De fato não é possível garantir que ela fosse prostituta, mas o botequim onde começou a briga foi chamado de casa de tolerância no próprio inquérito e as mulheres nas janelas se tornavam principais expectadoras dos conflitos urbanos, que aconteciam nas casas de divertimento, botequins, hotéis, pensões e nas ruas onde moravam.

Mais uma vez isso mostra que, apesar das campanhas contra a prostituição, todos pareciam saber onde se localizavam as casas de tolerância, os cáftens conhecidos e provavelmente as mulheres. A polícia se importava mesmo com as brigas ocorriam por lá.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ O episódio foi transcrito para o maço de correspondências e atividades da polícia em São Paulo[0][0], guardada no fundo Polícia, AESP.

²⁹² Auto de testemunhas (1891). AESP, Polícia, C2725.

Mas também, o policiamento cotidiano dispunha desses conflitos para atuar de uma maneira geral os indivíduos que viviam na sua mira.

A presença de testemunhas e policiais nos inquéritos servia muito mais do que cumprir as formalidades legais. Eles fornecem elementos para entender as formas pelas quais a autoridade policial poderia ser reforçada ou contestada na formulação do inquérito e na interferência da vida dos envolvidos. A presença deles em um inquérito além de ajudar a solucionar a questão, traz informações e referências de outros conflitos que não eram atuados, bem como os relacionamentos entre os policiais e os policiados.

3.3. Nem tão vítimas nem tão suspeitas

A maioria das mulheres que compareceu nas delegacias de São Paulo no período estudado, pela documentação coligida, é vítima. Seu número só é suplantado por aquelas que foram chamadas como testemunhas. O termo é bastante complicado, pois remete a uma idéia de passividade e fragilidade comumente atribuída às mulheres pela bibliografia contemporânea aos inquéritos.²⁹³ As mulheres tidas como vítimas nos inquéritos recorriam à polícia por motivos variados; por isso, a idéia de vítima se mostrou bem fluída. Os crimes de defloramento, como analisamos no segundo capítulo, são bastante elucidativos para entender a necessidade de proteção da família e da sexualidade de mulheres menores de idades.

Dos dezessete casos de defloramento que aparecem na documentação policial pesquisada, apenas três casos envolviam vítimas menores de 15 anos, sendo as idades de 6, 8 e 12 anos. O restante dos inquéritos tratava de meninas menores de idade (mas acima dos 15 anos) que já mantinham um relacionamento com os suspeitos do defloramento. Nesses casos, as meninas entre 15 e 21 anos se tornavam objeto das atenções policiais para evitar que um maior “mal” fosse feito a elas. Com a ajuda de familiares e vizinhos, a polícia conseguia flagrantes em quartos de hotéis e isso já bastava para a abertura do inquérito.

²⁹³ Algumas obras jurídicas trataram sobre a fragilidade feminina e o lugar jurídico das vítimas e acusadas tais como os livros de Viveiros de Castro. Atentados ao pudor (estudos sobre as aberrações do instinto sexual) (1894). RJ: Livraria Editora Freitas Bastos, 1943 e Os delitos contra a honra da mulher (1897). RJ: Livraria Editora Freitas Bastos, 1942. Posteriormente, o advogado Evaristo de Moraes reuniu alguns ensaios e comentários de leis no seu livro Ensaio de patologia social: vagabundagem; alcoolismo; prostituição; lenocínio. RJ: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921. No campo da literatura, ver João do Rio em A mulher e os espelhos e Histórias da gente alegre: contos, crônicas e reportagens da ‘belle époque’ carioca. RJ: J. Olimpio, 1981.

Se lembrarmos da história de Maria das Dores, que foi flagrada em um hotel da Rua Senador Feijó e abandonada pelo seu sedutor, Liberalino de Albuquerque, podemos observar que, apesar de ela ser qualificada como vítima de um defloramento, ela tinha muita certeza do que queria. Sua vontade de sair da casa de sua mãe e de fugir com seu namorado para o Rio de Janeiro, como atestou sua carta, mostra que ela não se julgava nenhuma "vítima".

Da mesma forma, outras tantas meninas fugiram com seus amantes, chamados pelos agentes da polícia de acusados, réus e sedutores. Elas não reclamaram da situação em que se encontravam nem pareciam se sentir violentadas. A idéia de vítima para esses casos é bem diferente do que foi para Augusta Piroim. Ela era uma menina de oito anos de idade que foi levada pela mãe até a polícia por suspeita de defloramento - nesse caso, bem mais um abuso sexual. A violência cometida contra ela em nada se parecia com os romances das jovens um pouco mais velhas. Ainda assim, o inquérito policial em que Augusta aparece como vítima era classificado e qualificado do mesmo modo que os dos outros casos de defloramento.

Além dos casos de defloramento, as mulheres apareceram também como vítimas em outros tipos de inquéritos: dizer quais e explicar um pouco como elas aparecem nesses inquéritos.

O fato de elas estarem mais presentes como testemunhas e vítimas aparentemente reforça a idéia de passividade das mulheres nos conflitos. No trabalho sobre o Rio de Janeiro da *belle époque*, Chalhoub concluiu que as mulheres recorriam menos à violência e as razões desse comportamento eram bastante complexas. Segundo ele, "é necessário ter em conta que as mulheres pobres muito provavelmente interiorizavam pelo menos em parte os padrões dominantes do *ser mulher* que a bombardeavam ao longo da vida toda. Sendo assim, os estereótipos de passividade e submissão feminina, gerando assim a auto-imagem da mulher-vítima, talvez servissem como uma espécie de freio aos possíveis impulsos femininos para recorrer à violência física".²⁹⁴

Se seguirmos a análise de Chalhoub, perceberemos que o fato de as mulheres comparecerem menos às delegacias como acusadas e mais como vítimas devia-se ao fato de que as retaliações eram indiretas, sem que elas necessariamente acabassem nas delegacias. As histórias de acusadas e testemunhas que encontramos nos inquéritos pesquisados indicam que o estereótipo de passividade podia ser mais um dos recursos utilizados por elas e também

²⁹⁴ Sidney Chalhoub. *Trabalho, lar e botequim*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

reiterados pelos agentes policiais nas autuações. Se retomarmos o inquérito instaurado depois do roubo de jóias acusando a criada Leontine, percebemos que as acusações pessoais entre ela e Paulina as incriminavam por meio da conduta pessoal. A referência de fragilidade, doença e necessidade de proteção é notável no inquérito.

Nos casos em que elas eram vítimas, as histórias seguem uma narrativa comum, que estava baseada na idéia de que a mulheres precisavam de proteção. O caso de Celestina também se passa em uma moradia coletiva. Ela era empregada de Adolpho Ovidi, que mandou uma carta ao delegado denunciando seus vizinhos por agredirem sua criada. Segundo o autor,

“ontem acerca das cinco horas da tarde (?) que a minha criada estava tirando água do pátio onde eu moro foi apanhada (?) e lançada para a terra diferentes vezes por um tal de Giuseppe Fiorita e por sua mulher (...) morador a Rua São José, no. 1. Este Giuseppe Fiorito cedeu-me em aluguel uma parte do seu aposento (3 quartos) posto na mesma casa, para uso de escritório e moradia e um armazém no pátio para depósito de mercadoria. Tenho ao meu serviço de armazém um oficial Camilo Fraboni e sua mulher Celestina que desempenha-me o arranjo da casa. Parece que os cônjuges Fiorito durante uma das minhas viagens para o Rio de Janeiro, pediram serviços à Celestina e que esta se recusou. Isso deu motivo para que nascesse uma animosidade que explicou-se logo ao meu recesso quando os nomeados Fiorito intimou-me de afastar do armazém onde os cônjuges Fraboni dormiam, declarando que eles tinham-me dado em aluguel o local por uso de armazém e não de habitação. Contudo que este pedido fosse excessivo, pois eu considerava-me em direito de ter no meu armazém meus criados para velar minhas mercadorias, convincente para medida de prudência e para evitar questões por quanto foi possível; e os coloquei num pequeno baixo posto na mesma rua em frente da casa. O dia seguinte os cônjuges Fiorito voltam a declarar-me que eles querem proibir aos criados de tirar água no pátio comum onde está o armazém acima mencionado dizendo que eles não queriam os mesmos tirassem água para uso pessoal deles. A esta nova pretensão eu me opus considerando que existe uma obrigação escrita por Fiorito na qual ele concedeu-me o uso da água e por conseguinte entedia que quando fosse tirado pelos meus criados devia-se considerar de meu uso pessoal. A isto o Fiorito respondeu com ameaças e declarou que ele teria sabido impedi-lo com a violência. E com efeito, ontem aproveitando um momento no qual nem eu nem o criado estávamos presentes, e a Celestina tirava água para lavar alguns objetos meus, foi ao improviso brutalmente batida por ambos os cônjuges Fiorito.”²⁹⁵

Reproduzi todo o depoimento para evidenciar a preocupação de Ovidi com os seus empregados. Na verdade a questão era sobre o uso da água no pátio, mas Celestina acabou sendo agredida pelos proprietários da casa, que não queriam que os empregados retirassem água para seu uso pessoal. A disputa pelo domínio do pátio derivou para uma agressão e a

²⁹⁵ Depoimento de Adolpho Ovidi In: Inquérito Policial, Autor Adolpho Ovídi e Vítima Celestina Faleroni (1892). AESP, Processos Policiais, C03220.

reclamação de Ovidi era justamente essa: aproveitaram-se quando Celestina estava sem o marido e o patrão por perto. Ou seja, o depoimento sugere a fragilidade da mulher desacompanhada, presa fácil para aqueles que queriam se vingar. O argumento servia a Ovidi para conseguir o apoio policial a fim de manter seu armazém, suas mercadorias e seus empregados.

O depoimento de Ovidi foi reforçado pelo depoimento da vizinha de pátio, Olimpia Fagliolia.

“Acharam-se presente uma tal Olimpia Figliolia esposa de Giovanni Figliolia que é morador no mesmo pátio, isto é, na Ladeira do Ouvidor, primeira porta na esquina da rua S. José, que declara de ter visto diferentes vezes, lançar para terra a Celestina da qual em seguida saiu sangue da boca.”²⁹⁶

O casal que foi acusado de agressão não prestou esclarecimentos na delegacia e o inquérito não teve finalização. Não é possível saber se de fato Ovidi conseguiu garantir a água para os seus empregados no pátio, mas a disputa revelada no inquérito mostrou quais os elementos utilizados nas brigas entre vizinhos e quando essas brigas acabavam na sala do delegado. É estranho que um caso de ferimento não tenha tido seguimento e que os acusados não tenham sido chamados a depor. O que poderia explicar isso? Mais um caso de brigas particulares que chegam à polícia - como um recurso para que possam ser finalmente acertadas?

Uma história semelhante aconteceu com a espanhola Francisca Sal que sofreu agressões de três homens que cobravam o aluguel da casa onde moravam outros inquilinos. Ela disse ao delegado que

“no dia 16 do corrente, pela manhã, apareceu-lhe na casa em que mora com seu genro Raphael Gonçalves, sito à Rua do Brás número 28, fulano Rafael, morador ao Largo Municipal, número 2 e auxiliado por dois outros indivíduos a insultá-la e a repelirem daquela casa, chegando mesmo a dar-lhe algumas bofetadas e isto porque, sendo Rafael o cobrador de aluguéis daquela casa, os ditos aluguéis não lhe tinham sido pagos por outros inquilinos da mesma casa.”

De fato, o relato sumário deste inquérito não revela muito em relação aos casos de agressões contra mulheres - talvez porque quando elas eram vítimas, a polícia interviesse de outra maneira no conflito. Francisca Sal era uma senhora viúva de 56 anos e parece estranho

²⁹⁶ Depoimento de Olimpia Fagliolia In: Idem.

que uma mulher dessa idade tenha sido esbofetada e a polícia nada fez para intervir e concluir o inquérito. É possível que a história não fosse bem essa contada por Francisca ou que não existissem provas suficiente para atestar o seu depoimento. Mas se tratando de uma agressão, Francisca pode não ter dado continuidade na sua queixa por medo de retaliações policiais depois desta “primeira” agressão.

As brigas de mulheres e vizinhos pareciam ser constantes na polícia. As casas com janelas e muros baixos, pátios coletivos e muitas vezes cômodos compartilhados traziam para a polícia tensões e conflitos dessa vida em conjunto. As disputas, o ciúme e outros relacionamentos conflituosos geravam brigas constantes.

Em mês e anos chegou ao conhecimento do major 2º Delegado de Polícia de São Paulo, Otaviano de Oliveira que

“hoje, ao meio dia, na rua da Cruz Branca, número 2, Emanuel Moiso alterando-se com Nicrosini Maria, dessa alteração saiu ofendido na cabeça um filhinho que Nicrosini trazia nos braços.”

Em seguida no depoimento da italiana Nicrosinni Maria ela disse que

“Declarou que estando ontem, ao meio dia, na porta de sua casa, com o seu filhinho Arthur no braço, ai chegou Maria Maggio e começou a brincar com ela declarante; que depois chegou o marido de Maria Maggio e, continuando as brincadeiras entre ela declarante e Maria Moggio, esta deu uma paulada (com um pau pequeno) no braço direito da declarante; que depois, como a declarante empurrasse a Maria Moggio, Emmanuel Mosio, o marido desta, deu um soco na declarante e outro no filhinho desta, cujo o seu soco pegou na cabeça. Finalmente, declara que Moiso, depois de assim haver procedido retirou-se.”²⁹⁷

A briga de lavadeiras foi presenciada pelos moradores e rendeu uma história na polícia, pois além de as mulheres brigarem entre si, uma delas, Nicrosinni Maria, foi agredida por um homem, o acusado Moiso. A confirmação se deu pelo depoimento das testemunhas, Antonio José Jorge, que viu que o marido de uma delas

“intimou-a a que incontinentemente se retirasse dali; dando-lhe uma bofetada; que depois a outra mulher tirou de um tamanco e atirou sobre o acusado.”²⁹⁸

Ao ser agredida, Nicrosini não responde com a passividade esperada e, sim, com uma tamancada contra Moiso. A agressão física contra uma mulher neste caso não pareceu uma

²⁹⁷ Inquérito Policial, A Justiça contra Emanuel Moiso (1893). AESP, Processos Policiais, C03223.

²⁹⁸ Idem.

questão tão grave quanto ao fato de o filho de Maria ter sido vítima da mesma agressão. Ou seja, a “intimação” de Moiso para que elas parassem com a briga pareceu uma atitude paternal de conter um conflito, uma atitude esperada de um homem. Mas um homem bater numa mulher ou, ainda pior, ferir uma criança pode ser motivo para que a briga não possa ser mais resolvida “internamente” e seja necessário recorrer à polícia.

Este padrão comportamental parece ter regido outros casos em que as mulheres estão presentes, como o de Francisca Meiga, que compareceu à delegacia em São Paulo por conta de uma queixa redigida pelo seu suposto advogado, Dr. Vitor Ayrosa e entregue ao Chefe de Polícia Dr. Bento Bueno. A queixa era contra o seu amante, o chefe dos agentes secretas da Polícia, Alfredo Ribeiro Louzada, por conta dos maus tratos e das agressões contra Francisca.

Segundo a queixa assinada pela vítima, Francisca Meiga, consta que

“tendo residido nesta Capital em companhia de Louzada, chefe dos agentes Secretas da Segurança Pública, retirou-se à 10 do corrente da residência da Dona Ermelinda Rocha, à Rua da Vitória, 142, por não mais poder suportar os maus tratos e pelo que Louzada lhe causou infligindo o qual ainda no dia 9 fisicamente, maltratou a suplicante que é maior e está no direito de ser garantida a sua liberdade. Feito isto, tem sabido que, o mesmo Louzada, promete abusando do cargo que ocupa e fazendo pois as penas dos artigos 231, 180 e 184 do Código Penal e não consentia que a suplicante more nesta Capital, vigiá-la por policiais secretas e mesmo espancá-la fatos atentatórios à liberdade da suplicante que perante a V. Exa. Vem denunciá-lo pedindo enérgicas providencias e as garantias que tem direito protestando usar das ações que lhe cabem e dele já fazendo responsável por tudo e qualquer violência que por ele ou outrem ao seu mando, contra a suplicante seja cometida em domicilio ou fora deste.”²⁹⁹

Em seguida, o Chefe de Polícia encaminhou ao 3º delegado de Polícia “para abrir o necessário inquérito”, e feito isso, a declaração de Francisca Meiga foi tomada na repartição da polícia. No entanto, na sua declaração na polícia, feita dois dias depois da entrega da queixa, a história contada parece outra. Ela disse que

“há quatro anos é amante de Alfredo Ribeiro Louzada com quem exclusivamente tem vivido e de que já houve um filho agora falecido. Que ultimamente residia à Rua da Vitória, 142 onde também moram uma irmã de Alfredo Louzada. Que há dias tendo tido uma desavença com Louzada e a espancando em sua casa e Dr. Vitor Ayrosa referiu a este fato. Que Dr. Ayrosa propôs-se então a viver com a declarante que aceitando tal convite em razão ao momentâneo ressentimento contra Louzada, deixou-se levar para uma casa da Rua Santa Efigênia onde morava um cego. Que aí permaneceu dois dias mas entendendo-se com Louzada e reconciliando-se com ele dali retirou-se espontaneamente, tornando a Rua Vitória, 142. que ontem, antes de retirar-se da casa da Rua Santa Efigênia, o Dr. Ayrosa fez

²⁹⁹ Inquérito Policial, A Justiça contra Alfredo Ribeiro Louzada (1895). AESP, Processos Policiais, C03225.

ela assinar um papel selado, cujo o conteúdo ignorava até hoje, pois só o conheceu depois de ser chamada a esta Repartição. Que vive com Alfredo Louzada sem constrangimento algum e que pode fazê-lo porque é livre e maior de 21 anos.”

A principio a história de Francisca é contraditória, afinal ela havia pedido ajuda ao Dr. Ayrosa contra Louzada e depois, na delegacia, assumiu que continuava com ele. O fato de ela dizer que permanecia com ele “sem constrangimentos” vai além de uma briga de casal, pois a queixa mostra que a reclamação envolvia abuso de poder de polícia contra a suplicante, com o advogado fazendo menção às leis 231, 180 e 184 do Código Penal de 1890. O artigo 231 previa ser criminoso aquele que “cometer qualquer violência no exercício das funções do emprego ou a pretexto de exercê-la”, assim como o art. 180 mandava punir quem “privar alguém de sua liberdade pessoal”.³⁰⁰

Se de fato Louzada pressionou Francisca para contar outra versão quando esta fosse até a polícia, ele tinha poder sobre ela. Mas esse poder foi questionado pelo advogado, a quem a moça pediu ajuda. O Dr. Ayrosa não compareceu à delegacia, mas mandou outro advogado em seu nome para esclarecer os maus entendidos. Segundo esse amigo de Ayrosa, Dr. Rodolpho Faria Pereira,

“Na passada sexta-feira, encontrando-se com o seu amigo Vitor Ayrosa, este referiu-lhe o fato que passa a relatar: que poucos dias antes uma senhora cujo lado viajava no bonde, sendo senhora de que Ayrosa era advogado, rogou-lhe que tomasse a defesa de uma causa sua, pois pregava-se vítima de um homem que há três anos a escravizava. Que acedendo ao convite desta senhora foi o Dr. Ayrosa encontrá-la às sete horas da noite à Rua Vitória, esquina da Rua Conselheiro Nébias onde depois de ouvir dela que vivia com o cidadão Louzada (...) o qual a retirara da casa de sua família no Rio de Janeiro, trazendo-a para aqui [e] fazendo-a viver em companhia da irmã dele Louzada naquela primeira rua. Que a mesma senhora disse ainda (...) ser maltratada com pancadas e ameaças por Louzada a quem muito temia. Que depois de alguma relutância e de comum acordo com a irmã de Louzada (...), resolveu este depositar a senhora na casa da família do cego Vidal, à Rua Santa Efigênia, 166. que de fato para ali foi transferida na quarta-feira da semana santa. Que narrou-lhe o Dr. Ayrosa que a senhora [de] que se trata assinou a queixa dirigida ao Chefe de Polícia redigida por ele, como seu advogado. Que ele declarante tornando-se então, solidário com o Dr Ayrosa, dirigiu-se em sua companhia à casa do Dr. Chefe de Polícia no mesmo dia em que ouviu a narração. (...) Disse que por um momento supôs que por um desvario escusável o Dr. Ayrosa cuidasse da questão com um interesse de amante dessa mulher ou pretendente a tal, mas convenceu-se de que o seu amigo não agia por tal motivo, mas sim no exercício da sua profissão de advogado.”³⁰¹

³⁰⁰ Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil (1910), Comentado por Oscar Macedo de Soares. Ed fac-similar, Brasília: Senado Federal: STJ, 2004.

³⁰¹ Inquérito Polcial, A Justiça contra Alfredo Louzada (1895). AESP, Processos Policiais, C03225, Auto de Declarações de Dr. Rodolpho Faria Pereira.

O advogado do Dr. Ayrosa traz uma nova informação sobre a possibilidade de ele ter um relacionamento amoroso com Francisca, deixando a história ainda mais truncada. Será que as brigas eram fruto do ciúmes de Louzada? Será que a queixa foi escrita por ciúmes de Ayrosa? Será que Francisca não assumiu a agressão na polícia por medo das retaliações prometidas de Louzada? Ou será que de fato, Francisca se arrependeu de ter se queixado do seu amásio, voltando atrás na declaração?

A história dos dois já tinha parado na delegacia de polícia alguns anos antes, em 1892. O pai de Francisca Meiga tinha requisitado ao Chefe de Polícia da Capital que resgatasse sua filha dos braços de Alfredo Louzada. Mas na correspondência encaminhada de Niterói até São Paulo não mostra o desfecho do pedido do pai, reaparecendo anos mais tarde como suposta vítima das agressões de seu amasio. Na ocasião, o Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, Dr. João Barcellos afirmou que por meio da carta,

“O portador, Francisco Maria Meiga, vai a essa Capital buscar uma filha de nome Francisca Meiga Furtado, que daqui foi seduzida por Alfredo Louzada, que é aí praça do Corpo de Bombeiro, cujo indivíduo foi daqui por estar muito em contato com os agentes desta repartição; e assim V. Sra. terá a bondade de mandar prestar o mesmo portador o auxílio que precisar até ele seguir com a filha no trem”.³⁰²

Apesar das poucas informações, a carta mostra que Francisca Meiga e Alfredo Louzada eram velhos conhecidos e ela pode ter fugido com ele para a capital ou então, ele a raptou do Rio de Janeiro. Mas ela é bastante enfática ao dizer no final do seu depoimento que já era maior de 21 anos. Possivelmente, porque em outra ocasião ela teve que esclarecer o relacionamento com Louzada por ser menor de idades. Em 1892, a denúncia de seu pai demonstra que de fato ela era menor de idade.

No entanto, todas as dúvidas são possíveis, ainda mais quando as relações entre os envolvidos não estão claras, sugerindo diversos tipos de acordos: pecuniário, amoroso e de proteção. Francisca não diz qual era a sua profissão, mas a brasileira parece que vivia à custa de Louzada, que poderia além do relacionamento, ter outro tipo de acordo, agenciando Francisca. A proteção do advogado, por sua vez, sugere um envolvimento além do profissional. Como já vimos em alguns casos, eram comuns as brigas e desordens envolvendo agentes policiais e mulheres conhecidas como prostitutas.

³⁰² Correspondência ao Chefe de Polícia de São Paulo (1892). AESP, Polícia, C2471.

O abuso de poder de polícia já era conhecido na população como parte do policiamento, permitindo extorsões e propinas. O Dr. Rodolpho que representava Ayrosa nas declarações fez referências à privação da liberdade - expressão também usada por Francisca em seu depoimento. O uso do termo “escravizada” pelo advogado foi também reforçado no depoimento de Francisca quando ela disse que “era livre e maior de 21”. As duas idéias remetem à falta de liberdade e foram utilizadas de maneiras diferentes: na primeira declaração, a vítima das agressões de Louzada recorria à polícia para garantir sua liberdade de morar em São Paulo sem sofrer a perseguição do chefe dos secretas da Polícia. Em outro depoimento de Francisca, a opção de continuar ao lado de Louzada, o seu agressor, era justificada porque ela tinha toda a liberdade para isso e nenhum constrangimento em assumir. A mesma referência foi utilizada pela vítima à sua maneira e quando ela era necessária, significando tanto a liberdade de fugir de um agressor quanto a de ficar ao seu lado. A dúvida sobre quem era afinal a vítima e para quem Francisca era qualificada como vítima: Louzada, Ayrosa ou ela mesma? O inquérito retornou ao Chefe de Polícia, que sem provas, arquivou.

Mais uma vez uma questão da esfera "privada" chegou à polícia e ficou sem solução no inquérito. O interessante dessa história é que ela envolve o próprio chefe dos secretas, mostrando que essa relação entre público e privado era bem fluida em termos sociais e institucionais.

Apesar de a honra não ser o foco da maioria dos delitos autuados pela polícia, as mulheres investiam em produzir justificativas para suas condutas. As sutilezas ao mencionar seu modo de vida, as tentativas de se esquivar das perguntas policiais e até a forma como apitavam para os guardas forneceram pistas para a compreensão desse “quase silêncio” das fontes sobre mulheres. Na verdade, isso não significa que elas não tenham estado presentes. Antes trata-se de explicar como elas estiveram presentes mas aparecem tão pouco nos inquéritos. Ou seja, trata-se de transformar essa quase ausência em um problema histórico.

Por meio dos depoimentos das vítimas percebe-se que a procura pela Polícia era muitas vezes uma maneira de tentar resolver uma situação incômoda para a própria vítima ou para sua família. Ou ainda um conflito interno ao um grupo ou mesmo particular, na esfera privada, que não parecia ser resolvido nesse nível. Por isso, nem sempre essas questões, ao chegarem à delegacia, se transformavam em inquéritos propriamente ditos. No entanto, o fato de não virarem inquéritos também não era sinônimo de acordos pacíficos e Francisca sabia

mesmo disso. Se ela foi ou não forçada a retirar a queixa contra seu (ex) amante, o fato é que as histórias se desencontraram e pareciam chegar a uma solução que não era registrada - sem que as investigações fossem aprofundadas.

A ausência de proteção não era uma questão para muitas das mulheres que diziam ser solteiras e trabalhadoras. Mas elas sabiam que um elemento protetor poderia ser resgatado e até instrumentalizado nos conflitos, assim como os estereótipos de fragilidade e submissão. Nos casos de defloração isso parecia acontecer mais frequentemente, sobretudo em situações em que já havia um relacionamento precedente entre a moça que teria sido “seduzida” e seu “parceiro”. Em muitas ocasiões, as disputas se davam não entre as moças e os acusados de defloração, mas entre elas (ou ele) e seus pais. Ávidas por liberdade e autonomia, recorriam à perda da virgindade como uma forma de fugir do controle parental e iniciar uma nova etapa de suas vidas.³⁰³

Os inquéritos acabam mostrando que nem sempre estava presente nos casos a discussão sobre o que era honra, moral, nem havia uma preocupação efetiva em deixar claro como proteger as mulheres e a sociedade. Talvez a discussão médica e jurídica tivesse uma preocupação moralizante definida, mas no cotidiano dos envolvidos com a polícia essa preocupação era acionada apenas quando precisavam fugir das autoridades.

Nos inquéritos pesquisados nem todas as mulheres aparecem como virgens ou prostitutas, vítimas ou culpadas. A leitura dessa documentação permite reconstruir algumas trajetórias semelhantes e próximas de mulheres que trabalhavam e viviam ao lado umas das outras. Segundo o cronista Sylvio Floreal, “entre tantas coisas interessantes e banais que esta Capital possui, nenhuma tem feição tão característica como esse local denominado casa de pensão, onde diversos indivíduos vivem temporariamente. (...) Todas as pensões, umas pelas outras, são mais ou menos uns perfeitos viveiros de escândalos, onde há sempre mulheres misteriosas, cujos maridos viajam eternamente... Páginas e páginas magníficas de realismo verde, brutal, poder-se-iam escrever sobre esses ‘habitats’ transitórios, onde confabulam, num contubérnio espontâneo e franco, criaturas de todos os sexos, idades e diferentes predicados morais”.³⁰⁴

³⁰³ Martha Abreu. Meninas Perdidas..., RJ: Paz e Terra, 1989 e Sueann Caulfield. Em defesa da honra..., Campinas: Ed. da Unicamp, 2000.

³⁰⁴ Sylvio Floreal. Ronda da Meia-Noite. SP: Paz e Terra, 2003, p. 138.

A proximidade entre os agentes da Polícia e os policiados nas ruas da Capital evidencia que todos conheciam muito bem os logradouros onde se praticavam atos que pudessem afetar a moral pública. Se os policiais não sabiam, a população tinha seus meios de identificá-los através de cartas ao chefe de polícia. Quando os indivíduos eram levados até a polícia, parte da suspeição contra eles já estava construída e a partir daí o conflito tinha outros contornos, em que pesavam suas histórias pessoais: profissão, endereço, estado civil e, quando as envolvidas eram mulheres, os “predicados morais” se tornavam aspectos importantes para o desfecho dos casos – quando não se tornavam o próprio foco da atuação policial.

Considerações Finais

Em 1893, um grupo de estrangeiros foi levado à Polícia para prestar esclarecimentos sobre a acusação de caftismo. Tal acusação estava vinculada a idéia de que esses indivíduos não possuíam ocupação legítima ou endereço certo. O Chefe de Polícia da época considerou o caso relevante à justiça e requereu a deportação dos indivíduos.

O episódio acima foi a prisão em massa de estrangeiros no Largo Municipal, no restaurante Jóquei Club e todos os envolvidos tentaram de alguma forma, justificar a estada nesse local, além de ofícios lícitos para escaparem do controle policial.

A escolha deste caso foi proposital para pensar a maneira como os homens, respondendo ao inquérito, tiveram a preocupação de se mostrar integrados na lógica do bom trabalhador, honesto e comportados. A localização da autuação policial, o restaurante, certamente garantiu a audiência de outros homens e mulheres, tidos como suspeitos. Aliás, o que movia a suspeição sobre esses indivíduos, mobilizou grande parte das investigações que colocavam a honra e a conduta moral no centro do inquérito. A expectativa de trabalho honesto, de referências e de moradia certa informaram a abertura de inquéritos de natureza distintas, tanto de crimes, como de contravenções.

No entanto, se para o homem a referência de bom trabalhador foi resgatada nos inquéritos em que eram acusados, para as mulheres, o trabalho era importante, mas como vimos, a preservação da honra e a proteção contra possíveis exploradores exigiam depoimentos que revelassem suas condutas morais e seus relacionamentos. A ambigüidade moral do trabalho feminino aos olhos da lei era utilizada como argumento para justificar a dúvida sobre a honestidade das mesmas.

Enquanto o Código Penal reservava um título para todos os crimes que aviltassem a honra e honestidade das famílias e o pudor público, a polícia instrumentalizava inquéritos policiais para que elas fossem questionadas no seu dia-a-dia. Lembrando que estavam reunidos sobre este título, os crimes de defloramento, rapto e estupro, e também, os crimes de ultraje ao pudor, como o lenocínio e o caftismo. Dois tipos distintos de delitos, mas que estavam intimamente ligados quando as menores eram flagradas com seus namorados em

quartos de hotéis ou então, quando mulheres solteiras, que morava em casas de cômodos acabavam na delegacia por conta de brigas, agressões e outros delitos.

Até mesmo em casos de defloração, quando o delegado interveio na decisão, arquivando o inquérito³⁰⁵ para não pesar no futuro da menor, o problema que inviabilizava o inquérito para o chefe de polícia, Dr. Peixoto Gomide, era acreditar em apenas dois depoimentos, no de Augusta e de sua mãe. Os principais interlocutores da polícia eram os homens e isso, certamente interferia na ação policial. Afinal, não havia uma intervenção policial “adequada”, por mais que os juristas, delegados e chefes de polícia almejassem isso. A intervenção policial era objeto de constante negociação e disputa entre muitos homens.

A ambigüidade na atuação das mulheres tanto com vítimas quanto acusadas. Na legislação que caracterizava os crimes relativos à honra e ao ultraje ao pudor, não havia um artigo em que a mulher fosse caracterizada como criminosa. Em todos os artigos, o pressuposto era que o homem fosse o réu. Mas como vimos no primeiro capítulo, a interpretação do Código Penal conseguia deixar ambíguo que para ter a proteção da lei, era necessário ter um comportamento moral dentro dos padrões propostos de honestidade.

Nas ruas, a interpretação das leis pelas autoridades policiais se tornava mais fluída. Pois homens e mulheres que viviam em constantes delitos laçavam mãos de noções masculinidades para fugir deste controle, enquanto que para as mulheres, outros predicados eram associados à sua honra: bom relacionamento com os policiais, relacionamentos duradouros, ofícios difíceis de serem comprovados, etc.

A própria polícia cometia arbitrariedades assumidas pelos delegados de polícia. Cândido Motta se referiu às ações da polícia que atuavas nas ruas, chamado de agentes inferiores, como abusivas em muitos casos.

“Na execução do regulamento tem havido abusos e mal entendidos por parte dos agentes inferiores, mas esses abusos inevitáveis como são, já pela natureza do serviço, já pela falta de um pessoal de primeira ordem, não podem autorizar a revogação dessas medidas inquestionavelmente.

³⁰⁵ Ver inquérito policial de Augusta Piroim, capítulo 2 da dissertação. “Autuação de uma portaria ao cidadão Dr. Chefe de Polícia do Estado para o fim de proceder exame na menor Augusta, filha de Maria Piroim” (1890). AESP, Processos Policiais, C03220.

Nós diremos esses abusos, que são sempre punidos, são preferíveis à devassidão pública aos escândalos que tanto nos envergonhavam”.³⁰⁶

O regulamento ao qual ele se refere é a volta da Polícia dos Costumes. Ao reclamar uma polícia que atuasse justamente nos comportamentos e hábitos da população urbana paulistana, revela o quanto as práticas de moradia, diversão e trabalho afetava a ordem e a moral públicas. E mais, quando esse projeto de Polícia dos Costumes foi engavetado, certamente não foi por considerarem um absurdo a atuação de indivíduos “perniciosos à sociedade”, e sim, porque essa ação inferia segundo os críticos da regulamentação da prostituição, nos direitos individuais e nos interesses de que a prostituição não fosse controlada.

“Cousa notável! Enquanto o regulamento foi verbal, os aplausos foram gerais: reduzido o escrito e publicado, de toda a parte surgiu uma grita de condenação! Os partidários dos *habeas-corpus* começaram a bradar pelo atentado à liberdade individual e de indústria, contra a iniquidade, contra o vexame, contra a exorbitância, contra a incompetência da polícia, para sem lei alguma, regulamentar uma instituição não reconhecida, etc, etc”.³⁰⁷

No entanto para esses críticos ele respondeu:

“Conter dentro dos limites da possível decência as mulheres públicas, não é reprimir a prostituição”.³⁰⁸

Por um tempo a polícia conseguiu manter algum controle em relação à exposição pública da prostituição na cidade, em horários considerados impróprios e em roupas escandalosas. A tentativa de retornar com a polícia dos costumes por meio do relatório de um delegado de polícia da capital evidencia que o controle dessas pessoas possivelmente já era feito, instrumentalizando os inquéritos de vadiagem, agressão e outros. A Polícia dos Costumes não voltou, mas os costumes certamente ainda eram policiados.

³⁰⁶ Cândido Motta (1897). “Prostituição. Polícia de Costumes. Lenocínio”. AESP, Polícia, C2836.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Idem.

Fontes e Bibliografia

Fontes

1 – Fonte manuscrita citadas

a) Arquivo do Estado de São Paulo

Fundo Processos Policiais. 1890 até 1900. Latas C03220 até C03231.

Fundo Polícia. 1890 até 1900. Latas C02762, C02743, C02732 e C02745.

- RELATÓRIO apresentado ao Chefe de Polícia por Candido Mota. “Prostituição, Polícia de Costumes e Lenocínio”. São Paulo, 1896. Polícia, Lata C2836.

b) Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo

RELATÓRIO do Chefe de Polícia de 1879. Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo, RCP/POL/SP, 1879.

2 – Fontes Impressas citadas

a) Obras Jurídicas

ALMEIDA, C. M. de (org). Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, Ed. Fac-similar de 1870, livro 3º.

BRASIL. Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil. Comentado por Oscar Macedo de Soares. Ed. Fac-similar de 1910. Brasília: Senado Federal, STJ, 2004.

_____. Anotações Teórico-práticas ao Código Penal do Brasil. Comentado por Antonio Bento de Faria. Rio de Janeiro: Papelaria União, 1904.

CASTRO, Viveiros de. Jurisprudência criminal: jurisprudência estrangeira. Doutrina jurídica. Rio de Janeiro: Garnier, 1900.

_____. Os delitos contra a honra da mulher. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, 4ª edição, 1942.

_____. (1894) Atentados ao pudor: estudos sobre as aberrações do instinto sexual. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Barros, 4ª edição, 1942.

- COSTA, Jurandir Freire da. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- MORAES, Evaristo de. Estudos de Direito Criminal. São Paulo: Livr. Clássica de Alves e Cia., 1898.
- _____. Um caso de homicídio por paixão amorosa (estudo de psicologia criminal, seguido da sentença absolutória). Rio de Janeiro: Martins de Araújo & Cia, 1914.
- _____. Ensaio de patologia social: vagabundagem, alcoolismo; prostituição; lenocínio. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.
- Ordenações Filipinas. Livro V. Silvia Hunold Lara (org.). São Paulo: Cia das Letras, Coleção Retratos do Brasil, 1999.
- PEREIRA, Baptista. “Notas históricas sobre o Código Penal de 1890”. Revista de Jurisprudência, Agosto de 1898.
- SIQUEIRA, Galdino. Curso de processo criminal. São Paulo: Centro de Propaganda Católica, 1910;
- _____. Direito Penal Brasileiro. Rio de Janeiro: Livr. Jacinto, s.d.

b) Textos de memorialistas

- AMERICANO, Jorge. São Paulo naquele tempo. São Paulo: Saraiva, 1957.
- Memória Paulistana. São Paulo, Governo do Estado de São Paulo/ Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo/ MIS, 1975.
- Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: AESP, Imprensa Oficial, 2001, vol. 1, 2 e 3.
- MORAES, Evaristo. Reminiscências de um Rábula criminalista.(1922) RJ: Editora Briguiet, 1989.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Martha Campos. Meninas Perdidas: os populares e cotidiano do amor no Rio de Janeiro da ‘Belle Époque’. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- ABREU, Martha Campos e CAULFIELD, Sueann. “50 years of virginity in Rio de Janeiro: sexual politics and gender roles in juridical and popular discourse, 1890-1940”, Luso-brasilian review, 30, 1, 1993.

- ANDREWS, George Reid. Negros e brancos em São Paulo (1888-1988). São Paulo: Edusc, 1998.
- AZEVEDO, Elciene. Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.
- CAULFIELD, Sueann. Em defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BATALHA, Claudio. "Xenofobia e identidade nacional na Classe operária brasileira". Texto apresentado no XVIII Congresso Internacional da LASA. Atlanta, Georgia, março de 1994.
- BLAY, Eva. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.
- BRESCIANI, Maria Stella. "Imagens de São Paulo: estética e cidadania". In: FERREIRA, Antonio Celso, LUCA, Tânia Regina e IOKOI, Zilda G. (orgs.). Encontro com a história (percursos históricos e historiográficos). São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. RJ: Rocco, 1997.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. O espelho mundo: Juquery, a história de um asilo. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. "De historiadoras, brasileiras e escandinavas. Loucuras, Folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX)". Tempo, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, 1998, pp. 1881-215.
- _____. Ecos da folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CUNHA, Olivia Gomes. Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1947. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DAVIS, Natalie Zemon. Histórias de Perdão e seus narradores na França do século XVI. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

- ENGELS, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1988.
- FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FONSECA, Guido. *História da Prostituição em São Paulo*. SP: Resenha Universitária, 1982.
- _____. Crime, Criminosos e Criminalidade em São Paulo (1870-1930). SP: Resenha Universitária, 1985.
- FREHSE, Fraya. O tempo das ruas: na São Paulo de fins de Império, São Paulo: Edusp, 2005
- GARZONI, Lericce de Castro. Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início do século XX). Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2007.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. "Dangerous Fantasies: the altered vocabulary of commercial sex", Luso-Brazilian Review, vol. 30, n. 1, "Changing images of the Brazilian woman: studies of female sexuality in literature, mass media and criminal trials, 1884-1992", pp. 133-139.
- _____. Proteção e obediência: criadas e patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- _____. Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2005.
- HALL, Michael. "Imigrantes na cidade de São Paulo", In: Paula Porta (org.). História da cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v.3
- KOGURUMA, Paulo. "A saracura: ritmos sociais e temporalidades da Metrópole do Café (1890-1920)". Revista Brasileira de História (São Paulo), vol. 19, nº 38, 1999, pp. 81-99.
- KUSHNIR, Beatriz. O Baile de Máscaras: mulheres judias e prostitutas: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LARA, Silvia e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (org.). Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

- LEAL, Claudia Baeta F. Pensiero e Dinamite: anarquismo e repressão em São Paulo nos anos de 1890. Tese de doutorado, Unicamp, 2006.
- MARAM, Leslie Sheldon. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Evaristo de Moraes, Tribuna da República. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MORSE, Richard. Formação histórica de São Paulo. Difusão européia do Livro, 1970.
- MUNHOZ, Sidnei J. Cidade ao avesso: desordem e progresso em São Paulo no limiar do século XX. São Paulo: tese de doutorado em História, FFLCH/USP, 1997.
- PEREIRA, Cristiana Schettini. Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese de doutorado, Unicamp, 2002.
- _____. "Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX", In: Cadernos Pagu, vol. 25, 2005, pp. 25-54.
- PESAVENTO, Sandra J., "Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo". In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Q. e PECHMAN, Robert (orgs.). Cidade, povo, nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- PINTO, Maria Inez Machado Borges. Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890 a 1914. São Paulo: Edusp, 1994.
- PORTO, Ana Gomes Crime em letra de forma: sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa do prelúdio republicano. Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP, 2003.
- PRIORE, Mary Del. História do Amor no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

- SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. "Polícia: homens da lei na Metrópole do Café". In: PRIORE, Mary Del. Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SILVA, Fernando Teixeira. Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entre guerras. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- _____. Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- SOARES, Luis Carlos. Rameiras, ilhoas e polacas: a Prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo, Ática, 1992
- SOUZA, Luiz Antonio Francisco de. São Paulo, Polícia Urbana e Ordem disciplinar: a polícia civil e a ordem social na primeira república. Mestrado em Sociologia, FFLCH/ USP, 1992.
- _____. Processos de uma prática. Policia Civil e Inquérito Policial em São Paulo na Primeira República. Doutorado em Sociologia, FFLCH/USP, 1998.
- TIEDE, Livia Maria Sob Suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. Dissertação de Mestrado, IFCH/Unicamp, 2005.
- VIEIRA, Hermes e SILVA, Osvaldo. História da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1955.